

LEANDRO BRAMBILLA MARTORELL

**ANÁLISE CRÍTICA DA BIOÉTICA DE INTERVENÇÃO: UM EXERCÍCIO DE
FUNDAMENTAÇÃO EPISTEMOLÓGICA**

Brasília, 2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOÉTICA

LEANDRO BRAMBILLA MARTORELL

**ANÁLISE CRÍTICA DA BIOÉTICA DE INTERVENÇÃO: UM EXERCÍCIO DE
FUNDAMENTAÇÃO EPISTEMOLÓGICA**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Bioética e Saúde Pública pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Volnei Garrafa

BRASÍLIA

2015

Martorell, Leandro Brambilla

Análise Crítica da Bioética de Intervenção: um Exercício de Fundamentação Epistemológica, Brasília, 2015.

Orientador: Volnei Garrafa.

Tese (doutorado) – Universidade de Brasília/Programa de Pós-Graduação em Bioética, 2015.

113 p.

1. Bioética. 2. Bioética de Intervenção. 3. Revisão Ética. 4. Bibliometria.

I. Martorell, LB.; Garrafa, V. II. Análise Crítica da Bioética de Intervenção: um Exercício de Fundamentação Epistemológica

LEANDRO BRAMBILLA MARTORELL

ANÁLISE CRÍTICA DA BIOÉTICA DE INTERVENÇÃO: UM EXERCÍCIO DE
FUNDAMENTAÇÃO EPISTEMOLÓGICA

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Bioética e Saúde Pública pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília.

Aprovada em: 08/10/2015

BANCA EXAMINADORA

Volnei Garrafa – Presidente
Universidade de Brasília

Saulo Ferreira Feitosa
Universidade Federal do Pernambuco

Thiago Rocha da Cunha
PUC-Paraná

Natan Monsores de Sá
Universidade de Brasília

Wanderson Flor do Nascimento
Universidade de Brasília

Dedico este trabalho a quem possa importar.

A quem possa importar-se com a necessidade da construção de uma postura crítica frente às hegemonias instaladas no campo da Bioética. A quem possa importar-se com as iniquidades presentes no mundo e com as pessoas que sofrem diariamente os reflexos destas injustiças. A quem possa importar-se com os oprimidos, vulneráveis, excluídos, vulnerados... Também a quem possa importar o discurso teórico para a prática – importar a construção acadêmica para a transformação social.

Dedico e desejo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos amigos, pais, irmãos e outros familiares que me apoiaram durante esta fase transformadora de doutoramento. Agradeço a formação de minha própria família, Andréia, minha companheira e Elis, minha filha, fizeram de mim uma pessoa mais completa e mais feliz.

Agradeço aos colegas de docência por onde passo e passei – Universidade Federal de Goiás, Universidade Paulista e Centro Universitário de Anápolis UniEvangélica.

Ao Programa de Pós-Graduação em Bioética e à Cátedra UNESCO de Bioética da UnB, em especial à Dalvina Nascimento através de quem estendo meus agradecimentos a todos os funcionários e colaboradores com quem tive o prazer de me relacionar.

Aos amigos, colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Bioética, pelas experiências transformadoras. Com um salve mais do que especial ao professor Wanderson Flor do Nascimento.

Ao professor Volnei Garrafa, pelas orientações e oportunidades que me foram disponibilizadas durante nosso convívio. Uma imensa admiração somada com satisfação.

Aos que porventura eu tenha olvidado.

Namastê.

RESUMO

Por muitos anos o campo da bioética foi sufocado por um monismo que consagrava a Bioética Principlista como aquela de caráter universal, sendo supostamente suficiente para a discussão dos conflitos apresentados à área. Com o passar dos anos, críticas importantes foram destinadas a esta corrente de pensamento e, principalmente, foram propostos sistemas de avaliação alternativos aos apresentados por seus princípios. Dentre estes sistemas encontramos no Brasil a Bioética de Intervenção (BI), uma proposta latino-americana que vem sendo gestada desde os anos 1990, mas que iniciou a publicação de sua produção textual de fundamentação teórica no meio acadêmico a partir dos anos 2002. A partir de então apresentou produção teórica substancial, tanto de textos que buscaram fundamentar esta corrente, quanto de textos que aplicaram as suas categorias a problemas morais concretos. Esta produção esteve relacionada tanto com os autores dos primeiros textos de fundamentação da BI, Volnei Garrafa e Dora Porto, chamados aqui de criadores da BI, quanto com outros bioeticistas. Assim, o objetivo inicial deste trabalho foi o de analisar os fundamentos da BI a partir dos seus textos classificados como de fundamentação teórica. Em um segundo momento, buscou-se avaliar criticamente a produção textual de aplicação dos fundamentos da BI. Foi realizada revisão sistemática da literatura, as buscas incluíram os textos publicados entre os anos de 2002 e 2014, utilizando-se a palavra-chave Bioética de Intervenção (na língua espanhola, *Bioética de Intervención*; na língua inglesa, *Intervention Bioethics* e *Interventional Bioethics*). A busca de artigos científicos foi realizada no Periódico Capes, *Pubmed*, *Lilacs*, *Scielo*, *Medline* e *Google Scholar*, este último sendo também utilizado para a busca dos verbetes, livros e capítulos de livro. Os textos foram avaliados por meio de alguns dados bibliométricos e também por perspectiva hermenêutica. Foram avaliados ao todo 60 textos, com uma média de publicação de 4,3 textos/ano, sendo 28 (47%) de fundamentação teórica e 32 (53%) de aplicação. A publicação no formato de artigo científico esteve presente em 49 textos (81%), sendo as Revistas de Bioética do Conselho Federal de Medicina (CFM), a Brasileira de Bioética e a Ciência & Saúde Coletiva responsáveis pela publicação de aproximadamente 50% (31) destes textos. Pela análise hermenêutica foi proposta à BI a divisão de sua história em momentos: de apresentação inicial, de aprofundamento com reafirmação conceitual, de justificação teórica e de crítica e autocrítica. Para o seu momento inicial foram identificadas como categorias centrais à BI: equidade, Direitos Humanos, corporeidade, utilitarismo solidário e intervenção. Para os momentos de reafirmação e justificação: direitos de 1ª a 3ª gerações, empoderamento, libertação e emancipação. Para crítica e autocrítica: solidariedade crítica e colonialidade. Do ponto de vista prático, demonstrou ser uma ferramenta possível para a avaliação de conflitos morais e de proposição de suas resoluções e teve representatividade em instituições que possuem força política para transformar as ideias em ações concretas, como a ANVISA e o Ministério da Saúde.

Palavras-chave: *Bioética; Bioética de Intervenção; Revisão Ética; Bibliometria.*

ABSTRACT

For many years the field of bioethics was suffocated by a monism which enshrined the Principlism like the only (or the best) way to discuss the conflicts presented to the area. Over the years important criticisms were aimed to the Principlism and especially were proposed alternative evaluation systems. Among these systems we find in Brazil one in particular, Intervention Bioethics (IB), a Latin American proposal that has been fomented since the 1990s, but began publishing its textual production from the early 2002. Since then presented substantial work with the publication of theoretical foundation texts, but also with texts that evaluated some particular moral problems. This production was related both to the authors of the early foundation texts of IB, Volnei Garrafa and Dora Porto (classified as creators of IB), as with other bioethicists. Thus the initial objective of this study was to analyze the fundamentals of IB. In a second step, we sought to critically evaluate the textual production which applies in practice the fundamentals of IB. Systematic review was conducted and the searches included the texts published between the years 2002 and 2014, using the Intervention Bioethics or Interventional Bioethics keywords (in Spanish, *Bioética de Intervención*; in Portuguese, *Bioética de Intervenção*). The search was held at the Capes, PubMed, Lilacs, Scielo, Medline and Google Scholar, also being used for the search of the articles, books and book chapters. The texts were evaluated using some bibliometric data and also hermeneutic perspective. A total of 60 texts were evaluated, with an average of 4.3 publication of texts/year, which 28 (47%) of theoretical foundation and 32 (53%) of application. The scientific article format was present in 49 texts (81%) and three Brazilian scientific journals were responsible for the publication of 50% (31) of these texts. It was proposed a division in IB's history in stages: initial presentation, deepening (conceptual reaffirmation and theoretical justification), criticism and self-criticism. For the initial moment were identified as key categories to IB: equality, human rights, corporeality, utilitarianism and intervention. For the next two stages: 1st to 3rd generation rights, empowerment, liberation and emancipation. And finally: Critical solidarity and colonialism. From a practical point of view the IB proved to be a possible tool for the evaluation of moral conflicts and proposition of its resolutions, it has been important in political institutions, such as regulatory health agencies in Brazil.

Key-words: Bioethics; Intervention Bioethics; Ethical Review; Bibliometrics.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BI	Bioética de Intervenção
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CMS	Conselho Municipal de Saúde
CRM-SP	Conselho Regional de Medicina de São Paulo
CRO-PR	Conselho Regional de Odontologia do Paraná
EPM	Escola Paulista de Medicina
FESURV	Universidade de Rio Verde
MS	Ministério da Saúde
NETHIS	Núcleo de Estudos sobre Bioética e Diplomacia em Saúde
PUC-PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RBB	Revista Brasileira de Bioética
SES-DF	Secretaria Estadual de Saúde do Distrito Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UnB	Universidade de Brasília
UnICEUB	Centro Universitário de Brasília
UNICID	Universidade da Cidade de São Paulo
Unifesp	Universidade Federal de São Paulo
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Quantitativo de textos de fundamentação da BI de autoria de seus criadores, por ano de publicação.	25
Figura 2 – Proposta de divisão da linha do tempo das publicações da BI em momentos.	57
Figura 3 - Evolução conceitual da BI a partir de suas categorias.	58
Figura 4 - Quantitativo de textos de fundamentação da BI de autoria de autores externos, por ano de publicação.	60
Figura 5 - Quantitativo de textos de aplicação da BI de autoria de seus criadores, por ano de publicação.	73
Figura 6 - Quantitativo de textos de aplicação da BI de autoria de autores externos, por ano de publicação.	76
Figura 7 - Quantitativo de textos de fundamentação da BI, por ano de publicação.	92
Figura 8 - Quantitativo de textos de aplicação da BI, por ano de publicação.	93
Figura 9 – Quantitativo geral de textos da BI, por ano de publicação.	94
Figura 10 - Número de publicações da BI por ano e por tipo.	95
Figura 11 – Árvore de influência da BI nas instituições.	98
Figura 12 - Árvore de influência da BI nas revistas científicas.	99
Quadro 1 – Relação de textos de fundamentação da BI de autoria de seus criadores.	22
Quadro 2 - Organização dos textos de fundamentação da BI de autoria de seus criadores, segundo seu momento e ano de publicação.	23
Quadro 3 - Relação de textos de fundamentação da BI de autoria de autores externos.	59
Quadro 4 – Relação de textos de aplicação da BI de autoria de seus criadores.	72
Quadro 5 – Categorias mencionadas nos textos de aplicação dos criadores da BI.	74
Quadro 6 – Relação da frequência de citação dos textos de fundamentação da BI nas publicações de aplicação da BI dos seus próprios criadores.	75
Quadro 7 - Relação de textos de aplicação da BI de autores externos.	75
Quadro 8 – Categorias encontradas nos textos de aplicação da BI de autores externos.	78
Quadro 9 – Relação da frequência de citação dos textos de fundamentação da BI nas publicações de aplicação da BI de autores externos.	79
Quadro 10 – Temas e subtemas de análise dos “textos de aplicação dos autores”	82
Quadro 11 – Temas e subtemas de análise dos textos de aplicação da BI de autores externos.	89
Quadro 12 – Quantidade de textos da BI avaliados por formato meio de publicação.	95
Quadro 13 – Lista de periódicos e número de publicações de artigos da BI.	96
Quadro 14 – Classificação Qualis CAPES dos artigos de fundamentação e aplicação da BI.	97
Quadro 15 - Categorias encontradas nos textos de aplicação da BI.	99
Quadro 16 - Relação da frequência de citação dos textos de fundamentação da BI nas publicações de aplicação da BI.	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 CONTEXTO	16
2 A BIOÉTICA DE INTERVENÇÃO SEGUNDO SEUS CRIADORES	20
3 APROFUNDAMENTOS DA BIOÉTICA DE INTERVENÇÃO	31
4 CRÍTICAS E AUTOCRÍTICA DA BIOÉTICA DE INTERVENÇÃO.....	41
5 A BIOÉTICA DE INTERVENÇÃO POR OUTROS AUTORES	59
6 APLICAÇÕES DA BIOÉTICA DE INTERVENÇÃO	70
6.1 ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS TEXTOS DE APLICAÇÃO DA BI	72
6.2 ANÁLISE HERMENÊUTICA DOS TEXTOS DE APLICAÇÃO DA BI	82
7 PANORAMA GERAL SOBRE A BI.....	92
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE	111
APÊNDICE A – Roteiro de Avaliação dos textos de aplicação da BI.....	111

INTRODUÇÃO

O filósofo e bioeticista australiano Peter Singer¹ defende a ideia de que a discussão sobre a ética não pode ser algo enclausurado, objeto de estudo apenas em universidades. Para ele, a ética trabalha com valores, sobre o bem e o mal, sobre o correto e incorreto e, assim sendo, não poderíamos deixar de aplicá-la em tudo aquilo que fazemos cotidianamente (ou deixamos de fazer). Ou seja, em todas as nossas ações (ou omissões) podemos pensar que existe ali um objeto para avaliação ética, em qualquer espaço que nos encontremos, seja dentro da sala de aula, seja no estacionamento do supermercado, trânsito ou na fila do banco.

A ética, entendida como o estudo da moralidade, isto é, a filosofia da moral, é capaz, portanto, de empoderar sujeitos para a reflexão sobre o contexto de vida e, além disso, contribuir para o balizamento da tomada de decisão, sendo importante para, inclusive, modificar as perspectivas sobre a realidade. Daí o seu potencial transformador.

Mas, se a ética é capaz de, por meio da reflexão, orientar decisões produzindo transformações, restam grandes questões: qual o sentido desta orientação? O que decidir? Transformar o que? Transformar-se em que? Estes questionamentos se agrupam a outros que igualmente assolam a humanidade há tempos. Muitos filósofos já se ocuparam em responder tais questões. Ainda existem muitas mais: qual é a boa ação que devemos tomar? A boa vida a se levar? A ação justa a se executar? Afinal, o que nos guia?

Assim, para a filosofia, a ética é uma filosofia prática que muito se esforça para se fazer de fato aplicada e orientar a decisão das pessoas. Da ética aplicada, compreende-se fazerem parte a bioética, a ética da economia e empresarial, a ética da informação, ética ecológica e ética das profissões².

Pensando na vertente que nos interessa neste contexto, ou seja, na Bioética, as perguntas se afunilam uma vez que para esta ética aplicada o papel é o de considerar e avaliar a conduta humana por meio, por exemplo, de regras e princípios. Busca, neste sentido, estudar os aspectos éticos do problema pessoal ou social com relações diretas ao bem-estar ou à sobrevivência da humanidade. Ou seja, tem o papel de se preocupar com os dilemas morais apresentados à área das

ciências da saúde humana/humanidade, analisando os dilemas e propondo ações fundamentadas racionalmente³.

Nos seus primeiros anos de vida, a Bioética ganhou forças por meio da emergência de situações inéditas que forçaram a construção de um campo de saber que auxiliasse profissionais de saúde a gerenciarem os problemas que sopitavam em suas práticas. Como exemplos, citamos a invenção de uma máquina que possibilitava a realização do procedimento de hemodiálise *versus* a necessidade de se estabelecer critérios de seleção para acessá-la, afinal, tratava-se de um recurso indisponível para todos que dele necessitavam, ou a inquietação trazida pela possibilidade de se realizar o procedimento de reanimação (ou ressuscitação) *versus* a autonomia do paciente em não ser reanimado *versus* os limites de intervenção da beneficência³.

Além das questões inéditas que emergiam, outras demonstravam a necessidade do aprimoramento ético de profissionais de saúde e instituições, como pode ser exemplificado no caso da denúncia feita pelo anestesiológico norte americano Henry Beecher que identificou vinte e duas pesquisas científicas envolvendo seres humanos que afrontavam seriamente consensos éticos relevantes para a pesquisa científica já firmados anos antes, com a divulgação do Código de Nuremberg (1947) e com a publicação da Declaração de Helsinki (1964), não sendo, deste modo, uma novidade conceitual apresentada aos pesquisadores³.

Apesar de termos apresentados apenas alguns conflitos morais, àquela época uma gama de situações incomodavam os profissionais da saúde, seja na pesquisa científica, seja na prática clínica. Provavelmente este contexto tenha facilitado a popularização da Bioética Principlista que, apresentando quatro princípios, oferecia aos profissionais da saúde elementos para melhor compreenderem os conflitos morais e, obviamente, decidirem qual ação deveria ser colocada em curso.

Do ponto de vista histórico, Schramm e Kottow⁴, evidenciam que a Bioética Principlista, tendo nascida de um contexto de aplicação para a relação de pesquisadores e pesquisados e para a relação profissional-paciente, ficaria clara a sua aplicação a contextos individuais. Por este motivo é inusitado perceber que após a popularização dos quatro princípios da Bioética Principlista, a influência desta corrente de pensamento era tão presente que, frequentemente, pensadores

buscavam adaptar estes princípios mesmo quando a discussão bioética se relacionava a contextos coletivos.

Então, com a dificuldade para discutir problemas coletivos com abordagens bioéticas tradicionalmente focadas nos indivíduos ou, até mesmo, para se convencer que estes problemas deveriam ser incorporados à discussão do campo, nos últimos anos, a Bioética travou uma luta para ampliar significativamente sua agenda temática. Superando a fase acrítica de reprodução da Bioética Principlista, defendida especialmente pelos países centrais, incorporou em seu referencial teórico e político temas como exclusão social, vulnerabilidade, guerra, paz, racismo, saúde pública, entre outros, passando a contribuir concretamente nestas questões. Esta outra orientação do campo de atuação da Bioética é fruto da reflexão de estudiosos de países periféricos e tem hoje sua importância mundialmente reconhecida – prova documental é a Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos da UNESCO, aprovada em 2005, que se aproximou de temas sociais e ambientais, outrora ignorados⁵.

Da contribuição latino-americana a este contexto, optamos por selecionar o estudo da Bioética de Intervenção (BI), que é uma corrente de pensamento que nasceu dentro das discussões bioéticas na Universidade de Brasília, tendo sido apresentada textualmente por Volnei Garrafa e Dora Porto⁶, e que hoje está conectada ao Programa de Pós-Graduação em Bioética da UnB ao qual estou vinculado como aluno de doutorado. Esta opção tem relação com a minha experiência com as disciplinas e professores do programa que estimularam a minha curiosidade sobre o tema. Neste sentido, ao realizar esta escolha compreendi que gostaria de desenvolver o trabalho na linha de pesquisa conhecida por Fundamentos de Bioética e Saúde Pública, especificamente, estudando as Bases Epistemológicas da Bioética, neste caso, as desta nova tendência em Bioética, a Bioética de Intervenção.

Debruçando-me sobre a proposta uma dúvida inicial me ocorreu: caso em um bioeticista hipotético que jamais tivesse tido contato com a BI despertasse um interesse repentino em conhecer as bases conceituais que sustentam esta teoria, o que ele poderia compreender? Para responder a questão, de modo tradicional e traduzido como um objetivo, me propus a analisar os fundamentos da BI a partir dos textos produzidos pelos seus criadores.

É do que se trata o capítulo 2, “A Bioética de Intervenção segundo seus criadores”. Do ponto de vista metodológico foi realizada uma espécie de revisão sistemática da literatura que buscou identificar os estudos relevantes à BI e responder a questões específicas⁷. Foi critério de inclusão para a busca os textos publicados por algum dos criadores da BI no formato de artigos científicos, verbetes de dicionários e livros ou capítulos de livro, publicados em língua portuguesa, espanhola ou inglesa. As buscas incluíram os textos publicados entre os anos de 2002 e 2014. A busca de artigos científicos foi realizada nos seguintes bancos de dados: Periódico Capes, Pubmed, Lilacs, Scielo, Medline e Google Scholar, este último sendo também utilizado para a busca dos verbetes, livros e capítulos de livro. Foram consideradas as seguintes palavras-chave: para a língua portuguesa - Bioética de Intervenção; para a língua espanhola - Bioética de Intervención; para a língua inglesa - Intervention Bioethics e Interventional Bioethics. Também foram apresentados alguns dados bibliométricos com o objetivo de mapear o campo de atuação⁸ da BI destas publicações.

A ideia de interpretar a BI a partir destes textos encontrados, fez com que pensássemos em hermenêutica. Buscando simplesmente seu conceito em dicionário da língua portuguesa, encontramos que o substantivo feminino pode significar a “arte de interpretar o sentido das palavras”⁹. Já se enquadraria em nossa proposta, entretanto, quando já mais contextualizada ao ambiente acadêmico, podemos encontrar a hermenêutica relacionada à Teoria Crítica de Adorno. Desta última destaca-se a intenção de ser crítico-reflexiva e confrontar o aparente e o real. A proposta baseia-se na ideia de que para

entender a sociedade, decifrar seus enigmas, é preciso desenvolver a crítica imanente através da crítica objetivada: dissecar o percurso entre o proposto e o real, realizar o exercício metodológico e buscar no particular o desvendamento do universal, realizar o confronto dialeticamente objetivado entre aquilo que algo promete ser, aquilo que é almejado e parece ser, com aquilo que é na realidade; está no confrontar entre a verdade e a inverdade, entre as aspirações e suas reais possibilidades¹⁰.

Dentro do campo da Bioética também encontramos autores que trabalharam a noção da hermenêutica. Junges¹¹ a referencia, por exemplo, quando a apresenta como um modelo alternativo à casuística. Afirma que a hermenêutica se torna essencial à própria Bioética, já que esta não pode ser vista como simplesmente uma solução de dilemas e caso. Ela necessitaria, portanto, de produzir interpretações de

pressupostos éticos, antropológicos e socioculturais se aproximando do que sua reflexão deve representar, isto é, uma crítica aos costumes.

Tentando realizar uma aproximação entre os três conceitos, poderíamos afirmar que em princípio buscamos uma leitura interpretativa dos textos selecionados, sequencialmente buscamos problematizar a interpretação aparente que se faz da BI com os aspectos extratextuais e, por fim, realizamos análise crítica dos textos para reconhecer se os mesmos atuam como reprodutores do *status quo*, ou se conseguem utilizar a BI como ferramenta crítica, tal qual se apresenta.

Com a revisão da literatura foi possível perceber que a fundamentação da BI apresentava uma historicidade singular, sendo declaradamente uma teoria em construção, manifestou concretamente esta característica com algumas reformulações apresentadas em seus textos publicados. Assim, propusemos à BI uma divisão histórica baseada em seus avanços conceituais. Neste sentido, após o capítulo 2, que seria a apresentação inicial da BI, partimos para o capítulo 3, “Aprofundamentos da BI”, onde conseguimos perceber as primeiras releituras e novidades conceituais apresentadas pela BI.

Dentro deste caminho histórico, também foi possível perceber um momento em que são apresentadas críticas à BI, assim, é no capítulo 4, “Críticas e autocrítica” que apresentamos algumas das questões trazidas pelos criadores da BI ou por outros autores que apontam, por exemplo, limitações da abordagem proposta pela BI. Por fim, no capítulo 5 buscamos descrever de que modo bioeticistas que não os criadores da BI têm tentado contribuir com o arcabouço teórico da BI, produzindo textos que aprofundam as questões apresentadas pelos textos de fundamentação dos criadores da BI. Com a conclusão deste quinto capítulo pretendemos alcançar o objetivo de analisar os fundamentos da BI. Entretanto, retornando às questões de partida da tese, algo ainda me trazia inquietações. Ora, se a BI se apresenta como uma corrente da Bioética e, para tanto, produz textos que fundamentam a sua proposta, é esperado que em algum momento ou contexto estes fundamentos desta ética aplicada sejam colocados em prática.

Dizendo de outra forma, para que se pense a resolução de um problema em Bioética é necessário que o agente moral, ou quem quer que esteja avaliando determinada situação, escolha uma estrutura epistemológica de teoria moral para

embasar a sua análise. E como a BI tem sido escolhida por alguns bioeticistas, surge a seguinte questão: como a estrutura epistemológica da BI tem sido utilizada para a análise de problemas/dilemas morais concretos? Aos textos que fizeram a escolha da estrutura epistemológica da BI como ferramenta de análise e solução de conflitos morais damos o nome aqui de “textos de aplicação”.

Assim, no capítulo 6, “Aplicação da BI”, buscou-se avaliar criticamente a aplicação dos fundamentos da BI em diferentes contextos, seja nas produções dos autores da BI, seja nas produções de diferentes bioeticistas. Para tanto, utilizamos metodologia da revisão sistemática da literatura⁷, utilizando os mesmos mecanismos de busca apresentados para o capítulo 2, além do uso de alguns descritores bibliométricos⁸.

O capítulo 7 buscou realizar apontamentos gerais sobre a BI, tentando aproximar a análise dos textos de fundamentação com os textos de aplicação.

Por fim, é no oitavo capítulo que apresentamos nossas considerações finais.

Para melhor sistematização apresentamos abaixo o objetivo geral e específicos desta tese:

- propor uma sistematização das bases teóricas da BI; analisar a produção bibliográfica associada à BI;
- analisar os fundamentos da BI a partir dos seus textos de fundamentação teórica;
- apresentar de modo sistemático e cronologicamente organizado os fundamentos teóricos da BI;
- analisar criticamente a produção textual de aplicação dos fundamentos da BI.

1 CONTEXTO

Pensando no atual estágio de evolução da Bioética brasileira, especialmente ao se considerar o contexto da maturidade deste programa de Pós-Graduação, optamos por não reapresentarmos o histórico tradicionalmente encontrado em publicações de Bioética. Justificamos a escolha por entendermos ser conteúdo de amplo conhecimento aos leitores da área, não carecendo mais de sucessivas menções – seríamos mais um corpo de fundo nesta solução saturada. A possível relativa novidade acrescentada a este tema nos últimos anos – a origem do neologismo Bioética atribuída a Van Ressenlaer Potter, Andre Hellegers ou Fritz Jahr^{12,13} – também é descartada, pois não seria capaz de contribuir para o recorte teórico e epistemológico pretendido por esta tese.

Pensando em como avaliar a história da Bioética, encontramos perspectiva de contribuição real em parte do texto apresentado por Garrafa¹⁴ em que o mesmo define o histórico da Bioética em quatro etapas: a) etapa da fundação; b) etapa da expansão e consolidação; c) etapa da revisão crítica; d) etapa da ampliação conceitual. Como as duas primeiras etapas se referem ao histórico tradicionalmente (e sucessivamente) levantado em apresentações do histórico da Bioética, selecionamos como importantes para este trabalho as duas últimas etapas: revisão crítica e ampliação conceitual.

A etapa de revisão crítica, período posterior à década de 1990, é marcada por críticas de diversos autores^{15,16,17,18} ao modelo proposto pela bioética principialista, momento que, inclusive, foi responsável pela relação do modelo proposto por Beauchamp e Childress à nomenclatura “bioética principialista”. Entretanto, os primeiros autores a publicarem estas críticas nos anos de 1990, as fizeram em perspectiva da forma de apresentação da teoria moral.

Explicando melhor, as críticas se baseavam em fatos como: os autores da bioética principialista apropriaram-se da expressão “princípios” de modo equivocado, portanto, usar o termo princípios seria inadequado; não apresentaram em seus textos um guia claro e diretivo para a ação moralmente defensável, sendo basicamente impossível aplica-los; apresentaram todos os princípios como deveres

morais (obrigatórios) o que em si traria um problema de ordem prática, afinal, é impossível, por exemplo, quando pensamos na beneficência como um dever moral, fazer o bem a todos o tempo todo.

Neste sentido, existindo ainda um segundo problema com esta questão relacionada à incoerência textual, pois, em diversas vezes alguns dos princípios são explicados na perspectiva de ideais morais (desejáveis, mas não obrigatórios); finalmente, e sem se relacionar com aspectos formais da teoria, apresentam o caráter de primazia que a autonomia recebeu em detrimento dos outros princípios e a necessidade de “correção” da mesma, afinal, entendem que a construção da noção de autonomia é relativa a determinadas culturas, não podendo ser prontamente importada e aplicada.

Produzida no Hemisfério Norte e criticada pela epistemologia do Hemisfério Norte - produção e crítica - pouco contribuíam para a resolução dos problemas éticos reais que persistiam e emergiam no Hemisfério Sul. Para além das críticas de forma, encontramos autores^{18,19,20} que as fizeram na perspectiva de conteúdo e, sendo mais claro, as fizeram desvelando as relações de poder que atravessavam a disseminação deste saber específico.

As críticas apresentadas por estes textos, em geral, partiram da compreensão de que a produção racional apresentada pela Bioética Principlista possui um sentido político na medida em que defende uma subjetividade específica e, assim, possui um discurso de poder que legitima determinados padrões de pensamento em detrimento de outros. Com isso, aceitar esta produção de conhecimento de maneira acrítica seria também um modo de manter a subordinação.

De modo concreto apresentaram críticas: à redução inicial da proposta de uma bioética global a uma perspectiva de bioética biomédica; à supervalorização da autonomia, da individualidade e do individualismo (egoísmo); à pretensão de moralidade universal (moralidade comum) com uso de ferramentas (os quatro princípios) universais; à ênfase dada em abordagens deontológicas e legalistas, como no caso da “indústria do Termo de Consentimento Informado”, isto é, uma forma encontrada para instrumentalizar profissionais da saúde em suas práticas, entretanto, sem ter uma preocupação genuína e comprometida em informar,

interagir e decidir com o paciente, passando, assim, a servir como uma prova de isenção de culpa dos profissionais em relação à decisão individual do sujeito^{18,19,20}.

O grande problema apresentado por estes últimos críticos é que foi justamente esta bioética de significado reduzido, que embandeira quatro princípios pretensamente universais, tendo como carro-chefe a autonomia, é que ficou conhecida internacionalmente como “a” Bioética. Assim, com o reconhecimento de que o principlismo “seria insuficiente e/ou impotente para analisar os macroproblemas éticos persistentes (ou cotidianos) verificados na realidade concreta”¹⁸ é que se lutou por uma retomada conceitual e política do papel da bioética na história da humanidade.

Para obter resultados satisfatórios esta retomada deveria, portanto, acontecer em proporções globais, incluindo a ampliação da agenda da discussão da bioética em eventos científicos internacionais, inclusive. Uma ampliação que ultrapassasse os conflitos biomédicos e individuais e alcançasse os problemas globais e coletivos. É assim que aparece a última etapa do histórico da Bioética, tal qual apresentada por Garrafa¹⁴ - a etapa de sua ampliação conceitual.

Com o evento do Quarto Congresso Mundial de Bioética, realizado no Japão, em 1998 (tema central: Bioética Global), é que se conseguiu reinserir temas sobre a qualidade de vida, biodiversidade, recursos naturais, racismo e acesso a sistemas públicos de saúde e medicamentos nas pautas de discussão da área. Já em 2002, com o Sexto Congresso Mundial tendo acontecido no Brasil (tema central: Bioética, Poder e Injustiça), grupos de estudo de pesquisa e pós-graduação foram se fortalecendo pela América Latina e cobrando cada vez mais o papel de uma bioética mais politizada e comprometida com a resolução dos problemas de desigualdade no mundo²¹.

Em 2005, com a aprovação da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos da UNESCO²² (DUBDH) fica definitivamente confirmado o caráter pluralista da bioética. Esta declaração representa um divisor de águas na agenda bioética internacional por ampliá-la para além da temática biomédica/biotecnológica, para os campos social, sanitário e ambiental⁵.

É nesse contexto que surgem alternativas à Bioética Principlista, como por exemplo, a Bioética de Intervenção que defende como moralmente justificável a:

... priorização de políticas e tomadas de decisão que privilegiem o maior número de pessoas, pelo maior espaço de tempo e que resultem nas melhores consequências (...) com a busca de soluções viáveis e práticas para conflitos identificados com o próprio contexto onde acontecem¹⁸.

Dar atenção específica aos problemas persistentes no Sul implica ter uma percepção crítica do cenário político, econômico e social do Sul na busca de elementos suficientes à avaliação dos conflitos éticos que envolvam a vida dos diversos grupos populacionais em seus mais variados aspectos. Nesse cenário, as críticas à Bioética Principlista, advindas do Sul, não apenas se atentam aos contextos nos quais as situações persistentes ocorrem, mas também devem observar com cuidado as ferramentas teóricas que se utilizam para avaliar e buscar soluções para as questões, situando-as frente às geopolíticas do conhecimento que organizam as teorias e as distribuem pelo mundo¹⁸.

Desde a sua apresentação para o mundo acadêmico até os dias de hoje, a BI tem se posicionado criticamente contra os problemas de injustiça encontrados, principalmente desvelando relações de poder assimétricas. Também, desde seus primórdios se declarou como uma teoria em constante construção. Analisar a dinamicidade dos fundamentos epistemológicos da BI ao longo desses anos é fato que nos interessa. Além disso, queremos descobrir como que diferentes pensadores em Bioética compreenderam os fundamentos ou categorias da BI e como os mesmos têm feito uso da BI como uma ferramenta de análise de problemas morais e, claro, como a BI tem sido oportuna para a proposição de ações que, se não capazes de solucionar os conflitos, ou ao menos que sejam relevantes para iniciar tal processo.

2 A BIOÉTICA DE INTERVENÇÃO SEGUNDO SEUS CRIADORES

Como já mencionado optamos trabalhar com a produção intelectual do bioeticista Volnei Garrafa que desde os anos 1990 começou a produzir textos relacionados com a chamada Bioética de Intervenção (BI), tarefa na qual teve a colaboração posterior de Dora Porto em determinados momentos a partir da virada do século. Esta corrente de pensamento em Bioética foi pensada a partir do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Bioética (1994-2004), posteriormente denominado Cátedra Unesco de Bioética (2004 – até dias atuais) e Programa de Pós-Graduação em Bioética (2008 – até dias atuais) da Universidade de Brasília (UnB), referência nacional e internacional para a produção acadêmica da área. Também tem sido assimilada por diferentes bioeticistas que passaram a citá-la e utilizá-la como lente de observação e interpretação moral de diferentes conflitos bioéticos.

Deste modo, é importante conhecer como a BI se apresenta para a comunidade acadêmica, isto é, de compreender quais foram os textos que anunciaram a intenção de inaugurar uma nova estrutura epistemológica para a bioética latino americana e como esta anúncio vem sendo realizada. No contexto do presente estudo interessa saber como os autores e os seus seguidores entendem a teoria e como escolhem apresentá-la para o mundo. Em outros termos, a intenção central deste capítulo é investigar como um bioeticista hipotético, a partir dos textos que se anunciam como estruturantes da fundamentação epistemológica da BI poderia interpretar, analisar, sistematizar e utilizar a proposta teórica apresentada.

Neste sentido, a BI será exposta em diagnóstico, inicialmente, a partir da análise dos textos de seus criadores (Volnei Garrafa e Dora Porto) que anunciam a intenção de apresentar uma estrutura epistemológica para a sua proposta teórica, tendo estes textos o privilégio sobre a interpretação do quem vem a ser a realidade possível, isto é, o que vem ser propriamente a fundamentação da BI.

Entretanto, não se foge à análise dos textos de outros autores que buscaram apresentar ou contribuir para o arcabouço teórico da BI, mas, é claro, recebendo estes uma valoração diferente no processo interpretativo. Cabe ressaltar que assim também é possível em uma perspectiva cronológica reconhecer quais foram os avanços e adequações que os autores incluíram no seu desenvolvimento e

maturação da proposta. Imaginando que tal leitor hipotético se baseia e referencia, em geral, em textos publicados por revistas da área, foram excluídas da análise as monografias de especialização, as dissertações de mestrado e as teses de doutorado.

Por aproximação com o Programa de Pós-Graduação em Bioética da UnB e, especialmente com o professor Volnei Garrafa, pudemos certificar que a historicidade da BI tem início de fato no meio acadêmico por meio de apresentações orais em conferências e congressos que precedem a publicação de artigos, capítulos e verbetes em dicionários. Estas apresentações orais foram sustentadas pelo seu criador, Volnei Garrafa e incluem, cronologicamente: a) Bioética Dura / Bioética Forte. Anais - IV Congresso Argentino de Bioética. Conferência; Mar del Plata/ Argentina, 1998; b) Conferência. IV Congresso da FELAIBE - *Federación Latino-Americana de Instituciones de Bioética*. Panamá; 2000; c) *Bioética de Intervención. Conferencia de abertura do I Congreso Boliviano de Bioética*. La Paz, Bolívia, 2001 - nesta conferência aparece pela primeira vez a expressão “Bioética de Intervenção”. d) Conferência de abertura do IV Congresso Mundial de Bioética Brasília, 2002.

Estas apresentações orais não fazem parte do material de análise desta tese, entretanto, sua importância deve ser registrada, afinal, de antemão, bioeticistas da América Latina e de outros países, já haviam tido a oportunidade de, minimamente, ter ouvido falar sobre o tema. Feitosa e Nascimento²³ afirmam que entre os anos de 1995 e 2002 a BI passou por sua etapa gestacional, onde Volnei Garrafa apresentou argumentos que correlacionavam a bioética e a saúde pública, sendo já utilizados também os termos bioética dura e bioética forte. Entretanto, afirmamos que estão incluídos neste capítulo textos de autoria de Volnei Garrafa e/ou Dora Porto, com ou sem a presença de outros colaboradores, que buscaram construir e estruturar a fundamentação teórica da BI a partir de 2002, ocasião da primeira publicação escrita que fazia referência específica à Bioética de Intervenção. Estes são os textos de “fundamentação dos autores”.

Neste trabalho, no grupo dos textos de fundamentação dos autores, foram analisados um total de 19 textos, sendo que 11 são artigos publicados em periódicos, 7 são capítulos de livro e 1 verbe de dicionário. Uma sistematização dos textos avaliados é expressa no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Relação de textos de fundamentação da BI de autoria de seus criadores.

Título	Autores	Veículo de publicação	Ano
Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção ⁶ .	Volnei Garrafa e Dora Porto.	Periódico – O Mundo da Saúde.	2002.
Intervention bioethics: a proposal for peripheral countries in a context of power and injustice ¹⁹ .	Volnei Garrafa e Dora Porto.	Periódico – Bioethics.	2003.
Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção ²¹ .	Volnei Garrafa e Dora Porto.	Capítulo de livro – Bioética, poder e injustiça.	2003.
Da bioética de princípios a uma bioética interventiva ¹⁸ .	Volnei Garrafa.	Periódico – Revista Bioética.	2005.
Bioética de intervenção: considerações sobre a economia de mercado ²⁴ .	Dora Porto e Volnei Garrafa.	Periódico – Revista Bioética.	2005.
Inclusão social no contexto político da bioética ²⁵ .	Volnei Garrafa.	Periódico – Revista Brasileira de Bioética.	2005.
De una “bioética de principios” a una “bioética interventiva” crítica y socialmente comprometida ²⁶ .	Volnei Garrafa	Periódico - Revista Argentina de Cirugía Cardiovascular.	2005.
O novo conceito de Bioética ⁵ .	Volnei Garrafa	Capítulo de livro - Bases conceituais da bioética – enfoque latino-americano.	2006.
Intervention Bioethics: epistemology for peripheral countries ²⁷ .	Volnei Garrafa e Dora Porto.	Periódico – Journal International de Bioétique	2008.
Bioética de intervención ²⁸ .	Volnei Garrafa e Dora Porto.	Dicionário – Diccionario latino-americano de bioética.	2008.
Bioética ¹⁴ .	Volnei Garrafa.	Capítulo de livro – Políticas e Sistema de saúde no Brasil.	2008.
Bases epistemológicas e políticas da bioética de intervenção ²⁹ .	Volnei Garrafa e Monique Pyrrho.	Capítulo de livro – Saúde bucal das famílias: trabalhando com evidências.	2008.
Bioética de intervenção: uma prática politizada na responsabilidade social ³⁰ .	Leonardo Eustáquio Sant’Anna da Silva, Adriano Drummond e Volnei Garrafa.	Periódico – Universitas: Ciências da Saúde.	2011.
Por uma vida não colonizada: diálogo entre bioética de intervenção e colonialidade ³¹ .	Wanderson Flor do Nascimento e Volnei Garrafa.	Periódico. Saúde e Sociedade.	2011.
Bases epistemológicas e políticas da bioética de intervenção ³¹ .	Volnei Garrafa e Monique Pyrrho.	Capítulo de livro – Saúde bucal das famílias: trabalhando com evidências. 2ª. Edição.	2012.
Bioética de intervenção: retrospectiva de uma utopia ³³ .	Dora Porto.	Capítulo de livro – Bioéticas, poderes e injustiças: 10 anos depois.	2012.
Bioética ³⁴ .	Volnei Garrafa.	Capítulo de livro – Políticas e Sistema de saúde no Brasil. 2ª	2012.

		edição	
Bioética de intervenção e pedagogia da libertação: aproximações possíveis ³⁵ .	Ivone Santos, Helena Shimizu e Volnei Garrafa	Periódico – Revista Bioética.	2014.
Bioética de intervención, interculturalidad y no-colonialidad ³⁶ .	Fábio Rivas-Muñoz, Volnei Garrafa e Saulo Ferreira Feitosa	Periódico – Saúde e Sociedade.	2015.

Fonte: Pesquisa do autor, 2015.

Por meio da leitura crítica pôde-se observar que os textos de fundamentação da BI possuem, em geral, pontos argumentativos idênticos, o que confere a coerência interna da teoria, entretanto, também possui acréscimos de categorias adicionais para a ampliação e sustentação da teoria, o que é de certo modo esperado quando se trata de um processo de construção, análise, reflexão e reconstrução.

Para uma apresentação mais didática dos resultados optamos por abordar neste capítulo os pontos comuns entre os textos e, de modo cronológico, em quais momentos os acréscimos de categorias passaram a existir. Escolhemos, portanto, a estratégia de organizar os textos semelhantes em grupos, caracterizando o que chamamos de “diferentes momentos” de publicações de fundamentação da BI redigidas pelos seus criadores. O fator central que diferencia os momentos da BI é o fato do texto (ou grupo de textos) incluir uma nova fundamentação teórica, significativa e, que até então, não havia sido publicada e declarada como categoria da BI. A sistematização do grupo de textos, seus anos de publicação e os momentos da BI aos quais fazem referência encontram-se no Quadro 2 e serviram de base para a divisão desta tese em alguns de seus capítulos. Assim, o primeiro momento é descrito neste capítulo, o segundo e terceiro momentos são descritos no capítulo 3 e o quarto momento no capítulo 4.

Quadro 2 - Organização dos textos de fundamentação da BI de autoria de seus criadores, segundo seu momento e ano de publicação.

Momento	Texto	Ano de publicação
1º - Apresentação inicial da BI.	Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção ⁶ .	2002.
	Intervention bioethics: a proposal for peripheral countries in a context of power and injustice ¹⁹ .	2003.
	Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção ²¹ .	2003.

	Da bioética de princípios a uma bioética interventiva ¹⁸ .	2005.
	De una “bioética de principios” a una “bioética interventiva” crítica y socialmente comprometida ²⁶ .	2005.
	O novo conceito de Bioética ⁵ .	2006.
2º - Aprofundamento: reafirmação conceitual da BI.	Bioética de intervenção: considerações sobre a economia de mercado ²⁴ .	2005.
	Inclusão social no contexto político da bioética ²⁵ .	2005.
	Intervention Bioethics: epistemology for peripheral countries ²⁷ .	2008.
	Bioética de intervención ²⁷ .	2008.
	Bioética ¹⁴ .	2008.
	Bases epistemológicas e políticas da bioética de intervenção ²⁹ .	2008.
	Bases epistemológicas e políticas da bioética de intervenção ³² .	2012.
	Bioética ³⁴ .	2012.
	Bioética de intervenção e pedagogia da libertação: aproximações possíveis ³⁵ .	2014.
	Bioética de intervención, interculturalidad y no-colonialidad ³⁶ .	2015.
3º - Aprofundamento: justificação teórica da BI.	Bioética de intervenção: uma prática politizada na responsabilidade social ³⁰ .	2011.
4º - Avaliações críticas da BI.	Por uma vida não colonizada: diálogo entre bioética de intervenção e colonialidade ³¹ .	2011.
	Bioética de intervenção: retrospectiva de uma utopia ³³ .	2012.

Fonte: Pesquisa do autor, 2015.

Apresentando inicialmente características bibliométricas, ilustramos o quantitativo de textos de fundamentação da BI de autoria de seus criadores, de acordo com o ano de publicação, na Figura 1. Pensando que os dezenove textos selecionados foram publicados no decorrer de catorze anos, temos uma média de publicação de 1,3 texto/ano ou de aproximadamente 4 textos a cada triênio.

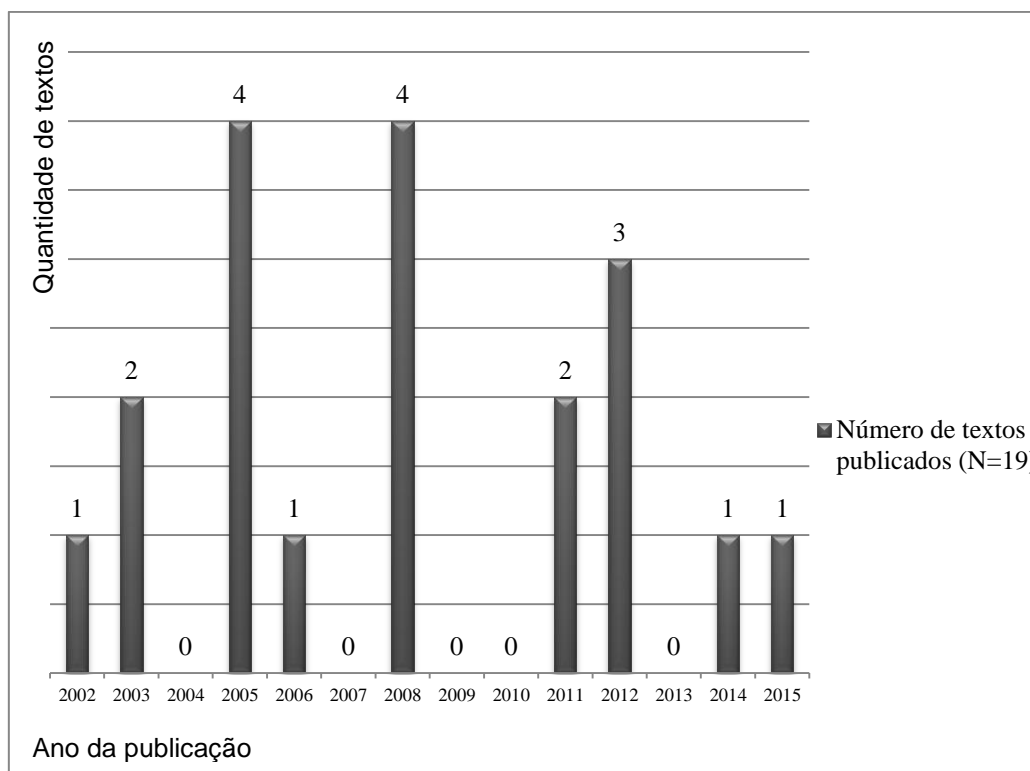


Figura 1 - Quantitativo de textos de fundamentação da BI de autoria de seus criadores, por ano de publicação.

Fonte: Pesquisa do autor, 2015.

Para o seu primeiro momento, foco deste capítulo, merecem destaque os dois primeiros artigos de fundamentação e apresentação da BI publicados em 2002 pelos periódicos “O Mundo da Saúde”⁶ e “*Bioethics*”¹⁹ em 2003, pois, além de terem sido os primeiros artigos publicados em revistas acadêmicas indexadas, passaram a apresentar a BI tanto para leitores do Brasil quanto internacionalmente, já que é corriqueira a busca e leitura de artigos escritos em língua inglesa, conferindo, assim, maior visibilidade à BI. Endossam o mesmo arcabouço teórico deste primeiro momento da BI os próximos três textos analisados, o capítulo de livro “Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção”²¹ e os artigos “Da bioética de princípios a uma bioética interventiva”¹⁸ e “De uma ‘bioética de princípios’ a uma ‘bioética interventiva’ crítica y socialmente comprometida”²⁶.

Entendendo que a BI inicialmente faz uma análise geral dos conflitos morais para posteriormente elencar as categorias pertinentes à sua teoria, aqui se intenta aplicar tal ordem para a interpretação. Em termos analíticos a BI apresenta tanto

uma leitura de mundo como uma leitura da bioética como campo de conhecimento e atuação neste mundo.

Sobre a leitura de mundo os autores deixam claro que os principais conflitos morais existentes se relacionam com dois pontos, a disparidade de poder e a inacessibilidade aos bens de consumo básicos à sobrevivência com dignidade, sendo que utilizam estas categorias, inclusive, para diferenciar o conceito classificatório de países centrais e países periféricos. Introduzem também a proposta de classificação do temário da bioética em bioética das situações persistentes e bioética das situações emergentes, sendo a primeira de maior preocupação para a realidade dos países periféricos.

Trazem também como pontos importantes da percepção dos problemas morais a existência de um modelo econômico capitalista (o mercado) que fomenta ainda mais as desigualdades entre os países e o seu contraponto com os Direitos Humanos, já que o projeto do primeiro inviabiliza a execução do segundo para grande parcela da população mundial.

Em suas argumentações prévias os autores se ocupam sobre as ideias entre ética e moral. O que em primeiro momento parece ser uma tarefa despretensiosa de discutir sobre a possibilidade da existência de um conceito universal (ética) em contraste com a diversidade cultural (moralidades) acaba servindo para fundamentar a avaliação crítica de que o universalismo ético é imposto em uma relação assimétrica de poder, legitimando dominações e desvalorizando culturas não materialistas e com aparatos tecnológicos diferentes do modelo capitalista dos países centrais.

Ainda sobre diversidade cultural e universalismo os autores também justificam a impossibilidade de um universal ético comum baseados na produção de Engelhardt Jr.³⁷, que faz sua leitura a partir da impossibilidade de que nos moldes da sociedade ocidental atual, com extensa diversidade moral e de diferentes interesses econômicos, os indivíduos estejam aptos a aceitarem o abandono de seus valores ou o acréscimo de valores outros. Apesar de entenderem que a proposta de Engelhardt Jr. de valorizar a tolerância entre os “estranhos morais” é importante para o estabelecimento de diálogo, classificam-na como um instrumento incapaz de suprimir as desigualdades, uma vez que em contextos assimétricos pode levar o pretense diálogo a uma relação de aceitação ou subserviência.

Na aparente impossibilidade de um universal ético comum, os autores realizam uma interessante correlação com a finitude dos recursos naturais. Para os autores, independentemente dos valores morais de qualquer grupo, o descaso com o meio ambiente e a exploração irresponsável de recursos naturais traz malefícios para todos. Assim, declaram que

A determinação com que tornamos o discurso ecológico a *pièce de résistance* de nossas tentativas de encontrar padrões éticos universais apenas reflete a angústia, a impotência e a incapacidade de transformar nossa visão de mundo frente a uma situação aparentemente marcada por imperativos absolutos.⁶

Aqui, mais uma vez fazem denúncia sobre os interesses dos países centrais sobressaindo sobre os interesses dos periféricos já que em convenção internacional proposta pelas Nações Unidas, naquele momento histórico, os Estados Unidos, por exemplo, se recusaram a assinar acordo que reduziria a emissão de gases causadores do efeito estufa.

Sequencialmente os autores apresentam a ideia de corporeidade, a percepção sensorial de prazer e dor como condicionantes das ideias e do comportamento das pessoas. Para eles, “o pacto social, seja ele qual for, decorre do uso dos parâmetros sensoriais”⁶. Assim, defendem que apesar de diferentes moralidades coexistirem, um mínimo comum é o fato das pessoas, em qualquer código moral, buscarem experiências de prazer e evitem experiências de dor.

Agora, sobre a leitura bioética, é justamente a partir da observação crítica da realidade de mundo onde ficam aparentes as injustiças e disparidades das condições de vida da população que os autores posicionam politicamente seu ponto de vista bioético:

Tomando como ponto de partida a constatação desses indesejáveis indicadores de desequilíbrio social que deságuam em paradoxos éticos insustentáveis, é que a busca de respostas práticas e éticas, com base em referenciais teóricos mais apropriados, tornou-se prioritária para os países pobres do Hemisfério Sul. A partir da construção de um novo arcabouço crítico e epistemológico, dialeticamente engajado às necessidades das maiorias populacionais excluídas do processo desenvolvimentista, os dilemas rotineiramente detectados pelos especialistas periféricos da bioética poderão passar a ser enfrentados com mais objetividade.⁶

Em resposta ao modo como a bioética tem se posicionado frente às injustiças, como ferramenta que segundo os autores acaba se configurando como “neutral e asséptica”, é que a necessidade de alguma releitura aparece. Assim, inicialmente a BI se apresenta como uma negação da realidade percebida, ou seja, declara o que a bioética não é (ou ao menos não deveria ser). Não deve ser despolitizada, não deve

agir em favor dos mais poderosos, não pode ter pretensões universais em um sentido impositivo e nem defender a liberdade individual irrestrita de modo a desconsiderar as suas consequências coletivas e sociais.

Neste ponto fica claro que a anunciação deste compromisso político-social é necessária, pois, até então, os países centrais defendiam que a bioética deveria ater-se somente às discussões do campo biomédico/biotecnológico, como a relação profissional paciente e a de pesquisadores e participantes de pesquisa. Como este posicionamento dos países centrais em relação à Bioética usa como referencial teórico a Bioética Principlista é notória a crítica realizada com direcionamento a esta escola de pensamento, e aqui já aparecendo as categorias diretivas à ação da BI, onde esta deve, inclusive, primar por posicionamentos diametralmente opostos ao que se entende serem os pontos nocivamente exacerbados pela Bioética Principlista:

autonomia *versus* justiça/eqüidade; benefícios individuais *versus* benefícios coletivos; individualismo *versus* solidariedade; omissão *versus* participação; mudanças superficiais e temporárias *versus* transformações concretas e permanentes.⁶

Em termos originais, os autores ainda orientam:

a) no campo público e coletivo: a priorização de políticas e tomadas de decisão que privilegiem o maior número de pessoas e pelo maior espaço de tempo possível, mesmo que em prejuízo de certas situações individuais, com exceções pontuais a serem discutidas; b) no campo privado e individual: a busca de soluções viáveis e práticas para conflitos identificados com o próprio contexto onde se dá o conflito⁶.

Buscamos, então, realizar uma sistematização dos fundamentos teóricos da BI, sejam aqueles possíveis de serem extraídos da apresentação da leitura de mundo feita pelos autores, sejam aqueles declaradamente apresentados como fundamentos úteis para a resolução de conflitos morais. Agrupados no que convençamos chamar de categoria, seguem: bioética de situações persistentes, bioética de situações emergentes, países centrais e periféricos, bioética não neutra (ou politizada), mercado fomentando desigualdades, Direitos Humanos, diversidade cultural e pluralismo moral, finitude dos recursos naturais, os 4 “pês” (prudência, precaução, prevenção e proteção), corporeidade (prazer e dor), equidade, comprometimento com os excluídos (vulneráveis), intervenção, utilitarismo e consequencialismo solidário.

Com a leitura dos textos do primeiro momento da BI sentimos a necessidade de relembrarmos de nossa proposta inicial. Convocamos novamente a figura do bioeticista hipotético que tem somente os textos publicados para compreender a BI. O fato é que um dos textos deste momento¹⁸, em sua fase de críticas à hegemonia da Bioética Principlalista comenta que para países pobres do hemisfério Sul outras categorias são importantes além dos quatro tão aclamados princípios de Georgetown, chegando a citar, por exemplo, a “responsabilidade”, o “cuidado” e a “alteridade” quando faz referência à tese de doutorado defendida por acadêmico da Cátedra Unesco de Bioética em mesmo ano. Sequencialmente à citação destas categorias, afirma como sendo também categorias importantes:

...além do que chamo de quatro “pês” – prevenção (de possíveis danos e iatrogenias), precaução (frente ao desconhecido), prudência (com relação aos avanços e “novidades”) e proteção (dos excluídos sociais, dos mais frágeis e desassistidos) – para o exercício de uma prática bioética comprometida com os mais vulneráveis, com a “coisa pública” e com o equilíbrio ambiental e planetário do século XXI, começam a ser incorporadas por bioeticistas latino-americanos críticos em suas reflexões, estudos e pesquisas¹⁸.

O próximo parágrafo arremata:

Nesse sentido, surgiu na região da América Latina, entre outras, uma proposta epistemológica anti-hegemônica ao principlalismo, gerada na Cátedra Unesco de Bioética da Universidade de Brasília. Essa nova proposta conceitual e prática, denominada “bioética de intervenção”, propõe uma aliança concreta com o lado historicamente mais frágil da sociedade¹⁸.

Assim, resta o questionamento. Nosso bioeticista, tendo como base estes textos de fundamentação, deverá compreender que como, até então, o autor do texto não havia apresentado a BI, os chamados quatro “pês” seriam apenas exemplos de categorias do pensamento latino-americano, compilados pelo autor, ou, por fazer menção destas categorias em um contexto de bioética “comprometida com os mais vulneráveis” já poderia compreender de que se tratariam de fundamentos teóricos a serem incorporados pela BI?

Pelo modo como o texto se apresenta, compreendemos que neste momento há mais indícios que favoreçam a primeira interpretação, isto é, de que são apenas quatro exemplos de categorias relevantes para conflitos morais em contexto de desigualdade, mas que não fazem parte do núcleo de categorias da BI. Além do posicionamento dos quatro “pês” no texto ser apresentado anteriormente à própria anunciação da BI, notamos que não há um esforço posterior em fundamentar estas

categorias e/ou relacioná-las de modo mais intrínseco com a proposta epistemológica específica da BI.

A ordem de aparição da argumentação, bem como a ausência de esforço para correlacionar os quatro “pês” à BI reaparece três anos depois, em 2008, em cinco textos de fundamentação. O primeiro foi publicado no *Journal International de Bioéthique*²⁷, o segundo no *Diccionario Latinoamericano de Bioética*²⁸, o terceiro como capítulo do livro *Políticas e Sistema de Saúde no Brasil*¹⁴ e o quarto como capítulo do livro *Saúde Bucal das Famílias: trabalhando com evidências*, em suas duas edições^{29,32}.

No primeiro encontramos a seguinte frase: “*They [critical Latin American bioethicists] have also begun to incorporate what can be called the ‘four Ps’ (...)*”²⁷, assim, a palavra “they” (eles) fazendo referência a bioeticistas críticos da América Latina parece retirar a associação dos quatro princípios da proximidade do “eu” ou “nós” que se traduziria na incorporação dos mesmos à BI. O mesmo acontece no segundo²⁸ e quarto²⁹ textos onde a referência sobre o uso dos quatro “pês” e de outras categorias é relacionada com bioeticistas latino-americanos em suas reflexões, investigações e práticas. O terceiro¹⁴, de modo semelhante, associa-os a bioeticistas críticos em seus estudos e pesquisas. Situação semelhante é encontrada em texto publicado em 2011, “*Bioética de intervenção: uma prática politizada na responsabilidade social*”³⁰.

Ressaltamos que esta hipótese que compreende tendência pela exclusão dos quatro “pês” do corpo teórico da BI toma como referência apenas os estudos de fundamentação publicados pelos autores. Do ponto de vista metodológico, por assim termos optado organizar nosso percurso para análise da pergunta de partida, atingiríamos nosso objetivo sem problemas. Entretanto, sendo a realidade complexa e a BI uma teoria em constante renovação, é em um texto de aplicação³⁸, publicado em 2008, com participação de um dos criadores da BI, que esta hipótese inicial acaba sendo refutada. Nesse artigo científico que problematiza o uso da auto-hemoterapia no Brasil é que fica claro ao nosso bioeticista hipotético que os quatro “pês” devem realmente ser tomados como categorias da BI. Assim, seria possível a conclusão de que devemos incluir estas categorias ao corpo teórico da BI.

3 APROFUNDAMENTOS DA BIOÉTICA DE INTERVENÇÃO

O segundo momento da BI é aquele onde os seus criadores buscam aprofundar alguns pontos da anunciada BI e reafirmar outros já apresentados. Seria, portanto, a fase de seu primeiro aprimoramento epistemológico e fortalecimento de seus preceitos como linha de pesquisa da Bioética latino-americana. Para esta fase, entendemos fazer parte os textos já apresentados no Quadro 2.

Tentando respeitar a ordem cronológica de publicação, consideramos inicialmente os textos publicados em 2005, especialmente o que realiza considerações da economia de mercado²⁴. Neste texto o que pudemos perceber de grande relevância para o aprofundamento da compreensão da BI é que a leitura de mundo globalizado, perpetuador de desigualdades, tem ancoragem com a produção e consumo de tecnologia.

Neste sentido, a classificação dos países centrais e periféricos adquire outro nível de significado: países centrais são aqueles que possuem os meios para produzir tecnologia e, além disso, tecnologia referenciada por sua própria ideologia, enquanto que países periféricos são aqueles que obedecendo às leis de mercado, consomem tecnologia, mas, mais importante, são aqueles que não produzem tecnologia segundo sua própria ideologia, sendo consumidores daquilo que conseguem, de acordo com o *status* que possuem referenciado pelas leis do mercado.

Interessante frisar que em termos interpessoais os autores inferem semelhante relação entre aquelas pessoas que conseguem consumir tecnologia e as que são excluídas, sem pertencimento. Estas relações políticas e interpessoais que colocam a tecnologia como ferramenta ordenada pelas leis do mercado são interpretadas como a origem do incremento e manutenção das desigualdades e iniquidades entre e intra países.

Outro aprofundamento teórico apresentado neste texto se refere à corporeidade. Tendo já definido em textos anteriores a corporeidade como um universal óbvio, já que todas as pessoas necessitam do corpo físico para existirem e agirem em sociedade, os autores inferem que deve existir universalmente um

contexto de vida onde as funções essenciais à existência constituam uma realidade concreta. Esse contexto universal seria, portanto, aquele apresentado pela compreensão e defesa dos Direitos Humanos. Aqui também se pode perceber a possibilidade de defesa do argumento relacionado com a necessidade de intervenção. Se todos nós manifestamos o universal óbvio e necessitamos de um mínimo existencial, representado pelo que se defende em garantia aos Direitos Humanos, quando este mínimo não se apresenta na realidade concreta, instala-se um contexto de desigualdade, de injustiça. Tratando-se de um conflito moral, é imperativa a intervenção na realidade para que a situação de injustiça possa ser superada.

Por fim, o texto aprofunda os fundamentos dos Direitos Humanos incorporando as noções de cidadania expandida e de direitos de primeira, segunda e terceira geração. Sobre a cidadania expandida defendem que a “legitimação e aceitação dos direitos não se restringem apenas às garantias asseguradas pelo Estado, mas estende-se à condição inalienável de pessoa, perpassando assim o conjunto de sociedades humanas”²⁴. Assim, se comprometem cada vez mais com a ideia dos Direitos Humanos como referenciais universais.

Sobre os direitos de primeira geração - aqueles relacionados com a sobrevivência física e social - pelo fato dos autores reconhecerem que a condição de ser pessoa é suficiente para a titularidade de direitos, podemos compreender que há uma forte relação também apresentada na noção de corporeidade e universal óbvio. Afinal, é só com a garantia da integridade física, sentida e até mesmo medida pela noção de corporeidade, é que se poderia afirmar a garantia de tais direitos.

Sobre os direitos de segunda geração, onde se incluem os direitos econômicos e sociais, podemos entender que há uma relação direta com os referenciais de justiça (equidade) e de comprometimento com os mais vulneráveis.

Por fim, nos direitos de terceira geração, que são representados pela proteção ao meio ambiente e recursos naturais, estes se relacionam diretamente com a BI pelo seu posicionamento de reconhecimento de recursos naturais finitos e, além disso, pelas relações de poder que existem quando países centrais exploram países periféricos usurpando seus recursos naturais, trazendo como consequências mais desigualdades e injustiças. Piorando o quadro, denunciam que a exploração de

tais recursos naturais, em muitas vezes, acaba sendo utilizada de modo irracional, gerando grandes desperdícios, obedecendo de modo unilateral às insensíveis regras do mercado.

Partindo para o segundo texto de fundamentação também publicado em 2005, “Inclusão social no contexto político da Bioética”²⁵, além do reforço de alguns referenciais da BI, como a negação da possibilidade de uma bioética neutra e das desigualdades injustas entre países e pessoas, há a inclusão de novas categorias, quais sejam: empoderamento, libertação e emancipação.

Estas três expressões são utilizadas para que o autor discuta a inclusão social no contexto epistemológico da bioética. De fato, as mesmas já possuem aproximação com a BI por colocarem os interesses dos vulneráveis, excluídos, oprimidos ou condenados da Terra em primeiro plano. Sobre o empoderamento, o autor explica aos leitores a origem do uso trabalhado por Amartya Sen e afirma que o empoderamento de sujeitos individuais, prioritariamente daqueles vulnerabilizados por processos históricos, destituídos de poder em relação notoriamente assimétrica e injusta, seria capaz de amplificar as vozes daquele segmento, podendo assim, promover a sua inserção social, impactando positivamente nas suas vidas, transformando a realidade iníqua.

Uma aproximação com a fundamentação teórica da BI se dá quando afirma-se que a “visão de empoderamento delineada por Sen estabelece a ponte entre os indivíduos cuja corporeidade sustenta o processo de produção e reprodução social e a coletividade da qual as pessoas fazem parte”²⁵. Ou seja, sustenta que é o corpo castigado e explorado que alimenta os grupos de sujeitos vulneráveis e, esta mazela que os une, é base para que realizem o movimento coeso de empoderamento.

A segunda possibilidade de aproximação com a BI se dá quando se percebe que a noção de autonomia individual não pode ser extremada na vida social, tal qual a BI já havia levantado críticas em seus textos iniciais fazendo menção ao principialismo. Para que se trabalhe com a noção de empoderamento, os sujeitos devem perceber que a liberdade individual deve também incorporar a noção de responsabilidade e, assim sendo, no exercício de sua autonomia também devem estar comprometidos com a ideia de que os seres humanos (e outras formas de vida) estão interconectados.

Sobre o conceito de libertação busca-se o referencial em Paulo Freire, reconhecendo que existe grande semelhança entre o pensamento deste e de Sen. Entretanto, estabelece a principal diferença que seria a de que Freire desvela as relações de poder que prejudicam os vulneráveis, apontando de modo concreto o sentido da luta política para o ganho da liberdade. Ou seja, é com “a tomada de consciência sobre as forças que os oprimem e pela ação concreta em oposição a elas”²⁵.

Neste sentido, podemos afirmar que a colaboração de Freire se dá ao desvelar o *locus* onde estão as forças que oprimem os oprimidos e, conseqüentemente, estimular os oprimidos a lutarem contra estas forças. Aqui residiria a principal diferença entre a libertação e o empoderamento. Esta expressão já prejulga a existência de um poder unilateral. Na libertação a força está em ser capaz de identificar onde se encontra o “inimigo” e incentivar a luta contra ele no sentido de realmente se libertar da relação opressora.

Já o conceito de emancipação é apresentado como sinônimo de independência, daquele que possui domínio sobre si e sobre suas escolhas. Destaca que esta emancipação pode acontecer tanto em perspectiva individual quanto para um Estado, deste modo, o empoderamento seria capaz de direcionar a luta pela libertação, inclusive em dimensão coletiva.

Resumindo, o autor defende que as três expressões se assemelham, pois auxiliam na compreensão de que a inclusão social deve ser um processo de construção que tenha como objetivo final a justiça social, entretanto, ressaltando que este processo dinâmico de construção seja principalmente realizado a partir dos que mais sofrem com as injustiças, isto é, os próprios vulneráveis.

Em um esforço para amarrar as três expressões à BI, nosso bioeticista hipotético poderia rememorar que esta se compromete com os vulneráveis que são os corpos que sofrem com as injustiças impostas pela assimetria na relação de poder (corporeidade), seja em quaisquer níveis. Inicialmente os vulneráveis deveriam se orientar pela libertação, ou seja, seriam capazes de desvelar as relações de poder que os oprimem, tomariam conhecimento do papel imposto aos mesmos em um sistema organizado em nível macro. Assim, também seriam capazes de reconhecer a quem a manutenção das relações interessa e em qual

sentido a mudança se posiciona. Após a tomada de consciência individual e coletiva, agregando significado, estaria o empoderamento, capaz de unificar os indivíduos em um grupo coeso que percebe a responsabilidade das ações individuais para a mudança da realidade social. Por fim, seria a emancipação, isto é, o desejo pela conquista da liberdade e justiça social como combustível que colocaria em prática o projeto de mudança da realidade. Em uma redução simplificadora, os vulneráveis reconhecem criticamente a realidade com a libertação, conectam-se (engajam-se) como sujeitos sociais com o empoderamento e executam seu projeto de inclusão social com a emancipação.

Ressaltamos a importância deste texto, pois, até então, as perspectivas individuais apontadas pela BI se restringiam à definição de que em contextos privados e individuais os conflitos morais deveriam ser avaliados a cada caso. A partir deste texto a figura do sujeito individual aparece de modo mais concreto, assumindo, inclusive, papel central para a resolução de problemas. Ou seja, o que parecia uma bioética de intervenção ao indivíduo, com ação realizada de certo modo extrínseca, como, por exemplo, em alguma ação de Estado, agora passa a incorporar ações intrínsecas, dos próprios indivíduos, dos sujeitos vulneráveis.

Entretanto, em ambos os casos, ou seja, com ou sem a presença marcada dos indivíduos, a figura do Estado está presente no sentido de que este seria o responsável por validar as intervenções propostas. Tanto pela necessidade de se criar marcos regulatórios, como, por exemplo, no caso de intervenções com exigência de inclusão de aportes legais como aconteceria em contextos de demarcação de terras indígenas ou de reforma agrária, quanto pela própria logística da ação interventiva, que em geral demanda o trabalho de agentes públicos e a destinação de recursos financeiros específicos, como no caso do processo de reorientação dos serviços de saúde em favor do acesso de grupos socialmente excluídos.

Neste sentido, sempre haveria um tensionamento entre o papel dos indivíduos/ grupos, especialmente os vulnerabilizados, e do Estado na proposta interventiva. Como esta relação já é em si assimétrica há de se ter atenção especial para como ela tem acontecido, uma vez que a mesma pode ser a reprodutora de intervenções no sentido de intromissão, como já levantado por Feitosa³⁹. Daí a

necessidade de se estimular o processo de democratização que vem sendo proposto desde o fim do regime militar no Brasil.

Especialmente no que tange ao contexto da saúde pública, é necessário o contínuo estímulo à participação da comunidade na avaliação e formulação das políticas de saúde, garantindo a participação da voz dos usuários de modo legítimo e não apenas como resposta ao cumprimento de uma regra burocrática necessária para o fluxo de repasses de verbas. Ressaltam este contexto as denúncias apresentadas por Moreira e Escorel⁴⁰, quando avaliaram o perfil dos Conselhos Municipais de Saúde (CMS) no Brasil e encontraram que muitas vezes, por serem economicamente dependentes dos gestores, os conselhos acabam reproduzindo a agenda oficial da gestão, boicotando assim o sentido de sua existência. Além disso, ressaltam que em alguns casos estes conselhos não possuem sua legitimidade reconhecida por atores sociais importantes como o Poder Legislativo municipal, o Poder Judiciário e o Ministério Público, transformando a instância deliberativa em apenas uma alegoria⁴⁰.

Este estudo avaliou 5.463 CMS espalhados pelo Brasil e identificou que os CMS “que têm as melhores condições de autonomia e organização são também os que se localizam em municípios que apresentam uma sociedade civil mais mobilizada e acostumada à negociação e à articulação política”⁴⁰. Por meio desta avaliação de uma situação concreta seria possível reconhecer que para a BI estar bem aplicada é importante que as categorias de solidariedade, empoderamento, libertação e emancipação sejam maximizadas no sentido de fortalecer a sociedade civil e forçar o Estado a pensar e agir com a população e não para a população.

Voltando ao texto “Inclusão social no contexto político da Bioética”²⁵, em termos de ineditismo, há dois destaques: o primeiro é o fato de o autor identificar a BI como uma linha de pesquisa da “bioética social”, tema até então não citado em seus textos de fundamentação. O segundo é a menção a então recém publicada Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, dando destaque à aproximação de seu teor com os fundamentos defendidos pela bioética latino-americana e a possibilidade deste documento servir como “uma orientação universal e objetiva a partir da qual a bioética pode lutar pelo empoderamento, pela libertação e pela emancipação dos ‘condenados da terra’”²⁵.

Considerando o texto publicado em inglês em 2008 no *Journal International de Bioética*²⁷ e os capítulos publicados nas edições do livro “Saúde bucal das famílias: trabalhando com evidências”^{29,32} o que percebemos é uma compilação dos outros textos produzidos em 2005 que já haviam trazido novos aprofundamentos sobre a BI. O outro texto publicado em 2008, em espanhol, no *Diccionario Latinoamericano de Bioética*²⁸ reforça os pontos apresentados pelo texto de 2005 que inclui as noções dos direitos de primeira a terceira gerações, entretanto, não fazendo qualquer menção aos conceitos de empoderamento, libertação e emancipação.

O texto publicado como capítulo do livro “Políticas e Sistema de Saúde no Brasil”¹⁴, de 2008, com segunda edição de 2012, apesar de ter o objetivo de apresentar a bioética de modo mais abrangente, não sendo exatamente um texto de fundamentação específica da BI, acaba por fazer uma referência à BI que poderia trazer um conflito interpretativo ao nosso bioeticista hipotético. O fato é que o texto apresenta os fundamentos da BI, mas a referenciando com nomenclatura jamais citada anteriormente, assim, denomina o que seria a BI como “bioética sanitária”. O autor a define como a “interpretação da bioética que prioriza os temas públicos e coletivos em detrimento de questões específicas, privadas e individuais”, fazendo menção às suas características em âmbito coletivo (utilitarista consequencialista) e privado¹⁴.

Como esta questão não é trazida por nenhuma outra produção dos criadores da BI, assumindo o papel de hermeneuta crítico, levantamos a hipótese de esta adaptação na nomenclatura tenha tido o simples objetivo apresentar a bioética de intervenção de um modo mais didático, já que se trata de um livro da área de Saúde Coletiva que possui diversos sinais de intertextualidade, como caixas explicativas, exercícios, recomendações de sítios da internet, entre outros elementos, isto é, um texto aparentemente recomendado para leitura em cursos de graduação. Sendo um livro da área da Saúde Coletiva, a questão “sanitária” percorre a maior parte dos capítulos do livro, possibilitando aos leitores uma percepção da bioética a partir dos conhecimentos já trabalhados nos capítulos anteriores, o que poderia facilitar a ancoragem para o aprendizado. Neste sentido, o autor estaria mais preocupado em traduzir a BI aos leitores iniciantes do que propriamente substituir a nomenclatura “bioética de intervenção”.

O terceiro momento da BI é aquele onde o aprofundamento se caracteriza pela preocupação em realizar justificção teórica sobre alguns de seus fundamentos. Neste sentido, a questão do utilitarismo consequencialista parece ser prioritária, mas também se nota o tema da solidariedade.

Dando destaque ao texto “Bioética de Intervenção: uma prática politizada na responsabilidade social”³⁰, escrito por Volnei Garrafa em co-autoria com dois pesquisadores da Cátedra Unesco de Bioética da UnB, encontramos como novidade conceitual uma justificção mais clara sobre a ideia utilitarista consequencialista solidária apresentada nos textos iniciais da BI. Notamos que anteriormente a questão era tratada de modo mais abrangente, como é possível perceber na seguinte passagem:

A busca de definições a partir da corporeidade não é uma estratégia nova. Em momentos e com objetivos diferentes, pensadores como Jeremy Bentham, Vilfredo Pareto, Charles Darwin, Karl Marx e Sigmund Freud já haviam percebido que o prazer e a dor são marcos da percepção sensorial que orientam a valoração social de fatos e comportamentos⁶.

Neste momento, de modo notadamente mais específico, os autores afirmam que apesar de reconhecerem as raízes do utilitarismo no Epicurismo, consideram que foram os autores Jeremy Bentham e John Stuart Mill que elaboraram e apresentaram seus princípios na modernidade. Assim, é neste momento que fica claro ao nosso bioeticista hipotético que o referencial utilitarista da BI advém destes dois autores. Neste artigo, então, os autores baseiam as suas referências feitas ao utilitarismo partindo do livro “Ética” que tem como autores Borges, Dall’Agnol e Dutra, publicado em 2003, fato que no papel de hermeneuta crítico podemos problematizar afinal, se a referência é feita Bentham e Mill, poderia ter sido utilizado o texto mais emblemático do autor mais contemporâneo, isto é, o livro “Utilitarismo” do próprio Mill. Quando fazem a escolha por apresentarem o utilitarismo de Bentham e Mill através da releitura de outros autores, surgem questões que não estão esclarecidas nos textos originais, como, por exemplo, a questão dos cinco traços do utilitarismo que apresentam e citamos em parágrafo futuro.

Especificamente sobre a noção de utilitarismo no contexto da BI, afirmam:

Para o cálculo de utilidade, todos devem contar por um, ninguém pode contar por mais de um; assim, a bioética de intervenção leva em consideração esse fundamento para considerar se uma ação é ética ou não. Uma atitude deve ser analisada levando em conta se ela é capaz de levar a maior felicidade possível ao maior número de pessoas, e esse preceito deveria sempre ser seguido³⁰.

Pela análise hermenêutica observamos que a afirmação se refere a uma atitude, a uma ação. Juntando as duas informações, ou seja, a do reconhecimento de Bentham e Mill como referências para o utilitarismo da BI e que o que está em análise ética é uma atitude, podemos aprofundar um pouco nossa interpretação se buscarmos compreender se a BI trata-se de um utilitarismo de ato ou de regra.

Seguindo, os autores ainda declaram compreender no utilitarismo cinco traços básicos: consideração das consequências, função maximizadora, visão igualitária dos agentes morais, universalização da distribuição de bens e concepção natural de bem-estar. Relacionando estes aspectos com a BI, afirmam:

A bioética de intervenção enxerga esses traços como fundamentais. Uma atitude que desconsidere, por exemplo, a visão igualitária dos agentes morais coloca em risco suas atitudes, descumpra o pressuposto e leva à conclusão de que sua ação não pode ser considerada correta. Quanto à universalização, ressalta-se que ela deve ser de distribuição de bens e não de valores morais, pois estes devem ser contextualizados para serem analisados, não cabendo um universalismo ético fora de análise local³⁰.

Reforçam que no utilitarismo o resultado obtido pelas ações morais é o ponto principal de análise, ou seja, devem-se levar em conta as suas consequências práticas. Além disso, comparam a noção da existência de prazeres mais desejáveis do que outros com noções da BI com a solidariedade crítica:

a bioética de intervenção prevê o uso da reflexão baseada também na solidariedade crítica. O prazer das pessoas deve ser desejável, mas, quando há uma única possibilidade de intervenção, deve-se levar em consideração a realidade social vivida pelas pessoas envolvidas, não com um olhar compadecente de piedade, mas com a noção de que alguns prazeres devem ser elencados acima de outros³⁰.

Um ponto importante sobre esta passagem é que foi a primeira vez que um texto de fundamentação faz associação direta da BI com o texto de Selli e Garrafa⁴¹, onde são apresentadas relações da solidariedade crítica e de voluntário orgânico. Neste texto, os dois autores não haviam feito notadamente declaração de relação direta com a BI. Neste sentido, assumimos que nosso bioeticista hipotético poderia compreender este artigo de 2006 como um texto de co-fundamentação, tal qual seriam, por exemplo, os textos de Sen para a noção de empoderamento, de Freire para a noção de libertação ou os próprios ensinamentos de Bentham e Mill sobre a noção de utilitarismo. Assim, a partir deste texto podemos assumir que a BI

atualiza sua noção de solidariedade para a solidariedade crítica, expressão original proposta por Selli e Garrafa^{41,42,43}.

4 CRÍTICAS E AUTOCRÍTICA DA BIOÉTICA DE INTERVENÇÃO

A primeira crítica percebida pela leitura dos textos requer o nosso retorno ao texto “Inclusão social no contexto político da bioética”²⁵ que apesar de não tratar especificamente deste momento de críticas, ao realizarmos uma avaliação mais minuciosa, percebemos que nos traz elementos importantes para esta discussão. Nesta produção, em suas páginas iniciais, o nosso bioeticista hipotético se deparou com uma afirmação que parece uma resposta a algum tipo de crítica não declarada no corpo do texto. Segue a transcrição completa do trecho:

...cabe um reparo de transformar o princípio justo da proteção em uma epistemologia de cunho mais abrangente como forma de suprimir as desigualdades. Ainda que proteger os que suportam a ordem estabelecida, a custo da expropriação de seus corpos e vidas, e defender sua integridade frente aos que usufruem todos os benefícios dessa divisão espúria seja uma ação que pode melhorar sua qualidade de vida, **restringir a possibilidade de intervir na realidade à proteção aos menos favorecidos não deixa de ser uma concessão com a manutenção da desigualdade, dos privilégios e da exclusão**. Por isso, deve-se considerar a proteção como um princípio, essencial para a construção da justiça social, mas que não deve ser alçado à condição de matriz teórica. Sob a capa de um humanismo paternalista e patriarcal a maximização do princípio da proteção acaba revelando, em última análise, a assimetria concreta entre quem protege e quem é protegido. De certa forma, revela também uma admiração acrítica pelo pensamento escolástico, mesmo quando este somente reproduz uma retórica esvaziada do sentido que deve impregnar a relação entre teoria e prática, entre o plano ideal e a realidade²⁵. (Grifo nosso).

O que nosso bioeticista talvez devesse conhecer desta afirmação é a existência de uma linha de pesquisa latino-americana, proposta e fundamentada por Schramm e Kottow que de um modo geral estaria pautada em “ferramentas teóricas e práticas que visam entender, descrever e resolver conflitos de interesses entre quem tem os meios que o capacitam para realizar sua vida e quem não os tem”⁴⁴. Assim, apesar de terem em comum o compromisso com os mais vulneráveis (ou vulnerados para a Bioética de Proteção), ao leitor do texto de Volnei Garrafa, após tal afirmação, apresenta-se uma possível interpretação de que as duas propostas já haviam sido comparadas ou até mesmo sido colocadas como propostas muito semelhantes em algum contexto anterior. Outra possibilidade seria a do próprio autor já ter recebido críticas ou comentários sobre a suficiência ou abrangência da proteção, sem necessidade da existência da noção interventiva.

Esta segunda possibilidade parece plausível uma vez que há a afirmação já grifada por nós em que Garrafa declara que “restringir a possibilidade de intervir na realidade à proteção aos menos favorecidos não deixa de ser uma concessão com a manutenção da desigualdade, dos privilégios e da exclusão”²⁵.

Mais a frente, ao explicitar os argumentos que sustentam a inclusão social por meio do empoderamento o autor também reforça sua crítica à noção de proteção na forma como vinha sendo apresentada no contexto da bioética latino americana:

...ela [inclusão social] deve ser fruto de uma conquista pelo direito de decidir e pela possibilidade real do exercício desse direito, não podendo decorrer de mera concessão, como um presente que sem luta foi ofertado e que, por isso, da mesma forma, pode ser tirado ao sabor da vontade de quem concedeu a dádiva, como ocorre no caso da proteção²⁵.

Em qualquer dos casos, parece ao leitor que este momento tem grande importância à BI já que se estabelece uma negação com a reafirmação convicta da necessidade de uma bioética interventiva e comprometida socialmente, para além da noção de simples proteção.

Entretanto, fazendo uso das ferramentas da hermenêutica, buscamos no mesmo volume e número do texto “Inclusão social no contexto político da Bioética”²⁵ outros elementos que pudessem contribuir para a interpretação da argumentação apresentada. Assim, encontramos dois textos que dialogam com o caso: “Bioética e Biopolítica” de Miguel Kottow⁴⁵ e “Es una bioética separada de la política menos ideologizada que una bioética politizada?” de Pedro L. Sotolongo⁴⁶.

O texto de Kottow e de Garrafa estão na seção de “artigos especiais” que, segundo a própria Revista Brasileira de Bioética (RBB), destina-se à publicação de artigos de autores convidados. Neste sentido, pode se levantar a hipótese que os editores da revista estavam interessados em colocar em ênfase a discussão sobre o pensamento bioético construído na América Latina.

A questão central do texto de Kottow tem direta relação crítica à proposta interventiva da BI, isto é, uma ação com intencionalidade, política. Para tentar esclarecer um pouco mais a situação, propomos uma síntese reflexiva sobre os argumentos apresentados.

Kottow defende a ideia de que a bioética deve estar separada da política:

El ideario del poder es foráneo a la bioética, pues en esta última el pensamiento gravita más hacia la equidad y la comunicación. Ambas, política y bioética, obran

en ámbitos distintos, con métodos que difieren entre sí y, aplicando el lenguaje sistémico-funcional, cada uno debe actuar según su código (RODRÍGUEZ & ARNOLD, 1991), que para la política es el dipolo poder/impotencia y para la ética es bien/mal. La asociación entre gobierno, poder y violencia es contraria al pensamiento bioético y crea una brecha infranqueable entre ésta y la política.⁴⁵

Segue afirmando que alguns autores propuseram uma bioética baseada em práticas interventivas, assim, cita Garrafa e Porto¹⁹ e afirma que: “Esta bioética de intervención, que propone una redistribución del poder a fin de lograr justicia, se acerca en forma notoria a un planteamiento político”⁴⁵. Ora, se a bioética está separada da política e a BI requer uma abordagem política, fica clara a crítica apresentada, ou seja, para o autor, do ponto de vista bioético, a BI não teria fundamentação em ser. Desse modo, é importante aprofundarmos nos argumentos que sustentam essa afirmação.

Kottow traz definições de biopolítica e se apoia em um conceito que inclui a noção de que esta seria uma crescente implicação da vida natural dos homens nos mecanismos e nos cálculos de poder. Assim, invoca o pensamento grego para diferenciar a vida como mero fato biológico (*zōē*) da existência humana imersa na cultura, historicidade e direitos (*bíos*). Relendo a noção de biopolítica, fica claro que o argumento que defende é que a biopolítica, portanto, ao tratar da vida natural está preocupada em controlar a *zōē* e, neste sentido, desconsidera qualquer outro elemento que componha a *bíos*⁴⁵.

Para ele, a biopolítica transforma o indivíduo em uma “nuda vida biológica”, além de ser agressiva também com os povos, ou seja, é prejudicial aos indivíduos e à coletividade. Isto porque a ação da biopolítica interferiria nas normas jurídicas e morais, afrouxando-as, tornando-as menos protetoras ou mais vulnerabilizantes. Assim, em um contexto de estado de exceção ou em situações limites em que a biopolítica exerceria seu poder claramente, estaria instaurado um contexto pré-moral

donde la bioética no tiene acceso porque su lenguaje se vuelve absurdo en situaciones límite: ¿cómo puede un principio bioético encontrar aplicación frente a la realidad de un campo de concentración o, en escenarios contemporáneos, tener vigencia cuando combatientes capturados no son considerados prisioneros de guerra y por ende no reciben el trato humanitario que internacionalmente se ha acordado?⁴⁵

A partir desta afirmação o argumento parece tomar um sentido mais compreensível. A ideia, então, seria entender a biopolítica em um contexto de ação que sempre desprivilegia os seres humanos, individual ou coletivamente, porque os trata apenas como corpos (*zōē*), desconsiderando as suas particularidades. Assim, age segundo seus interesses que, sendo pré-morais, estariam imunes a qualquer intervenção vinda do campo da bioética. Mais ainda, imunes inclusive a intervenções legais, afinal: “La radical deshumanización provocada por acciones biopolíticas vuelve imposible la aplicación de normativas legales, morales y, por ende, bioéticas”⁴⁵.

Imaginando termos conseguido expor o aspecto central da argumentação do texto de Kottow, evidenciamos algumas críticas. A primeira delas é sobre o recorte da avaliação ou ação da bioética em contextos específicos de estado de exceção que não resumem a totalidade dos problemas enfrentados pela bioética e, talvez, não sejam nem os mais representativos (quantitativamente ou qualitativamente) para a América Latina. Vale ressaltar que a percepção desconstruída do estado de exceção se refere aos casos citados por ele, como, por exemplo, os campos de concentração e de prisioneiros de guerra. Poderíamos compreender que a realidade de algumas cidades da América Latina, como por exemplo, o Rio de Janeiro, traz aos seus cidadãos características de um estado de exceção e, neste sentido, a questão faria sentido à realidade latino-americana, entretanto, seria benevolência aproximar esta possível interpretação ao texto de Kottow que em momento algum sinaliza preocupação com esta causa.

Um segundo aspecto seria o de uma conclusão equivocada. Explicando: ainda que se assuma a biopolítica como usurpadora da *bíos*, ainda que se assuma um estado de exceção controlador e violento ao extremo, não há nenhum argumento plausível que retire da bioética a possibilidade de avaliação crítica do problema moral e que a impossibilite deliberar sobre a necessidade de uma intervenção em favor do justo ou do bem, em combate ao injusto ou ao mal. Por que a deliberação com uma intenção de ação em determinado direcionamento, ou seja, com um sentido político, a favor de algo e contrário a algo, estaria contraindicada apenas porque não se poderia a primeiro momento executá-la de fato?

Ou seja, à bioética compete apenas deliberar sobre aquilo que poderá colocar em prática no momento? Kottow parece defender que a resposta a esta pergunta é sim.

Neste sentido, caberia à bioética “proteger al *bíos* de no ser tratado como mera *zōē*, y de argumentar en oposición a las perspectivas biopolíticas, que operan en forma excluyente de los valores de libertad”³⁹. Entretanto, o autor parece cair nas armadilhas de sua própria argumentação, afinal, como proteger a *bíos* de não ser tratada como mera *zōē* pela biopolítica se a biopolítica é esta entidade que está além de qualquer possibilidade de modificação ou intervenção legal, moral ou bioética? Isto é, pensar em deliberações bioéticas para conflitos morais biopolíticos seria ingênuo, mas, proteger a desumanização causada pela biopolítica é algo plausível? Por certo o autor não deixa claro o porquê desta diferenciação.

Um terceiro ponto de vista que causa estranhamento é a universalização de uma personalização da biopolítica. Deixando mais claro, o autor afirma que a biopolítica ou o argumento biopolítico, por exemplo, insistem que a gravidez é sagrada e que se deve proteger o começo da vida sem se considerar os múltiplos contextos em que pode ocorrer. Também que a biopolítica é contrária ao aborto e à eutanásia. Ora, se a biopolítica é a crescente implicação da vida natural dos homens nos mecanismos e nos cálculos de poder, isso requer que necessariamente a biopolítica se posicione deste modo frente a estes temas? Também não seria biopolítica a ação de um Estado que permite a existência de clínicas de aborto? Por que a biopolítica teria que se posicionar por esta tendência conservadora apresentada? O que parece é que o autor definiu concretamente como a biopolítica age em geral, mas na verdade deu exemplos de sua ação em determinados contextos. Parece que seria oportuna a afirmação de que a biopolítica não é assim, ela tem se construído assim em alguns países, mas, não necessariamente se manifesta concretamente do mesmo modo em diferentes contextos.

Um último ponto de crítica está relacionado com a última frase do artigo: “Es menester que la política reconozca sus raíces éticas y la proveniencia moral de su legitimidad, más que pedirle a la bioética que intente desarrollar un discurso político”⁴⁵. Inicialmente há uma estranheza porque se cabe à política reconhecer as suas raízes éticas/morais, assume-se que na política o componente ético deve estar

presente. Considerando uma realidade complexa, como poderíamos pensar que a ética está com a política, mas a política não está com a ética? Em segundo lugar, evitar que a bioética desenvolva um discurso político é evitar que a bioética desvele as relações de poder existentes no mundo. Talvez seja uma defesa perigosa em resgatar a bioética como disciplina neutra ou disciplina que se debruce apenas nos “seus temas”: biomédicos, ecológicos e de investigação com seres vivos.

Concluindo, o texto apresentado parece tentar inserir nas discussões bioéticas a separação que a biopolítica faz com a vida, tratando-a pelos seus componentes físicos e, por isso, impossibilitando a ação/intervenção bioética. Na prática, a argumentação parece engessar qualquer possibilidade de ação/deliberação contrária à biopolítica, assim, transformando bioeticistas em analistas conformados com a força com que a biopolítica exerce o seu poder. É um exercício teórico que parece não contribuir com o avanço do campo, principalmente em contexto dos países do Hemisfério Sul. É justamente o contrário do que Junges apresentou como a bioética hermenêutica¹¹.

O texto de Sotolongo, por sua vez, defende claramente um ponto de vista contrário ao apresentado por Kottow. O autor afirma que “cualquier conclusión que nos lleve a separar la bioética de la política parezca, desde su dimensión y alcance práctico-cotidianos, al menos ingenua y riesgosa, cuando no francamente irresponsable”⁴⁶.

Apesar de não abordar o assunto em sentido semelhante ao de Kottow, isto é, sem considerar as diferenças da vida do ponto de vista do conhecimento grego, o autor conclui que uma bioética separada da política não seria menos politizada do que uma bioética que se exclui ou se esquia do campo político – ambas se posicionam, ambas possuem sua intencionalidade demarcada.

Com a leitura dos três textos, portanto, fica claro que a aproximação entre a bioética e a política era um tema de interesse aos bioeticistas naquele momento histórico e que as críticas apontadas pela BI à bioética de proteção tinham o sentido de afirmar o compromisso político da BI e, ainda que entendendo a proteção como uma categoria importante para a melhoria da vida das pessoas, ela não alcançaria contribuir para transformações mais profundas e significativas.

Adentrando propriamente no grupo de textos do momento de críticas e autocrítica, avaliamos inicialmente o artigo “Por uma Vida não Colonizada: diálogo entre bioética de intervenção e colonialidade”³¹. Aqui, novamente, outros elementos serão expostos; entretanto, de modo inédito, serão apresentadas críticas sobre os fundamentos da BI como maneira de construir historicamente o seu arcabouço teórico, tal qual já havia sido afirmado pelos criadores da BI em seus textos iniciais.

Neste texto de 2011, Nascimento e Garrafa buscam relacionar a BI com os estudos sobre a colonialidade. Nesta perspectiva, apresentam relação direta com os textos iniciais da BI onde os autores buscam, principalmente, estabelecer uma relação causal entre a existência de desigualdades, injustiças e vulneráveis com a diferença de poder entre países e questões políticas e econômicas como, globalização, lógica de mercado, produção de tecnologia e capitalismo. No texto ora analisado os autores apresentam uma compreensão deste contexto de injustiça que é historicamente anterior ao recorte dado pelos textos iniciais da BI. O novo recorte apresentado data dos séculos XV e XVI, quando a América passa a ser explorada em suas relações com a Europa. A este momento, fazem menção à Modernidade que seria a “construção de uma nova imagem de mundo (ordenado, racional, previsível e em constante progresso)”³¹.

Citando pensador da América Latina afirmam que a Modernidade

...só existe porque se instaurou uma forma de exercício de poder que inferioriza o outro, que cria identidades através da criação violenta de alteridades que podem – e, em grande medida, devem – ser subordinadas, violadas, oprimidas³¹.

E a colonialidade, produto da Modernidade, seria um

...regime de poder que, fundado em uma ideia de desenvolvimento, impõe padrões econômicos, políticos, morais e epistemológicos sobre outros povos não apenas para estabelecer um mecanismo de expansão dos Estados-Nação desenvolvidos, mas para a própria criação da identidade europeia (e estadunidense). Dito de outra maneira, não haveria Europa sem a subjugação da América Latina, África e parte da Ásia. Não haveria Norte sem exploração do Sul. E, nesse sentido, a divisão do mundo em hemisférios atende a um projeto de poder, a uma geopolítica.³¹

Assim, justificam que, anteriormente à noção de mercado, já estaria instituída uma relação de poder assimétrica entre o que a BI chama de países centrais e países periféricos. Esta noção fica clara quando afirmam que:

Se os estudos da colonialidade têm razão, todo o processo de constituição da América Latina e o processo de constituição da economia capitalista globalizada são partes do mesmo processo de constituição da Modernidade³¹.

Assim, após a publicação do referido artigo, parece viável compreendermos que à BI pode ser incorporada uma visão de mundo que antecede as relações de mercado tal qual conhecemos hoje (e que de fato são responsáveis por aprofundar os quadros de desigualdade entre os países). Esta visão que concebe a importância da Modernidade e da colonialidade para as relações de opressão entre pessoas e países serviria, além de determinar uma releitura da origem do problema na América Latina, também para sustentar o argumento de que muito dos problemas situados na chamada bioética de situações persistentes são causados por estas desigualdades, sendo assim alvo para combate por meio de intervenções intencionalmente posicionadas em favor da equidade.

Ainda em análise sobre as relações de poder entre os países, fica clara a ideia de que há complementaridade entre a visão de mundo apresentada pela BI em seus textos iniciais e os estudos sobre a colonialidade. Sobre a aproximação da colonialidade com o mundo globalizado, já apresentado pela BI, encontramos que:

Foi-se o colonialismo, ficou a colonialidade (...). A América Latina é colonizada sem uma metrópole única. Nisso reside um dos efeitos mais perversos da colonialidade: não há um Estado-Nação concreto a quem culpar pelos desmandos e injustiças que ceifam vidas em nome do progresso do mundo globalizado. É o próprio mundo globalizado, entidade ao mesmo tempo concreta e ultra-abstrata, que é responsável pela atual colonialidade, que fora gerada em outro tempo e em outras circunstâncias³¹.

Igualmente, é de possível fundamentação a ser correlacionada com a BI a noção de colonialidade da vida, que seria justamente a transposição da noção geral, abrangente, entre as diferenças entre os povos e as culturas que, podendo ser hierarquizadas, também poderiam inferir que a vida de um determinado povo ou indivíduo seria mais ou menos valorizada de que de outro. Neste sentido, os vulneráveis estariam mais vulnerabilizados por serem alvo de uma racionalidade específica que, em exercício de um privilégio semântico, se coloca em posição de determinar e convencer de que uma vida vale menos do que outra. Ao recurso da colonialidade do saber, os autores também alertam: “No interior da colonialidade do poder funciona a colonialidade do saber, sendo que esta legítima e faz funcionar aquela”.³¹

O quarto momento da BI, tal qual classificamos, além de iniciar relações da BI com os estudos sobre a colonialidade também inaugura as avaliações críticas sobre a própria linha de pesquisa. Assim, no texto de Nascimento e Garrafa³⁰, identificamos que os autores problematizam os fundamentos da BI no que diz respeito ao utilitarismo orientado à equidade e ao consequencialismo solidário e crítico. Os autores deixam claro que as críticas não são efetuadas para que se retirem os fundamentos do arcabouço teórico da BI, mas sim para que seja possível pensar a BI de modo descolonizado.

Baseados nas críticas que os estudos da colonialidade fazem sobre a colonialidade do saber, evidenciam que ponto importante para crítica é o fato de o pensamento colonial ter pretensão de universalidade. “Toda tentativa de extensão universal da aplicação de qualquer regra implica na vulnerabilização daquele ponto ao qual a regra não se aplica ‘naturalmente’”³¹.

Assim, pensar na decisão melhor à maioria “está radicalmente ligada à capacidade racional de determinar o que realmente é privilégio (ou o melhor) para o maior número de pessoas”³¹. Assim, acreditam que ainda que na orientação original da BI haja menção sobre “exceções a serem discutidas” e sobre um utilitarismo voltado para a equidade, tais fatos não seriam capazes de proteger as pessoas de situações de má aplicação da regra. Isto porque outro ponto da racionalidade Moderna é a razão homogênea. Neste sentido, estaríamos treinados a compreender a realidade nesta perspectiva, desatentos ao fato das relações de poder serem, pelo contrário, fluidas e dispersas, heterogêneas e irregulares.

Como a decisão sobre o que é melhor para grande número de pessoas é tomada por grupos menores, estes usam tal racionalidade, sem diálogo. Assim,

As formas de justiça em que alguns decidem por todos costumam carregar os problemas da universalização da vontade de grupos que, mesmo bem intencionados, estão comprometidos, de modo inexorável, com o seu lugar de enunciação. (...) Diante do silêncio, a experiência que determinará o lugar social do qual partirá a busca da equidade é exatamente a experiência de quem não é subalterno, de modo que, dada a heterogeneidade das experiências, sempre deixará de fora a experiência do subalternizado.³¹

O segundo ponto criticado é o da solidariedade. Nesta perspectiva, a crítica se apresenta mais como uma afirmação complementar. Os autores fazem referência

ao fundamento da alteridade com o qual a ação solidária crítica deve trabalhar. Para eles, a alteridade se baseia na ação em que o “eu” não determinará o campo de pertencimento e atuação do outro. Além disso, acrescentam que o voluntariado deve estar orientado para a alteridade e que devem existir ações concretas de grupos organizados, mobilização social e militância, tal qual exposto por Selli e Garrafa^{41,42,43}.

O último texto de fundamentação dos autores apresentados neste capítulo é de autoria de Dora Porto e é um capítulo do livro “Bioéticas, poderes e injustiças: 10 anos depois”. Também o categorizamos neste momento por ser um texto que “visa atualizar a proposição inicial e incentivar a continuidade da ampla reflexão que tem merecido”³³.

A primeira autocrítica apresentada é sobre a escolha do nome “intervenção”, primeiro porque pode ser confundida com a ideia de intromissão. Para ela esta acepção, derivada do sentido impositivo da ideia de intervenção, marcou alguns dos primeiros trabalhos que buscavam utilizar a bioética de intervenção como referência teórica. Ao justificar políticas de Estado autoritárias, tais trabalhos considerados pela autora acabavam negando a importância de fomentar a consciência individual para alcançar o empoderamento social, tido pelos fundadores da BI como indispensável para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática³³.

Como já havíamos comentado, o cuidado em diferenciar a intervenção da intromissão já vinha sendo discutido por Feitosa em sua dissertação de mestrado. Na ocasião ele defendeu uma importante distinção entre as palavras:

a primeira, nós a entendemos enquanto uma ação política, devidamente planejada, dentro de um processo construído conjuntamente com as pessoas diretamente envolvidas, as destinatárias da ação. A segunda trata-se de uma decisão unilateral, onde é desrespeitada a autonomia da pessoa ou do grupo supostamente beneficiário da ação. Pode ser praticada por um indivíduo ou até mesmo por instituições públicas ou privadas, algumas vezes sob a forma de “política de assistência” ou “legislação protetiva”³³.

Sequencialmente, a autora apresenta resposta às críticas que qualificavam a BI como sendo política e não bioética. Apesar de não trazer a menção direta, parece que a autora faz menção ao trabalho de Kottow⁴⁵ publicado na RBB. Utiliza o texto

de Sotolongo⁴⁶, publicado no mesmo número da RBB, para deixar claro que qualquer posicionamento é político, inclusive o de não querer sê-lo.

Em terceiro lugar, responde à crítica feita à corporeidade em que a autora esclarece que a concepção de corpo não era aquela cartesiana, não sendo, portanto, uma redução da noção de pessoa. Entretanto, como este é um esclarecimento já feito pelos autores em seu primeiro texto⁶ fica a dúvida se esta crítica de fato aconteceu em algum meio acadêmico ou seria apenas uma possível crítica a ser levantada por alguém em algum momento inespecífico. Como a autora não faz referência a nenhum texto, não conseguimos interpretar com mais propriedade esta questão. Afinal, como a própria autora afirma e nós concordamos plenamente

é quase inadmissível considerar que, de boa fé, a bioética de intervenção estaria reduzindo pessoa a coisa, identificando-a como mero corpo, a menos que se presumisse o desconhecimento, quase total, acerca da proposta por quem a critica³³.

Em quarto lugar discute que a categoria dos direitos humanos chegou a ser vista com algo “romântico” em determinada medida e, “universalizante”, em outra. Aos primeiros, responde que ainda que existam pessoas que de fato não gozam dos direitos elencados, o reconhecimento da existência deste grupo de elementos é importante por determinar que todos os seres humanos são sujeitos de direitos e, quando não o estão sendo, está configurada uma injustiça.

Aos que consideram o seu caráter “universalizante”, isto é, que desconsiderariam as minorias, responde que há grande diferença entre utilizar os direitos humanos como instrumento de dominação com objetivo de eliminar as diferenças e utilizá-los para visibilização das desigualdades e combate das iniquidades, isto é, das diferenças sistemáticas, injustas e evitáveis.

Por fim, faz menção à crítica ao utilitarismo consequencialistas. Para a autora, o texto que inaugura a BI tem claramente um contexto de análise global e, assim sendo, identifica na realidade do planeta desigualdades lastimáveis. Mais do que isso, uma desigualdade que numericamente é alarmante, ou seja, a maior parte da população sofre com escassez e a menor parte da população desperdiça seus

excessos. Neste sentido, a lógica utilitarista, para o bem da maioria estaria bem aplicada.

Entretanto, a autora compreende que, quando se afunila as relações e se parte para um contexto de análise mais específico, como, por exemplo, no caso da dinâmica interna de uma sociedade, grupos específicos de minoria podem ter a sua realidade já iníqua ainda mais prejudicada por uma ação do tipo utilitarista, isto é, que considera os interesses da maioria daquela determinada população. Assim, indica que a saída encontrada pelos autores criadores da BI foi a ênfase à noção de um utilitarismo consequencialista. Neste sentido, a BI recomendaria para a avaliação de qual é a melhor ação, além da análise do número de pessoas envolvidas e espaço de tempo de duração da ação, também as melhores consequências coletivas promovidas pela ação.

Do ponto de vista estrutural, nos propusemos a organizar a produção bibliográfica da BI em momentos. Até aqui fizemos a apresentação destes momentos respeitando de certo modo a cronologia das publicações. A questão da cronologia nos pareceu importante, pois, eventualmente, os textos que foram surgindo dialogavam com as interpretações e categorias que vinham pouco a pouco sendo incorporadas à BI, neste sentido, pareceu-nos que para executar uma revisão sistemática da literatura seria oportuno realizar um passo a passo da construção teórica da BI que incorporasse esta segmentação temporal.

Como a BI declara-se como uma teoria em construção, percebemos na prática que alguns textos recentes têm ainda como objetivo aprofundar as categorias da BI, o que nos remeteria às propostas do que chamamos nesta tese de segundo momento da BI, isto é, o momento de aprofundamento da BI. Defendemos a ideia de que esta questão não inutiliza a divisão didática da BI em momentos, afinal, a proposta desta divisão não é a de trazer uma perspectiva estanque à produção intelectual da BI. Os momentos não devem ser entendidos como fases pelas quais a BI passou e não poderá retornar mais, antes disso, os momentos são importantes para a interpretação do arcabouço teórico da BI porque demarcam a intencionalidade dos textos. Assim, no primeiro momento há uma intenção de apresentar a BI, no segundo de aprofundar ou acrescentar conceitos/categorias e justificar a teoria e no terceiro de realizar críticas e auto-críticas. Nesta retrospectiva, portanto, estariam mais claros ao bioeticista hipotético quais são os textos que

marcam a incorporação de categorias à BI e quais as aprofundam, ainda que estes momentos se misturem na linha do tempo da produção da BI.

Deste modo, analisaremos agora a produção bibliográfica mais recente que tenta aprofundar os conceitos da BI e também fazer propostas inovadoras, tratam-se dos textos de 2014 – “Bioética de intervenção e pedagogia da libertação: aproximações possíveis”³⁵ e de 2015 – “Bioética de intervención, interculturalidad y no-colonialidad”³⁶.

O texto de 2014 busca de modo geral fundamentar com maior propriedade as relações da BI com a categoria libertação, inicialmente apresentada em 2005 com a publicação do artigo “Inclusão social no contexto político da Bioética”²⁵. Neste caminho, os autores declaram o objetivo de analisar a aproximação entre a BI e a pedagogia da libertação, proposta por Paulo Freire³⁵.

Como aproximações identificam as seguintes semelhanças entre a BI e a pedagogia da libertação: reconhecimento da disparidade de poder no mundo relacionada ao modelo econômico capitalista (mercado) que traz como consequência a imposição de injustiças a determinados grupos populacionais, os vulneráveis para a BI e os oprimidos (ou condenados da terra) para Paulo Freire; postura de indignação frente a esta realidade; recomendação de ações concretas para transformar a realidade iníqua, isto é, a intervenção ou transformação da realidade politicamente comprometida com os mais vulneráveis; noção de solidariedade crítica e valorização da autonomia, refutando o papel das ações assistencialistas/ paternalistas e em aproximação direta com o próprio conceito de libertação e com o reconhecimento da necessidade do engajamento coletivo para o enfrentamento dos problemas sociais; defesa à dignidade humana e aos direitos humanos; concepção histórica do conhecimento movido pela práxis, isto é, pela constante ação e reflexão; busca por um olhar e atitude críticos à realidade apresentada³⁵.

Do ponto de vista da fundamentação este texto realmente aprofunda a argumentação de como a categoria “libertação”, originária da pedagogia de Paulo Freire, se relaciona com a BI. O texto que incorporou esta categoria em 2005 possui aproximadamente uma página escrita sobre esta relação de libertação com a BI e se referencia em uma obra de Paulo Freire, “A Pedagogia da Autonomia”. Já este texto

de 2014 possui nove páginas que prioritariamente se dedicam a estabelecer esta relação, utilizando em seu referencial teórico seis publicações de Paulo Freire. Além da “Pedagogia da Autonomia”, fazem menção à “Pedagogia do oprimido”, “Pedagogia do compromisso: América Latina e educação popular”, “Educação como prática da liberdade”, “Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos” e “Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido”³⁵.

Em linhas gerais, o texto de 2005²⁵ consegue anunciar e fundamentar a categoria da libertação como uma ferramenta necessária ao balizamento do sentido e contexto da intervenção, porém, o texto de 2014³⁵ esclarece os pontos de convergência entre as duas teorias, realizando um aprofundamento desta questão e tornando claros os argumentos que justificam esta incorporação.

Além disso, do ponto de vista da inovação, o texto de 2014 deixa mais claro ao bioeticista hipotético que a prática de uma educação libertadora deve ser executada para que a intervenção trabalhe com a libertação, isto é:

a educação, como projeto problematizador e solidário, tem enorme potencial para mobilizar, pois favorece a tomada de consciência e o pleno desenvolvimento da consciência crítica, com vistas à busca do comprometimento individual e coletivo, capaz de conduzir efetivamente os oprimidos à conquista das condições adequadas aos seus processos de humanização e libertação³⁵.

Deste modo, os autores propõem que de modo concreto exista um projeto de educação libertadora permanente, avançando na proposta da BI que, até então, se referenciava na ideia da libertação ao considerar especificamente um contexto de necessidade de intervenção solidária e dialógica, isto é, na avaliação de cada caso em particular³⁵.

Partindo para o texto de 2015³⁶ o que notamos em linhas gerais é a proposta de esclarecer a questão do utilitarismo para a BI e aproximar a BI da ideia de interculturalidade. Para a primeira proposta já identificamos um avanço minimamente metodológico, pois, neste texto os autores trabalharam com as informações do utilitarismo em uma de suas fontes originárias, isto é, o livro escrito por John Stuar Mill, “O utilitarismo”.

Neste sentido, buscam compreender se é possível um diálogo entre o utilitarismo e o respeito aos direitos humanos ou se esta é uma questão inconciliável. Assim, citando Mill diretamente apresentam trechos do livro em que se esclarece que “ter direito” é algo que deve ser protegido por toda a sociedade, além disso, que a justiça é um tipo de regra moral que se referem às condições essenciais do bem estar humano e, assim sendo, são mais absolutamente obrigatórias do que outros tipos de regras. Neste sentido, apresentam a defesa dos direitos e justiça como uma perspectiva da utilidade geral ou a utilidade social³⁶.

Também fazem uso de citações diretas para defender o argumento que no texto de Mill é possível perceber aproximações entre os conceitos de felicidade, justiça e dignidade, o que permitiria dizer que o utilitarismo defende a busca pela justiça e a justiça pode ser traduzida em um referencial universal mínimo, representado pelos direitos humanos e, dentre os direitos humanos, essencialmente se configura respeito à dignidade humana. Sequencialmente assumem que a BI tenta reduzir a tensão entre o utilitarismo e os direitos humanos direcionando-o para uma prática que busca combater as iniquidades, politizando o cálculo utilitarista em favor da equidade. Assim, a BI utilizaria a solidariedade como ferramenta de avaliação para a ação utilitarista³⁶.

Para a discussão da interculturalidade apresentam a questão do “bom viver”, uma filosofia de vida defendida pelas sociedades indígenas da região andina, que estaria bem indicada para a sociedade atual uma vez que seria uma proposta alternativa ao modelo desenvolvimentista liberal que tem estabelecido relações extremamente desiguais entre os países centrais e periféricos, concentrando as riquezas em pequena parte da população mundial e ainda tem prejudicado a natureza³⁶.

Esta última questão recebe maior destaque, pois, para esta filosofia, os interesses de todos os seres vivos são considerados e não apenas dos seres humanos. Assim, considera-se a natureza (“pacha mama”) na avaliação das ações propostas e se atribui a ela direitos concretos, inclusive já existentes nas legislações de países como Equador e Bolívia. Segundo os autores, esta filosofia defende um projeto de vida que organiza as relações sociais de modo intercultural, sem aceitar

as assimetrias de poder, gênero e raça e, assim sendo, procura solucionar os conflitos de modo dialógico e respeitando uma espécie de equidade cultural³⁶.

Ainda na perspectiva da interculturalidade trazem a figura da bioética como uma área interdisciplinar que, entretanto, na opinião dos autores deve ser considerada também como intercultural, afinal, para além das questões relacionadas com a filosofia, saúde, biologia, sociologia etc. existem questões culturais que não são propriamente disciplinas, mas que possuem perspectivas e saberes que podem contribuir para a resolução dos conflitos morais enfrentados pela bioética. Assim, entendem que o posicionamento de se respeitar os saberes culturais e ampliar a perspectiva da bioética para a interculturalidade já vem sendo apresentado nos textos iniciais da BI e que este posicionamento deve ser defendido, caso contrário há grande risco de a interdisciplinaridade, anunciada por especialistas das disciplinas, manter-se reprodutora de um conhecimento travestido de colonialidade³⁶.

Este capítulo se encerra com a proposta de ter analisado os textos de fundamentação da BI a partir da produção de minimamente um de seus criadores, assim, foram avaliados textos que foram produzidos individual ou coletivamente, entretanto, todos com a proposta de fundamentar a BI.

Para melhor compreensão da análise feita, propomos a representação visual da evolução conceitual da BI a partir de seus momentos (Figura 2) e, posteriormente, a partir de suas categorias (Figura 3), ambas correlacionadas com o tempo cronológico das publicações.

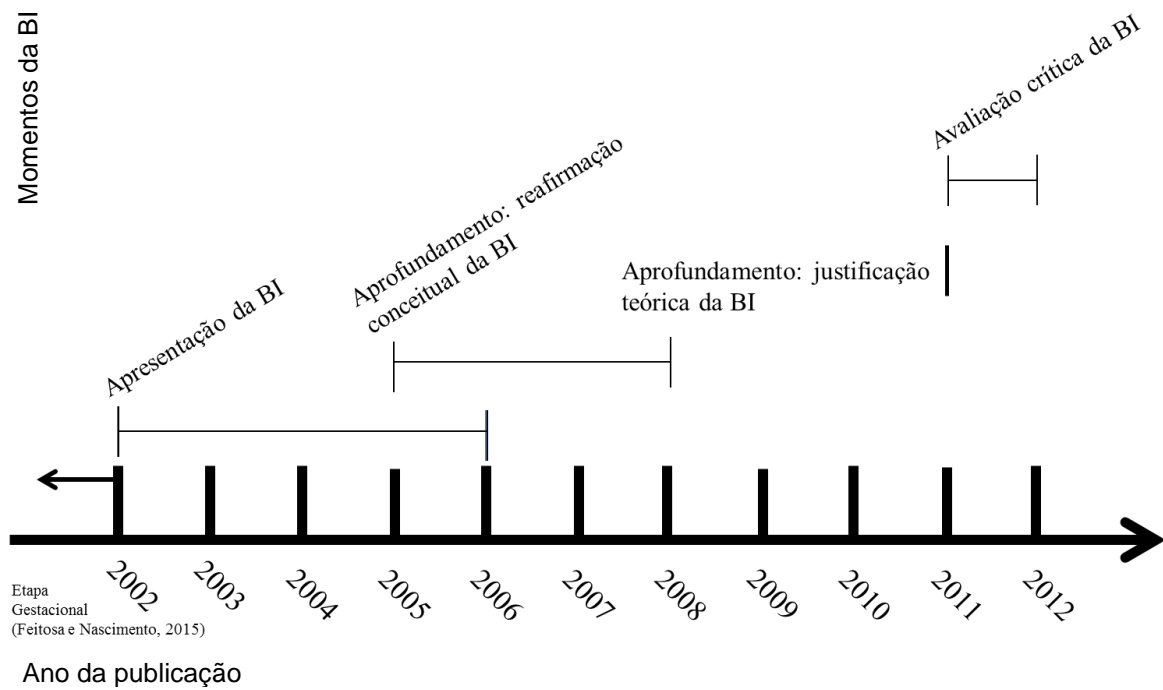


Figura 2 – Proposta de divisão da linha do tempo das publicações da BI em momentos.

Fonte: Pesquisa do autor (2015).

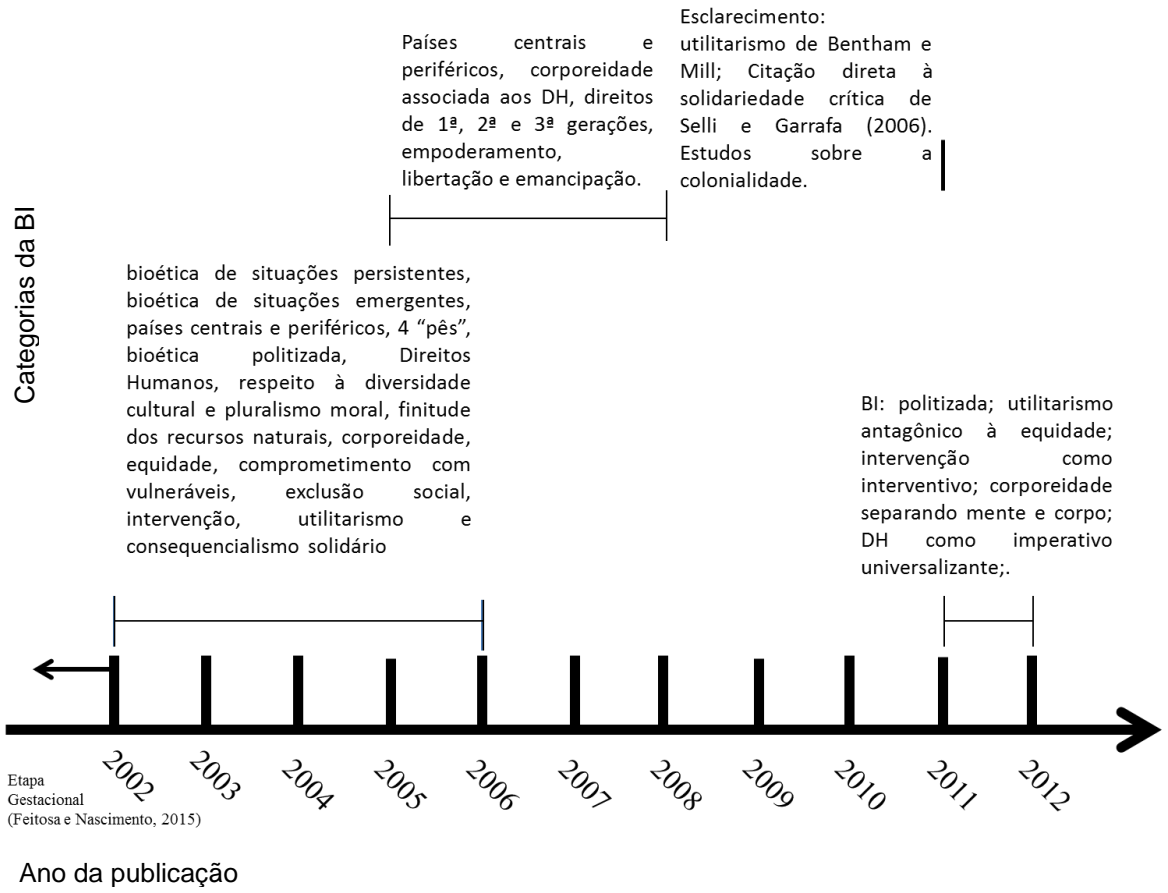


Figura 3 - Evolução conceitual da BI a partir de suas categorias.

Fonte: Pesquisa do autor (2015).

5 A BIOÉTICA DE INTERVENÇÃO POR OUTROS AUTORES

Como fora mencionado, esta tese também se interessou em conhecer como outros bioeticistas tentaram contribuir para o arcabouço teórico da BI. Assim, foi possível encontrar um grupo de textos de fundamentação de autores externos à BI, isto é, autores que não fossem um de seus criadores, Volnei Garrafa e/ou Dora Porto. Neste sentido, encontramos cinco textos que buscaram contribuir com a fundamentação epistemológica da BI, conforme demonstra o Quadro 3.

Quadro 3 - Relação de textos de fundamentação da BI de autoria de autores externos

Título	Autores	Veículo de publicação	Ano
Bioética de Intervenção – uma proposta epistemológica e uma necessidade para sociedades com grupos sociais vulneráveis ⁴⁷ .	Márcio Rojas da Cruz e Etelvino de Souza Trindade.	Periódico – Revista Brasileira de Bioética.	2006.
Pesquisas em Bioética no Brasil de Hoje ⁴⁸ .	Franklin Rubinstein	Livro, Editora Gaia/Unesco	2006.
Bioética de intervenção: aproximação com os Direitos Humanos e empoderamento ⁴⁹ .	Luana Palmieri França Pagani, Cristina Riccardi Lurenzatto, João Gilmar Torres e Aline Albuquerque Sant’Anna de Oliveira.	Periódico – Revista Brasileira de Bioética.	2007.
Bioética sin más: the past, presente, and future of a latin american bioethics ⁵⁰ .	Pablo Rodríguez del Pozo e José A. Manetti	Periódico - Cambridge Quarterly of Healthcare Ethics.	2009.
Propuesta de diálogo entre bioética y pensamiento revolucionario em Latinoamérica ⁵¹ .	Teresa de las Mercedes Sosa Sánchez	Periódico – Revista Brasileira de Bioética.	2010.
Bioética de Intervención ⁵² .	Agustín García Banderas.	Capítulo de livro – Bioética e Sociedad en Latinoamérica, FELAIBE.	2012.
Bioética de intervenção e justiça: olhares desde o sul ⁵³ .	Cristiane Alarcão Fulgêncio e Wanderson Flor do Nascimento.	Periódico – Revista Brasileira de Bioética.	2012.
A bioética de intervenção em contextos descoloniais	Wanderson Flor do Nascimento e Leandro Brambilla Martorell.	Periódico – Revista Bioética CFM.	2013.
A bioética de intervenção no contexto do pensamento latino-americano contemporâneo ⁵⁵ .	Saulo Ferreira Feitosa e Wanderson Flor do Nascimento	Periódico – Revista Bioética CFM.	2015.

Fonte: Pesquisa do autor, 2015.

Para ilustrar o quantitativo de textos de fundamentação da BI de autoria de autores externos, de acordo com o ano de publicação, apresentamos a Figura 4. Pensando que os nove textos selecionados foram publicados no decorrer de dez anos, temos uma média de publicação de 0,9 texto/ano ou de aproximadamente 3 texto a cada três anos.

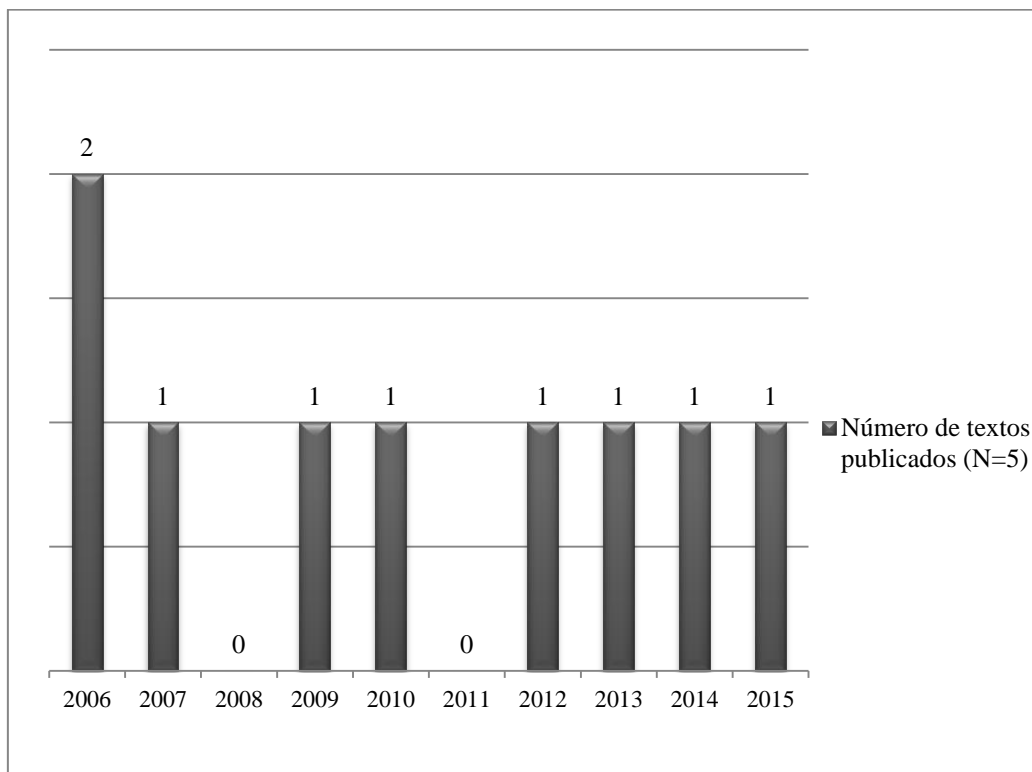


Figura 4 - Quantitativo de textos de fundamentação da BI de autoria de autores externos, por ano de publicação.

Fonte: Pesquisa do autor, 2015.

Fator de destaque nestes textos é a origem dos autores. Em maioria, são textos produzidos por autores com história acadêmica relacionada à Cátedra Unesco de Bioética da UnB, fato esperado já que a corrente de pensamento da BI tem sua criação a partir deste local e gera grande influência nos atores envolvidos com este espaço.

Cronologicamente, o primeiro texto selecionado⁴⁷, datado de 2006, parece ter a intenção de sistematizar as propostas da BI, reforçando conceitos, tentando esclarecer alguns pontos e contra argumentar crítica realizada à BI. O texto repete algumas argumentações já citadas pelos textos de fundamentação publicado pelos

criadores da BI, mas também traz algumas inovações. Estas serão a prioridade neste capítulo.

O primeiro ponto de destaque é a separação entre conceitos e fundamentos da BI. Para os autores, conceitos seriam “necessários para integrar ações concretas”⁴⁷. São eles as noções de bioética das situações emergentes e persistentes, de países centrais e periféricos, de ética e moral, de equidade e igualdade, de empoderamento, libertação e emancipação e de imperialismo moral. Já os fundamentos seriam a concentração de poder, a globalização, a finitude dos recursos naturais, a corporeidade, a dor e o prazer, os direitos humanos e os “4 Pês”, solidariedade crítica e a responsabilidade. Apesar da separação, não há no texto explicações aprofundadas que justifiquem a posição de cada um destes termos.

Aqui recebe atenção a inclusão dos “4 Pês” pelos autores, entretanto, é com um texto de aplicação de autoria de um dos criadores da BI que o bioeticista hipotético terá a tranquilidade de aceitar a interpretação de que estes fazem parte do grupo de categorias trabalhadas pela BI⁴⁷. Como já fora mencionado, este esclarecimento dar-se-á no capítulo que trata dos textos de aplicação da BI de autoria de seus criadores.

O segundo destaque é o de realizarem uma proposta inovadora para classificar o conceito de imperialismo moral em duas formas: ativo e passivo. O imperialismo moral ativo demandaria uma ação dos países centrais em que sua consequência houvesse prejuízo dos países periféricos ou de grupos vulneráveis. Por outro lado, o imperialismo moral passivo seria aquele que por omissão os países centrais deixam de agir, trazendo consequência idêntica ao caso acima⁴⁷.

Em terceiro lugar destacamos um pequeno acréscimo à noção da finitude dos recursos naturais. Apesar de os textos de fundamentação já relacionarem o fato dos países centrais não terem o privilégio nem a permissão para fazer uso dos recursos naturais do planeta de modo irrestrito e que, fazê-lo com pensamento voltado apenas para a economia de mercado inevitavelmente traria restrições ao modo de vida das pessoas, este texto dá um passo à frente. Traz a argumentação de que a preocupação deve ser entendida também como uma proposta de manter a espécie humana no planeta, inclusive citando Potter “o homem adoecerá e morrerá e falhará em manter a sua espécie”⁴⁷.

A quarta contribuição percebida tem relação direta com a acima citada uma vez que enfatizar que as consequências de hoje afetarão os seres vivos futuros. Trata-se da inserção da “responsabilidade” como um fundamento da BI. Os autores tratam-na como um imperativo, fazendo referência a Hans Jonas: “Age de tal maneira que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica”⁴⁷. Apesar de não ter sido citada nos textos de fundamentação dos autores, a noção parece guardar sentido com as propostas da BI. Caberia o questionamento ao nosso bioeticista hipotético – deve ou não incorporá-la à BI? Deve aguardar algum posicionamento dos criadores da BI para tanto?

Sequencialmente os autores apresentam trecho do livro “Ética Prática”, de Peter Singer, onde trazem a sua concepção utilitarista e a relacionam com a preocupação com a justiça social. No trecho selecionado Singer afirma que os interesses de cada um não podem ser sobrepostos aos interesses de outros e, assim sendo, na ação devemos levar em consideração o interesse de todos envolvidos nas consequências da mesma. Seria com a avaliação das alternativas que a ação moral poderia ser escolhida, isto é, aquela ação que maximize o interesse das pessoas envolvidas. Entretanto, os autores não tecem comentários de como esta citação estaria correlacionada com a proposta da BI. Realizando uma análise hermenêutica é difícil compreender como a BI estaria relacionada com esta proposta, pois, a ética utilitarista de Singer é utilizada para defender, por exemplo, os interesses dos animais na sociedade contemporânea, perspectiva contemplada superficialmente apenas em texto posterior, quando se apresenta a possibilidade de aproximação da BI com a filosofia do Bom Viver, entretanto, que não aparece em outros textos de fundamentação da BI⁴⁷.

Por fim, se propõem a trabalhar uma crítica feita à BI: como orienta a priorização de ações dialogando o utilitarismo com a equidade? Afirmam que a dificuldade pode estar relacionada com a dicotomização da proposta inicial da BI em separar as ações do campo coletivo-público das do privado-individual. Sugerem a noção de beneficência compartilhada. Usando o Princípio do Bem Comum, entendem que ações podem beneficiar diretamente e indiretamente grande número de pessoas, como no caso da vacinação em que, ganham os imunizados, ganha a população como um todo que tem menos chances de sofrer com epidemias daquela determinada doença⁴⁷.

Já o texto de Pagani e colaboradores⁴⁹ visa aproximar a BI e a teoria dos direitos humanos, uma categoria da BI já declarada pelos seus criadores desde o seu primeiro texto. O texto é peculiar, pois, apesar de contribuir para a fundamentação teórica da BI, também usa um exemplo prático da gravidez na adolescência para discutir a teoria. Assim sendo, também poderia estar incluído no grupo de textos de aplicação da BI.

No que tange à contribuição inovadora deste artigo identificamos a associação da BI com os direitos humanos de primeira e de segunda geração, isto é, direitos de liberdade (direitos negativos) e direitos sociais (direitos positivos), respectivamente. Trazem como referência texto de Bobbio.⁴⁹

Além disso, problematizam qual deve ser o ator responsável pela ação interventiva em defesa aos direitos humanos. No caso, apontam o Estado e o terceiro setor. O primeiro no sentido de suprimir a desigualdade e miséria, frutos de privações sociais, políticas e econômicas. Neste sentido, o Estado deve intervir em favor das pessoas mais vulneráveis e, o filtro que determina o que o Estado deve ou não deve fazer é a teoria dos direitos humanos⁴⁹.

Já o terceiro setor – iniciativa privada com fins públicos – representando o fortalecimento da sociedade civil, sabedor da não coincidência entre o público e o estatal, passa a assumir sua responsabilidade frente às necessidades sociais. Esta responsabilidade pode ser alcançada com o desenvolvimento de ações de intervenção propriamente ditas ou até mesmo com ações indiretas que cobrem do Estado estas intervenções⁴⁹.

Em qualquer um dos casos, o essencial é que a intervenção ocorra para melhorar as condições de vida das pessoas ou para proteger direitos humanos que estejam sob ameaça. Assim, direitos humanos e BI buscam garantir um mínimo essencial: a vida com dignidade. O meio de intervenção seria o empoderamento⁴⁹.

Assim, acrescentam às características do empoderamento já citado e utilizado na BI os seguintes termos: tem especificidade contextual, ou seja, é definido a partir dos aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos e históricos de determinada localidade; é focalizado e estratégico, assim, só atua em contextos de vulnerabilidade, procurando as causas estruturais da vulnerabilidade; é um construto ideológico já que depende essencialmente da percepção que os vulneráveis têm sobre si mesmos e sobre sua situação⁴⁹.

Ainda sobre o empoderamento, fazem interessante conclusão:

A contribuição eficaz do empoderamento para se promover o desenvolvimento pode ser sustentada na relação existente entre condições sociais e liberdades individuais: se, por um lado, as condições sociais oportunizam as liberdades individuais, por outro, estas servem não só para melhorar a qualidade de vida das pessoas, mas também, para aprimorar as condições sociais⁴⁹.

Afirmam que para a BI alcançar seus objetivos é necessário se trabalhar, além do empoderamento, com a noção de território relacional que seria a identificação das necessidades de determinada comunidade para além de suas necessidades de sobrevivência, incluindo também a dimensão cultural da comunidade bem como suas especificidades, perspectivas e expectativas. Entretanto, ressaltam que ninguém é capaz de empoderar ninguém. O que se torna possível é a contribuição para o movimento. Assim, pode-se garantir e facilitar o acesso a determinados meios que contribuam para o empoderamento de indivíduos e grupos, mas nunca fazê-lo pelo outro⁴⁹.

Inaugurando os textos internacionais deste capítulo temos o artigo “Bioética sin más: the past, presente and future of a latin american bioethics”⁵⁰. Este texto faz parte de uma seção especial da revista a qual foi publicado, trata-se da “Special section: the many voices of Spanish Bioethics” – assim, logo nas primeiras linhas os autores reconhecem que ao tentarem traçar as raízes e atuais características da bioética nos países da América Latina que falam a língua espanhola deveriam excluir o Brasil por conta de sua herança histórica e cultural diferenciada. Entretanto, reconhecem que existe no Brasil uma bioética que tem influenciado todo o continente, fazendo menção a ela, de modo geral, como uma bioética política.

Ao introduzir o contexto desta bioética afirmam que a bioética latino-americana ainda não explorou completamente a questão da justiça aliada aos serviços de saúde, provavelmente pela questão das iniquidades do acesso a estes serviços, reconhecendo que estes problemas estão relacionados com iniquidades ainda maiores que assolam o continente. Para os autores, a aproximação da bioética a estes problemas a torna política, com a ressalva de ser para melhor ou para pior, isto é, até este momento não deixam claro o posicionamento a respeito dessa aproximação política ao contexto da bioética⁵⁰.

Em seguida, esclarecem que a bioética nesta perspectiva pode ser considerada como uma espécie de movimento político revolucionário com a intenção de transformar radicalmente a sociedade. Ao tratarem especificamente da BI, relembram as suas origens como uma bioética dura (como o texto é escrito em

inglês, “hard bioethics”) e a sua influência na produção dos bioeticistas dos países de língua espanhola da América Latina. Apresentam-na como uma bioética que contrapõe o modelo norte-americano imperialista e que defende uma avaliação de injustiça entre os países, havendo proteção às nações industrializadas pelos acordos internacionais⁵⁰.

Entretanto, os autores começam a apresentar posicionamentos críticos à BI quando afirmam que “This inflammatory language may appeal to many. Regrettably, it also says more about social sensitivity than about hard evidence”⁵⁰. Neste caso, tomam a interpretação de que a BI, ao denunciar o imperialismo dos países centrais, estaria advogando alguma intervenção no sentido de tornar os países isolados entre si. Esta interpretação pode ser percebida quando os autores defendem a ideia que os países se desenvolvem mais quando mantém relações entre eles do que quando se isolam dos outros países. Ao apresentarem o isolamento de países como uma proposta da BI demonstram uma leitura equivocada ou até mesmo superficial a respeito dos argumentos apresentados pela BI quando a mesma trata deste contexto⁵⁰.

Apesar de os autores reconhecerem que a BI “correctly sounds the alarm on the region’s social situation”⁵⁰, entendem que a mesma não faz o diagnóstico correto das origens destes problemas, ou seja, percebem as desigualdades como um produto das relações internacionais historicamente construídas e, para os autores deste artigo, a questão deve ser avaliada dentro da própria fronteira dos países periféricos. Para eles, as iniquidades são mantidas por situações como insensibilidade interna da região, corrupção política e indiferença para as regras impostas pelas leis⁵⁰.

Queixam-se de que a BI parece querer transformar todas as interações biomédicas em intervenções políticas na estrutura social, colocando o foco em uma liberdade coletiva que, segundo a percepção dos autores, raramente é livre e nunca é de fato coletiva. Para eles, esta tendência corre o risco de se tornar uma proclamação de ideais morais, faltando a ela substância intelectual. Neste sentido, parecem defender que a BI se posiciona apenas de modo panfletário, assumindo posicionamento que impedisse o diálogo⁵⁰.

Ao final do texto os autores assumem que entendem que o movimento da bioética política e, conseqüentemente, da BI não está necessariamente correto e pode ser até mesmo contraproducente. Reconhecem a necessidade de uma luta

política, apesar de entenderem que isto seria um salto epistemológico por cima da bioética. Finalizam o texto defendendo a ideia de uma “bioética sin más”, isto é, uma bioética que busque contribuir para o bem estar dos pacientes e pessoas e que não se prenda à sua origem, a exemplo do que os gregos faziam, sem se importar se as suas origens eram gregas ou egípcias, por exemplo. Deste modo, ainda que apresentem a BI, este texto se dedica mais a apontar as falhas que os autores entendem existir na BI⁵⁰.

De modo contrário, ao avaliarmos o texto da cubana Teresa de las Mercedes Sosa Sánchez, além da apresentação que a mesma faz sobre a origem e as categorias mais importantes da BI, percebemos que a autora tem como uma de suas intenções aproximar a ética revolucionária de Che Guevara às propostas da BI, reconhecendo nestas um avanço para a bioética⁵¹. Esta aproximação justifica-se pelo fato de que a autora entende que a ética revolucionária deixou como herança o pensamento crítico aos bioeticistas da América latina que em determinado momento se rebelaram contra o modelo hegemônico principialista. Neste sentido, as perspectivas latino-americanas críticas à Bioética Principialista poderiam ter como influência para o pensamento contra hegemônico o contato com as ideias propostas pela ética revolucionária de Che que defendiam a maior valorização dos seres humanos excluídos, a busca pela equidade e os interesses sociais sobrepondo os individuais⁵¹.

O próximo texto analisado foi escrito como um capítulo do livro “*Bioética e Sociedad en Latinoamérica*”⁵², por Augustín Banderas, e parece não ter a intenção de realmente propor inovações conceituais para a BI, entretanto, por se tratar de produção escrita em língua espanhola, por autores diferentes dos criadores da BI e com veiculação fora do Brasil, entendemos ser de grande importância para a propagação dos fundamentos teóricos da BI.

Contudo, o autor abarca a BI com algumas singularidades. A primeira delas é a de citar diretamente princípios da DUBDH como a privacidade, confidencialidade, não-discriminação e não estigmatização. O autor também faz referência aos quatro “pês”. Em outro momento o autor defende a BI como importante corrente latino-americana, afirmando que, em conjunto com a bioética de proteção, se apresenta como uma alternativa digna e humanizadora quando comparada com os modelos de avaliação de conflitos morais já existentes⁵².

Já o texto apresentado por Fulgêncio e Nascimento⁵³ trata da questão da justiça social na BI. Entretanto, os autores também se dedicam a mostrar concepções de justiça social a partir de duas comunidades do hemisfério sul. Por não ser foco de nosso estudo, utilizaremos apenas as referências feitas à BI.

Os autores afirmam que a BI “se estrutura como uma proposta de repolitização de conflitos morais, que tem como orientação posicionar-se do lado dos mais vulneráveis em face às múltiplas esferas de poder no âmbito social”⁵³.

Os autores fazem questão de esclarecer que a BI é uma bioética social pensada a partir dos problemas encontrados no hemisfério sul. Assim, é a realidade destes países, atravessada por problemas econômicos, sociais e culturais que justifica o nascimento desta corrente. É a concepção de justiça utilizada pela BI que se tornou alvo de avaliação destes autores⁵³.

Os mesmos entendem que por meio dos textos de fundamentação da BI é possível identificar elementos de justiça que transparecem aos mesmos. Primeiramente, por dialogar com a noção de injustiça, apontam referência à dialética. Sendo assim, já se compromete com a ausência de injustiça, sendo necessário, portanto, o enfrentamento às iniquidades⁵³.

O segundo destaque dado é ao compromisso da justiça utilitária com o coletivo de modo equitativo. O utilitarismo é solidário. Em termos operacionais, a BI se mune de três importantes categorias: libertação, empoderamento e emancipação⁵³.

Pensando na possível contribuição das noções de justiça de comunidades do hemisfério sul estudadas os autores sugerem que a BI, vivenciando os valores da sociedade liberal, pode ter dificuldades em colocar em prática as ações justas que não se amarrem em noções individualizantes. Assim, sugere a incorporação de um coletivismo radical ético, político e ontológico, orientado para a alteridade e a humanidade como um todo⁵³.

Além disso, em exercício argumentativo, apresentam a reciprocidade como um conceito possível para progressão da justiça na BI, entretanto, relembram que a realidade, sendo assimétrica nas relações de poder, apresentaria condições de resistências ao processo, afinal isso dependeria que “os grupos privilegiados política e economicamente estivessem dispostos a assumir sua participação na atividade recíproca”⁵³. Sendo fato de pouca probabilidade, sugerem que uma intervenção do Estado deva articular este processo.

Como o Estado é composto pelas elites privilegiadas, cabe também o papel da educação política e moral, assim, as comunidades possuiriam maior capacidade de organização em movimentos sociais⁵³.

O texto sequencialmente avaliado foi publicado em 2013 e foi elaborado a partir da tese de doutoramento de seu primeiro autor, Wanderson Flor do Nascimento⁵⁴. Neste texto há valiosas contribuições à fundamentação da BI que se relacionam com os estudos sobre a colonialidade, estudos já apresentados em texto anterior de autoria de Wanderson Flor do Nascimento e Volnei Garrafa³¹.

De proposições à BI damos destaque inovador a para a questão da interseccionalidade. Esta categoria é importante por destacar que nos países do Sul a vulneração econômica tem relação direta com outros tipos de vulneração, como a de gênero e a racial, por exemplo. Assim, se o compromisso político da BI é com a banda mais frágil da sociedade, ao aguçar seu olhar para melhor compreender as injustiças sociais, ou seja, ao compreender que existem intersecções de vulnerabilidades e que negá-las contribui para a manutenção destas injustiças, a BI se compromete com esta mirada heterogênea, descolonizada⁵⁴.

Neste texto, os autores ainda dão destaque para as características de crítica e diálogo presentes na BI. Sobre a crítica evidenciam que além de ser importante para questionar as questões naturalizadas, também serve para orientar a autocrítica, reconhecendo o caráter de transformação do conhecimento humano. Sobre o diálogo trazem a perspectiva de Paulo Freire, isto é, apresentam o diálogo para além da troca de palavras, como um mundo partilhado entre sujeitos, como um momento de criação. Situação que tem relação direta com o papel do Estado na promoção do diálogo mediante aos conflitos morais abarcados pela bioética, afinal, para a efetivação do diálogo na perspectiva apresentada, há de se haver esforços para que não aconteça, em verdade, decisões unilaterais⁵⁴.

Como último texto, avaliamos “A bioética de intervenção no contexto do pensamento latino-americano contemporâneo”⁵⁵. Neste texto, além de ressaltar o surgimento da BI e sua correlação com o engajamento político de seus criadores com a participação ativa de Volnei Garrafa no movimento de Reforma Sanitária brasileiro, por exemplo, os autores apresentam a BI a partir de alguns de seus textos de fundamentação. Do ponto de vista da inovação os autores destacam a característica da BI que além de propor intervenções após realizarem avaliações das

questões políticas e sociais que influenciam a realidade vivenciada, fazem isso considerando o lócus do qual se pensa para avaliar estes conflitos, assim, é capaz de considerar um pluralismo bioético⁵⁵.

6 APLICAÇÕES DA BIOÉTICA DE INTERVENÇÃO

Desde a sua apresentação à comunidade acadêmico-científica nos anos 2000 até os dias de hoje, a BI tem sido discutida e avaliada por diferentes bioeticistas. Declaradamente uma teoria em construção, recebeu de seus próprios autores, Volnei Garrafa e Dora Porto, releituras que incluíram novas ferramentas e possibilidades de interpretação, bem como críticas e autocrítica. A este grupo de textos atribuímos a classificação de “textos de fundamentação” que é acrescido de contribuições externas, de outros bioeticistas que não os acima mencionados, já que o impacto destas publicações no meio acadêmico incentivou que outros autores, ao avaliarem a estrutura epistemológica da BI, também se propusessem a rerepresentá-la ou discuti-la no intuito de colaborar para a sua fundamentação epistemológica.

No campo da bioética, é justamente com a escolha de uma estrutura epistemológica da teoria moral e de suas ferramentas que teremos condições, então, a partir de um dilema, conflito ou problema moral realizar a sua análise e, posteriormente, propormos uma ação para a tentativa de sua resolução. Aos textos que fizeram a escolha da estrutura epistemológica da BI como ferramenta de análise e solução de conflitos morais damos o nome aqui de “textos de aplicação”.

Este grupo de textos também pode ser dividido em dois subgrupos: textos produzidos ou co-produzidos por algum dos criadores da BI e textos produzidos por outros autores/bioeticistas. Aqui, nosso bioeticista hipotético, já tendo se aproximado dos textos de fundamentação epistemológica e, já sendo conhecedor de quais são as categorias bioéticas apresentadas pela BI, poderá começar a compreender como autores dos textos avaliam conflitos morais e aplicam seus referenciais em situações concretas.

Além disso, poderá, por exemplo, comparar se a presença de algum criador da BI como autor dos textos influencia na avaliação dos problemas ou até mesmo na seleção de categorias. É certo que, para a avaliação hermenêutica, a leitura de textos com a presença de criadores da BI terá maior peso e pode guardar relação direta com os textos de fundamentação. Por outro lado, o outro subgrupo de textos

poderá apresentar falhas ou vícios de interpretação que não devem guardar relação direta com a fundamentação da BI.

Para a seleção destes textos os mesmos buscadores e palavras-chave foram utilizados e também foram aceitos textos não indexados. Entretanto, utilizamos como critérios de inclusão produções que tivessem em seu item de referências ao menos um texto categorizado como de “fundamentação da BI” ou que ao menos citassem a BI como uma possível ferramenta de análise ou que apresentassem ao menos uma possibilidade de resolução do problema por meio de seus referenciais.

A justificativa para estes últimos dois pontos é que alguns textos não usavam exclusivamente a BI para a análise do problema, sendo frequente, por exemplo, a análise do problema também pela perspectiva da Bioética de Proteção, proposta por Miguel Kottow e Fermin Roland Schramm⁴.

Foram excluídos os textos que, apesar de citar a BI, não faziam análise de algum problema moral e, conseqüentemente, não apresentavam nenhuma solução pautada nas categorias da BI. É exemplo de texto excluído o artigo em que Dora Porto e Volnei Garrafa⁵⁶ - extraído da tese de doutoramento da primeira, orientada pelo segundo – que apresenta a relação entre a Reforma Sanitária brasileira e as correntes de pensamento em bioética no Brasil.

Para a sistematização e posterior análise dos textos foi utilizado um roteiro (APÊNDICE A) que categorizou cada texto dentre os seguintes itens: nacionalidade e origem institucional dos autores; ano, nome e estado/país do veículo de publicação; os referenciais ou categorias da BI mencionados; o conflito moral ou problema apresentado; a sua análise pela perspectiva BI; suas propostas de solução; e os textos de referência da fundamentação da BI utilizados.

A análise dos textos de aplicação é feita inicialmente por avaliações bibliométricas e, em segundo momento, por meio da leitura crítica-reflexiva ancorada em hermenêutica.

6.1 ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS TEXTOS DE APLICAÇÃO DA BI

Como textos de aplicação dos criadores da BI encontramos 15 textos (Quadro 4) e no de aplicação de outros autores, 17 (Quadro 8), sendo avaliado um total de 32 textos.

Quadro 4 – Relação de textos de aplicação da BI de autoria de seus criadores.

Título do texto	Ano
Presença feminina na atividade voluntária: uma leitura a partir da bioética ⁴³ .	2005.
La Bioética de Intervención y el acceso al sistema sanitario y a los medicamentos ⁵⁷ .	2005.
Análise bioética da propaganda e publicidade de medicamentos ⁵⁸ .	2007.
Análise da propaganda e publicidade de medicamentos e controle público ⁵⁹ .	2007.
Trabalho doméstico e emprego doméstico: atribuições de gênero marcadas pela desigualdade ⁶⁰ .	2008.
Auto-Hemoterapia, Intervenção do Estado e Bioética ³⁸ .	2008.
Bioethics, culture and infanticide in Brazilian indigenous communities: the Zuruahá case ⁶¹ .	2010.
O olhar da Bioética de Intervenção no trabalho do cirurgião-dentista do Programa Saúde da Família (PSF) ⁶² .	2010.
Vigilância sanitária: recolhimento de medicamentos na legislação brasileira ⁶³ .	2010.
Educação: nova fronteira da bioética ⁶⁴ .	2011.
A legitimidade da intervenção estatal na publicidade de produtos sujeitos à vigilância sanitária ⁶⁵ .	2011.
Ética e desconstrução do preconceito: doença e poluição no imaginário social sobre o HIV/Aids ⁶⁶ .	2011.
Perspectiva bioética do modelo de assistência suplementar no Brasil ⁶⁷ .	2013.
Supplemental care from a bioethical perspective ⁶⁸ .	2013.
Cooperação em saúde na perspectiva bioética ⁶⁹ .	2013.

Fonte: Pesquisa do autor, 2015.

Para conhecermos a frequência da publicação destes textos, avaliamos os anos de 2005 a 2013 quando os autores publicaram, ou participaram da publicação, de 15 textos, sendo a média de publicação 1,6 texto/ano. Para melhor visualização do quantitativo de publicações por ano, apresentamos a Figura 5 abaixo.

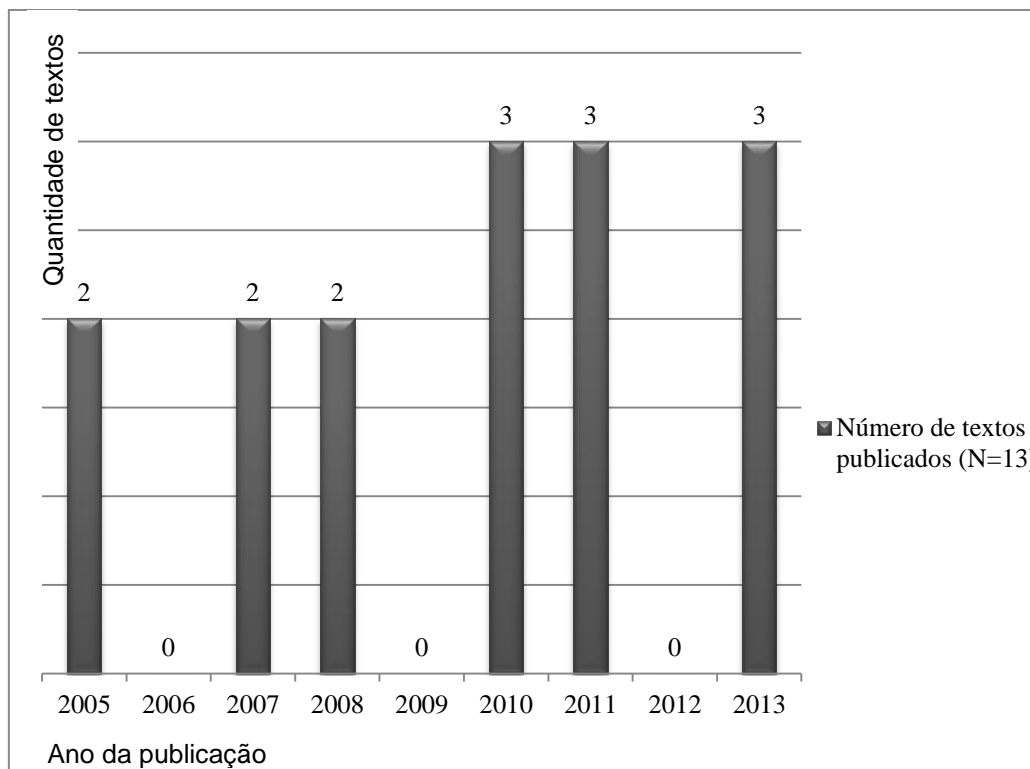


Figura 5 - Quantitativo de textos de aplicação da BI de autoria de seus criadores, por ano de publicação.

Fonte: Pesquisa do autor, 2015.

Em todos os textos os autores eram brasileiros e representavam primeiro e naturalmente a Cátedra Unesco de Bioética, com destaque, em segundo lugar de aparição, para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) contribuindo em 5 textos. Também figuraram nesta relação autores que representam a Organização Pan-Americana para a Saúde (OPAS), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual de São Paulo e Museu de Arte Contemporânea (MAC) de Sorocaba. Neste sentido, os textos estão distribuídos em relação à vinculação institucional de seus autores nos seguintes estados brasileiros: Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

Sobre o veículo de publicação, somente um texto era um capítulo de livro tendo sido publicado pela ANVISA e os outros 14 textos eram artigos publicados em periódicos. O periódico com mais publicações foi a Revista Bioética do CFM com 5

publicações, sequencialmente o Ciência & Saúde Coletiva (3 publicações), Revista da Associação Médica Brasileira (2 publicações), Revista Brasileira de Bioética (1 publicação), Cadernos de Saúde Pública (1 publicação) e Revista de Direito Sanitário (1 publicação). Assim, os textos, em relação à origem de seus periódicos estão distribuídos da seguinte maneira entre os estados brasileiros: Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo.

Dentro os textos de aplicação dos criadores da BI, buscamos conhecer quais eram as categorias que mais apareciam como possíveis ferramentas para a proposta de resolução do conflito em tela. Cabe esclarecer que um mesmo texto poderia apresentar mais de uma categoria, portanto, o número de categorias apresentadas supera o número total de textos avaliados. Assim, encontramos nos textos uma maior frequência para a “intervenção do estado” (7 textos), “justiça”, “equidade” e “inclusão social” (6 textos), “utilitarismo consequencialista solidário” (5 textos), “4 ‘pês” (3 textos); “vulnerável social” (3 textos), “solidariedade” (2 textos), “empoderamento” (2 textos), “corporeidade” (2 textos), “libertação” (1 texto) e “Direitos Humanos/cidadania” (1 texto) (Quadro 5).

Quadro 5 – Categorias mencionadas nos textos de aplicação dos criadores da BI.

Categoria	Frequência de aparição
intervenção do estado	7
justiça/equidade/inclusão social	6
utilitarismo consequencialistas solidário	5
4 “pês”	3
vulnerável social	3
solidariedade	2
empoderamento	2
corporeidade	2
libertação	1
direitos humanos	1

Fonte: Pesquisa do autor, 2015

Outra questão que pensamos ser importante para a avaliação bibliométrica era quais os textos de fundamentação que estavam servindo de base para os autores referenciar as suas propostas de ação. Assim, observamos a frequência de aparição destes textos de fundamentação dentro dos textos de aplicação. Neste caso, também é possível que uma mesma produção cite mais de um texto de fundamentação, nesse sentido, também pode haver a superação do número total de

textos avaliados. Com isso, neste grupo de textos de aplicação de autoria ou co-autoria dos criadores da BI encontramos como a referência mais utilizada o texto inicial da BI, publicado em 2002, em periódico internacional (Quadro 6).

Quadro 6 – Relação da frequência de citação dos textos de fundamentação da BI nas publicações de aplicação da BI dos seus próprios criadores.

Texto	Veículo de publicação	Quantidade de citações
Intervention bioethics: a proposal for peripheral countries in a context of power and injustice ¹⁹ .	Periódico – Bioethics.	13
Inclusão social no contexto político da bioética ²⁵ .	Periódico – RBB.	5
Bioética de intervenção: considerações sobre a economia de mercado ²⁴ .	Periódico – Revista Bioética.	5
Da bioética de princípios a uma bioética interventiva ¹⁸ .	Periódico – Revista Bioética.	4
Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção ²¹ .	Capítulo de livro – Bioética, poder e injustiça.	2
Bioética de intervención ²⁷ .	Dicionário – Diccionario latino-americano de bioética.	2
Intervention Bioethics: epistemology for peripheral countries ²⁶ .	Periódico – Journal International de Bioétique.	1
Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção ⁶ .	Periódico – O Mundo da Saúde.	1
Por uma vida não colonizada: diálogo entre bioética de intervenção e colonialidade ³⁰ .	Periódico - Saúde e Sociedade.	1
Bases epistemológicas e políticas da bioética de intervenção ³¹ .	Capítulo de livro.	1

Fonte: Pesquisa do autor, 2015.

No subgrupo de textos de aplicação da BI de outros bioeticistas que aplicam a BI encontramos 17 textos (Quadro 7).

Quadro 7 - Relação de textos de aplicação da BI de autores externos.

Título do texto	Ano
Análise bioética da percepção da solidariedade na ação do voluntariado ⁷⁰ .	2005
Bioética de Intervenção e Macroalocação de Recursos Sanitários ⁷¹ .	2005/6
Bioética e educação no ensino médio ⁷² .	2006
Projetos sociais em gerontologia uma experiência da disciplina Bioética na pós-graduação do Centro Universitário São Camilo ⁷³ .	2007
Pessoas com deficiência e políticas de saúde no Brasil: reflexões bioéticas ⁷⁴ .	2009
Um novo olhar bioético sobre as pesquisas odontológicas brasileiras ⁷⁵ .	2009
Direito à saúde, biopoder e bioética ⁷⁶ .	2009
Cesariana: uma visão bioética ⁷⁷ .	2009
Bioética e prática social: um estudo sobre a contribuição entre Pastoral da Criança e bioética ⁷⁸ .	2009
Respeito à dignidade humana no contexto hospitalar: estudos com pacientes	2010

oncológicos em quimioterapia paliativa ⁷⁹ .	
A bioética e o problema do acesso à atenção em saúde ⁸⁰ .	2010
Lipodistrofia e preconceito na nova cara da aids: diálogo com a bioética de intervenção ⁸¹ .	2011
Olhar da Bioética de Intervenção nos Direitos Inerentes ao Idoso e a Influência da Teoria da Reserva do Possível ⁸² .	2011
Publicidade de medicamentos: do enfoque pela bioética principialista à bioética de intervenção ⁸³ .	2012
Bioética e vulnerabilidade da população em situação de rua: um estudo a partir da realidade da cidade de Curitiba ⁸⁴ .	2013
Comunidade quilombola – análise do problema persistente do acesso à saúde, sob o enfoque da BI ⁸⁵ .	2013
Programa de Aquisição de Alimentos: a lente bioética na segurança alimentar ⁸⁶ .	2013

Fonte: Pesquisa do autor, 2015.

Para melhor visualização do quantitativo de publicações por ano destes autores que aplicaram a BI, apresentamos a Figura 6 abaixo.

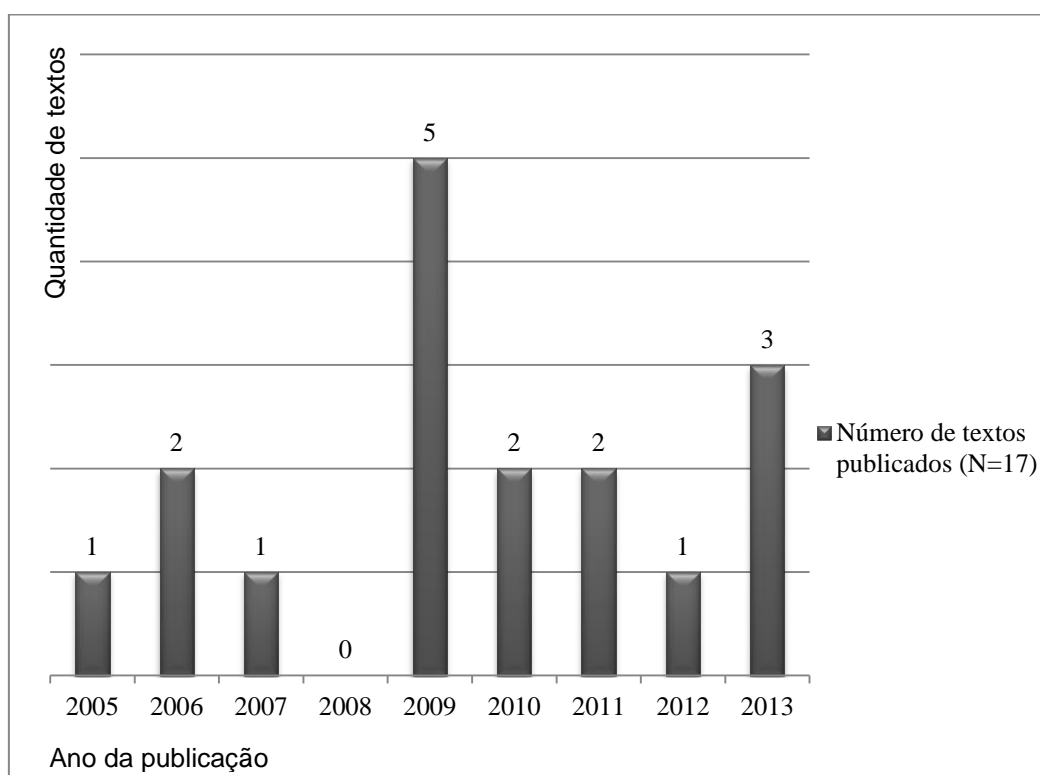


Figura 6 - Quantitativo de textos de aplicação da BI de autoria de autores externos, por ano de publicação.

Fonte: Pesquisa do autor, 2015.

Neste grupo, encontramos textos produzidos entre os anos de 2005 e 2013 proporcionando um total de 17 textos, tendo como média de publicação 1,8 textos/ano, sendo o ano de 2009 aquele com maior número de publicações (4) seguido pelo ano de 2013 (3). Neste interstício apenas no ano de 2008 não foi detectada a publicação de textos de outros autores aplicando a lente da BI para análise de dilemas morais.

Nos textos selecionados, todos os autores eram brasileiros, tendo em três deles autores exclusivos da Cátedra Unesco de Bioética. Em um a Cátedra aparece em autoria compartilhada com autores da Universidade Federal de Goiás (UFG) e em outro com autoria compartilhada com a Secretaria Estadual de Saúde de Alagoas, ANVISA e Ministério da Saúde (MS). No restante dos textos, podemos encontrar autores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Centro Universitário São Camilo, Universidade de Rio Verde (FESURV), Universidade Estácio de Sá, Faculdade Paulo VI, Universidade da Cidade de São Paulo (UNICID), Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Ministério da Saúde, ANVISA, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CRM-SP). Ou seja, os textos foram desenvolvidos por autores de 17 origens diferentes o que demonstra certa capilaridade da BI. Nesse sentido, os mesmos estão distribuídos em relação à vinculação institucional de seus autores nos seguintes estados brasileiros: São Paulo, Distrito Federal, Goiás, Bahia, Alagoas, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Sobre o veículo de publicação, todos os textos eram artigos publicados em periódicos. O periódico com mais publicações foi a Revista Bioética do CFM com 4 publicações, seguida da Ciência & Saúde Coletiva com 2 publicações. Com apenas uma publicação encontramos os periódicos Bioethikós, Saúde em Debate, Interface - Comunicação, Saúde e Educação, Universitas Face, Kairós, Revista de Cultura Teológica, Brasília Médica, Revista de Direito Sanitário, Teocomunicação, Revista Eletrônica Jurídica e Revista Eletrônica do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Assim, os textos, em relação à origem de seus periódicos

estão distribuídos da seguinte maneira entre os estados brasileiros: São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro.

Dentro os textos de aplicação da BI de outros autores, buscamos conhecer quais eram as categorias que mais apareciam como possíveis ferramentas para a proposta de resolução do conflito em tela. Cabe esclarecer que um mesmo texto poderia apresentar mais de uma categoria, portanto, o número de categorias apresentadas supera o número total de textos avaliados. Assim, encontramos nos textos uma maior frequência para as noções de “justiça”, “equidade” e “inclusão social” (9 textos), “Direitos Humanos” e “cidadania” (7 textos), a “intervenção do estado” (5 textos), “vulnerável social” (5 textos) , “utilitarismo” (5 textos), “solidariedade crítica” e “consequencialismo solidário” (4 textos), “emancipação” (3 textos) “empoderamento” (2 textos) e “libertação” (1 texto) (Quadro 8).

Quadro 8 – Categorias encontradas nos textos de aplicação da BI de autores externos

Categoria	Frequência de aparição
justiça/equidade/inclusão social	9
direitos humanos	7
intervenção do estado	5
vulnerável social	5
utilitarismo	5
solidariedade crítica/ consequencialismo solidário	4
emancipação	3
empoderamento	2
libertação	1

Fonte: Pesquisa do autor, 2015.

Também pensamos ser importante para a avaliação bibliométrica conhecer quais os textos de fundamentação que estavam servindo de base para os outros autores referenciar as suas propostas de ação. Assim, observamos a frequência de citação destes textos de fundamentação dentro dos textos de aplicação. Neste caso, também é possível que um mesmo texto cite mais de um texto de fundamentação, nesse sentido, também pode haver a superação do número total de textos avaliados. Neste grupo de textos de aplicação de autores externos à BI encontramos como referências mais utilizadas para a construção dos textos as relações expressas no Quadro 9.

Quadro 9 – Relação da frequência de citação dos textos de fundamentação da BI nas publicações de aplicação da BI de autores externos.

Texto	Veículo de publicação	Quantidade de citações
Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção ⁶ .	Capítulo de livro – Bioética, poder e injustiça.	7.
Intervention bioethics: a proposal for peripheral countries in a context of power and injustice ¹⁹ .	Periódico – Bioethics.	5.
Inclusão social no contexto político da bioética ²⁵ .	Periódico – RBB.	4.
Da bioética de princípios a uma bioética interventiva ¹⁸ .	Periódico – Revista Bioética.	4.
Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção ⁶ .	Periódico – O Mundo da Saúde	4.
Cruz e Trindade ⁴⁷ (*ainda que não seja fundamentação dos autores, incluído por ter sido citado em diferentes textos)	Periódico – Revista Brasileira de Bioética.	3.
Bioética de intervención ²⁸ .	Dicionário – Diccionario latino-americano de bioética.	2.
Bioética de intervenção: considerações sobre a economia de mercado ²⁴ .	Periódico – Revista Bioética.	1.
Intervention Bioethics: epistemology for peripheral countries ²⁷ .	Periódico – Journal International de Bioétique.	0.
Por uma vida não colonizada: diálogo entre bioética de intervenção e colonialidade ³¹ .	Saúde e Sociedade.	0.
Bases epistemológicas e políticas da bioética de intervenção ³² .	Capítulo de livro.	0.

Fonte: Pesquisa do autor, 2015.

Realizando uma análise comparativa entre estes subgrupos de textos de aplicação, isto é, entre os textos de autoria dos criadores da BI e os textos de autoria de outros bioeticistas, percebemos que foram encontrados mais textos para o segundo subgrupo. Este dado demonstra que outros bioeticistas têm se interessado pela BI como uma ferramenta de análise de problemas morais, não sendo, portanto, uma teoria que serve apenas para a produção de seus criadores, isto é, tem repercussão e aceitação no meio acadêmico. A presença de autores de diversas instituições de ensino superior representa também a capilaridade do Programa de Pós-Graduação em Bioética da UnB que dentro da história da bioética brasileira se expressa pela participação ativa em congressos da área, nas representações da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB) e de suas regionais, bem como recebendo alunos de especialização, mestrado e doutorado de diversos estados da federação que escolhem concorrer às vagas abertas anualmente. A representação de outras instituições como ANVISA, MS e CRM nas publicações de aplicação da BI também

demonstram a notoriedade que o Programa e a BI têm alcançado, servindo também para contribuir com o pensamento e elaboração de estratégias importantes para toda a sociedade, afinal, os órgãos acima citados trabalham com a regulamentação do exercício de diversas atividades na área da saúde por meio de Resoluções de Diretoria Colegiada, Portarias, Resoluções etc.

Além disso, a própria taxa de publicação de outros bioeticistas se mostrou mais intensa (1,8 textos/ano contra 1,6 textos/ano dos próprios criadores da BI) considerando-se os nove anos que abarcam as publicações de aplicação dos dois subgrupos, isto é, os anos de 2005 a 2013. É interessante destacar que ao início das publicações de aplicação (2005), a BI tinha apenas 3 textos de fundamentação publicados e, em 2005, foram publicados outros 3 de fundamentação. Talvez por isso, os primeiros anos em que a BI estava sendo aplicada como uma ferramenta de análise de conflitos morais um número menor de textos foi produzido. Por exemplo, se considerarmos apenas o período mais recente das publicações, entre 2009 e 2013, encontraremos 21 textos de aplicação publicados, o que representa 70% do total de textos de aplicação. Antes de 2009, servindo como referencial para o mundo acadêmico, a BI já contava com 14 textos de fundamentação e sete anos desde a sua primeira publicação, ou seja, um período importante para que a teoria fosse divulgada e mais pessoas tendo contato com os textos, reconhecessem nesta teoria uma possibilidade interessante para análise de problemas bioéticos.

Em relação ao veículo de publicação dos artigos científicos recebe destaque a Revista Bioética do CFM onde foram publicados 9 textos, seguida pela Ciência e Saúde Coletiva, em que foram publicados 5 artigos. A revista do CFM tem grande importância para a área da bioética, sendo uma revista com corpo editorial renomado, indexada e, atualmente, classificada como B2 para a área interdisciplinar pela avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Além disso, atua com a política de acesso livre, disponibilizando gratuitamente o seu conteúdo no intuito de democratizar o conhecimento. A representação da revista Ciência e Saúde Coletiva, classificada como A2 pela CAPES para a área interdisciplinar, aponta para o fato de a BI guardar relação com os problemas enfrentados pelo campo da Saúde Coletiva, principalmente quando se avalia a bioética de situações persistentes como, por exemplo, o artigo que discute o as políticas públicas de saúde para as pessoas com deficiência.

Já sobre as categorias apresentadas para a discussão dos problemas bioéticos, podemos dar destaque para aquelas relacionadas à noção de justiça como equidade, intervenção, utilitarismo e direitos humanos. Do ponto de vista da frequência foram as que mais apareceram nos textos, entretanto, é com a avaliação hermenêutica, que será apresentada mais adiante é que iremos buscar analisar estes achados com maior propriedade qualitativa.

Por fim, com a análise dos textos de fundamentação que foram mais utilizados como referência nos textos de aplicação, encontramos uma predileção por textos do que convencionamos chamar aqui de primeiro momento da BI, onde a mesma é apresentada pelos seus criadores. Recebem destaque dois textos que não possuem diferenças relevantes em relação à apresentação de seu conteúdo, sendo a diferença crucial um ter sido escrito em língua inglesa no formato de artigo e o outro como capítulo de livro na língua portuguesa^{6,19}. Este achado tem relação direta com as categorias mais frequentemente utilizadas, isto é, justiça como equidade, intervenção, utilitarismo e direitos humanos, já que desde o primeiro momento tais categorias já vinham sendo apresentadas. Diferentemente das categorias apresentadas na fase de aprofundamento da BI, como, por exemplo, empoderamento, libertação, emancipação e solidariedade crítica.

Sobre a escolha da referência, talvez os autores também tenham dado preferência pela citação de um texto escrito em língua inglesa e publicado em revista internacional pela ideia de que este texto teria maior impacto na literatura nacional e internacional, ainda que o periódico em questão esteja classificado como B1 pela CAPES para a área interdisciplinar. Outro fato relevante encontrado é o de que alguns textos referenciaram os fundamentos da BI a partir do texto de autores diferentes⁴⁷ dos criadores da BI, ou seja, fundamentaram suas noções sobre a BI a partir de outros bioeticistas.

6.2 ANÁLISE HERMENÊUTICA DOS TEXTOS DE APLICAÇÃO DA BI

Partindo para a avaliação hermenêutica dos artigos de aplicação da BI, para melhor compreensão, classificamos os mesmos em temas e subtemas. Os temas são núcleos de interpretação um pouco mais abrangentes e os subtemas as especificidades dos conflitos, lembrando que um texto pode apresentar mais de um conflito moral ou problema e, assim, existirem mais subcategorias do que textos analisados ou, por outro lado, diferentes textos podem apresentar conflitos semelhantes e, conseqüentemente, existirem menos subcategorias do que textos avaliados. Como temas encontramos: indústria farmacêutica, questões de gênero, assistência em saúde, antropologia, diplomacia e formação escolar (Quadro 10).

Quadro 10 – Temas e subtemas de análise dos “textos de aplicação dos autores”

Temas	Subtemas
Indústria farmacêutica.	Publicidade irregular ou ilegal de medicamentos.
	Desvio na qualidade de medicamentos.
	Papel do Estado no controle da indústria farmacêutica.
Questões de gênero.	Gênero e a atividade voluntariada.
	Gênero e o trabalho doméstico.
Assistência em saúde.	Novas tecnologias incorporadas na saúde suplementar e o SUS.
	Lógica de mercado e princípios do SUS no sistema suplementar.
	Práticas não comprovadas em uso.
	Iniquidades em saúde bucal.
Antropologia.	Infanticídio, Direitos Humanos e pluralismo moral.
Diplomacia.	Relações diplomáticas e vulnerabilidade internacional.
Formação escolar.	Potencialidades da bioética para transformação.

Fonte: Pesquisa do autor, 2015.

Sobre os resultados apresentados no Quadro 10 podemos destacar no tema indústria farmacêutica que, em geral, os textos analisam os diferentes problemas apresentados esclarecendo que em qualquer circunstância há considerável assimetria na relação entre a indústria farmacêutica e os consumidores, sejam eles leigos ou profissionais da saúde.

As relações de mercado requerem desta indústria a utilização de instrumentos de convencimento ao público para que os seus produtos sejam consumidos em maior escala sendo relativizados os aspectos éticos e até mesmo as normas sanitárias. Quando o público-alvo são os médicos encontramos a sedução por meio de oferta de brindes, viagens a congressos ou outros tipos de benefícios. Quando o alvo são os consumidores leigos, podemos encontrar medicamentos idênticos produzidos por laboratórios farmacêuticos multinacionais com duplo padrão de

conduta na oferta de informações técnicas afrouxadas em países com menor rigor e persuasão que desconsideram a real necessidade de uso, expondo os usuários a possibilidades de uso incorreto, gastos desnecessários e intoxicação.

Como proposta de solucionar estes problemas todos os textos fazem relação direta com o papel de polícia administrativa atribuído à ANVISA e buscam legitimar a intervenção como responsabilidade do Estado e em favor daqueles que são mais vulneráveis.

Para o segundo tema, “questões de gênero”, o que encontramos de análise semelhante é que tanto no caso da atividade voluntária quanto no trabalho doméstico há a manutenção de relações injustas em desfavor das mulheres que por questões culturais são “naturalmente” indicadas para o desenvolvimento destas atividades. São agravantes para a relação do trabalho doméstico a possibilidade do assédio moral e sexual, a desproteção estatal em relação aos direitos trabalhistas (que ultimamente vêm sendo gradativamente mais valorizados no Brasil) e a exposição injusta de grupos vulneráveis, como o de crianças e adolescentes ou de grupos socialmente excluídos como o das pessoas negras.

Como propostas de enfrentamento dos problemas são ressaltadas a intervenção estatal em favor dos grupos mais vulneráveis, com adoção de políticas públicas afirmativas e inclusivas, dando maior visibilidade à velada relação de poder existente entre os homens e as mulheres ou entre as mulheres brancas e mulheres negras. Além disso, é discutido que por meio do empoderamento as mulheres assumam individual e coletivamente o seu papel ativo e busquem relações mais simétricas na sociedade e, no caso do voluntariado, que se promova uma cultura que incentive esta ação sob a perspectiva do bem estar social, sendo o seu combustível individual a solidariedade crítica.

O tema “assistência em saúde” é mais amplo e incorporou de alguma forma a relação existente entre os pacientes e o sistema de saúde, ainda que em nível individual como no caso em que a auto-hemoterapia vinha sendo exercida sem respaldo e segurança científica. A análise do problema requer prudência e precaução uma vez que se trata de uma tecnologia com consequências desconhecidas e proteção e prevenção para os indivíduos que tendem a se arriscar à prática nociva. Novamente a alternativa de enfrentamento inclui a intervenção

estatal por meio da ação do poder de polícia da ANVISA para que os estabelecimentos de saúde e/ou profissionais que se arriscam a desenvolver a prática sejam punidos e por meio dos Conselhos de profissão, autarquias federais.

Permitindo uma pausa na análise dos conflitos morais, ressaltamos que é com este texto que ficaria claro ao bioeticista hipotético uma questão de fundamentação, ou seja, é com a aplicação dos “4 Pês” como categorias da BI por um de seus próprios criadores (Volnei Garrafa em coautoria com outros bioeticistas) que a dúvida se extinguiria. Portanto, ao declararem claramente que as propostas de solução ao problema perpassam pela precaução, prevenção, prudência e proteção, assumiriam estes elementos como categorias da BI. Além disso, esta perspectiva se aproxima da categoria de responsabilidade, apresentada por bioeticistas externos à BI.

Voltando para a perspectiva de aplicação da BI e ainda sobre o tema “assistência em saúde” foi avaliado que a população brasileira sofre com iniquidades em saúde bucal e que a Estratégia Saúde da Família tem sido utilizada para o enfrentamento do problema, ainda que a mesma necessite de adaptações e, eventualmente possa ser exercida de forma paternalista.

O aspecto principal de sua análise na perspectiva da BI enquadra-se na defesa da dignidade da pessoa humana, ou melhor, na proteção dos Direitos Humanos que incluem o acesso à saúde, ou seja, um acesso integral à saúde que incorpore em sua dimensão as necessidades de saúde bucal acumuladas pela população brasileira durante os anos em que o Estado relegava a segundo plano as ações de promoção, proteção e assistência em saúde bucal.

Como estratégia sugere que os profissionais da equipe de saúde bucal promovam atividades com o objetivo de contribuir para o empoderamento dos usuários vulnerabilizados para além do autocuidado, pois assim os mesmos estariam capacitados a atuar politicamente e alcançar mudanças significativas em suas realidades. Além disso, afirmam ser imperativo que o Estado siga intervindo na construção de políticas públicas de saúde mais justas e inclusivas.

Por fim, o tema da “assistência à saúde” ainda versa sobre as relações com o sistema suplementar de saúde no Brasil. Inicialmente há o problema da oferta de

serviços pelos planos de saúde que podem criar uma necessidade de consumo de produto de saúde também nos usuários do SUS, sem uma necessidade propriamente clínica ou epidemiológica, mas apenas fetichista, o que oneraria desnecessariamente ou de modo ineficiente o sistema público de saúde.

Além disso, são frequentes as queixas dos próprios usuários dos planos de saúde que, em relação de consumo naturalmente assimétrica, se veem submetidos a ações que prejudicam o seu acesso aos serviços o que em muitas vezes é contrário às normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Esta vulnerabilização dos consumidores de planos de saúde deve ser foco de intervenção do Estado por meio de seu órgão regulador (ANS) e que o mesmo esteja, ainda que em serviço privado complementar, comprometido com os princípios do SUS e da dignidade humana, enfatizando em suas ações a proteção aos mais vulneráveis.

Já no tema “antropologia” é apresentado um único subtema que envolve a discussão do infanticídio em comunidades indígenas. A análise pela BI requer a observação individualizada de que as comunidades indígenas vivem em um código moral e legal específico e não deveriam ser avaliadas por uma cultura hegemônica de modo a proporcionar o exercício do que a BI denomina de um imperialismo moral.

Ainda que comprometida com os Direitos Humanos a BI não poderia avaliar nesta situação que o valor da dignidade da vida humana da criança fosse preservado a qualquer custo, mesmo porque a prática do “resgate” de crianças “condenadas” já demonstrou ter consequências desastrosas como, por exemplo, o suicídio em massa de parentes. Nestes casos cabe inicialmente a reflexão sobre o respeito à diversidade cultural e a intervenção deve ser realizada de modo gradativo, por meio de diálogos entre as culturas para que tal prática seja abandonada. Entretanto, é essencial que neste diálogo outras questões de importância para a preservação da cultura indígena, como, por exemplo, a demarcação de terras, proteção de suas reservas de invasores e o acesso da comunidade à saúde pública sejam também honestamente discutidas.

O penúltimo tema apresentado é a “diplomacia” que levanta a questão de que, diante de determinadas situações como aquelas relacionadas com as pesquisas com seres humanos e que envolvem especialmente novos

medicamentos, a aproximação diplomática entre países pode vulnerabilizar ainda mais os países em desenvolvimento dadas as diferenças acentuadas pelo processo de globalização, sendo que a BI pode contribuir para desenvolver processos de verdadeira cooperação (em substituição à recorrente exploração que acontece nestes casos...) alicerçados em postulados como a solidariedade, equidade e justiça contribuindo para a redução das desigualdades.

E, para finalizar, o tema “formação escolar” surge para a avaliação de que os estudantes de ensino médio no Brasil fazem parte de uma realidade desigual, sendo vulnerabilizados por questões políticas e econômicas e não sendo estimulados a desenvolverem sua capacidade de avaliação crítico-reflexiva sobre o modo como os próprios brasileiros vivem. Como proposta, espera-se que a inclusão de conteúdos de bioética nos currículos possa ser realizada a partir dos referenciais analíticos da disciplina uma vez que os mesmos seriam capazes de contribuir para o enfrentamento das injustiças sociais em favor da proteção dos mais vulneráveis.

Nestes textos de aplicação dos próprios criadores da BI observamos uma tendência para a avaliação dos problemas da chamada bioética de situações persistentes. Ainda que resvalam em questões emergentes, como a pesquisa científica envolvendo seres humanos, o teste de novos medicamentos e a própria publicidade farmacêutica, há um sentido de avaliação dos problemas a partir do reconhecimento de uma relação assimétrica entre as partes. Com isso, não se discute propriamente os aspectos tecnológicos da pesquisa científica, mas a exploração que existe entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Esta noção de diferença entre os países aparece nos primeiros textos de fundamentação da BI onde se apresenta a exploração entre os países centrais e periféricos, agravadas pelo processo de globalização e, posteriormente, é aprofundada por Nascimento e Garrafa³⁰ quando se incorpora a noção de colonialidade do poder à leitura da construção de mundo que atribui aos países do Norte uma prática expropriação dos países do Sul. Assim, o que se torna enfático é a persistência de determinados países a construírem relações de exploração com outros, seja na extração de minérios, na relação intercultural, comercial ou em execução de projetos de pesquisa com alta tecnologia.

Além da disparidade de poder entre as partes envolvidas no contexto a ser avaliado, como entre o consumidor e a indústria farmacêutica ou entre a população indígena e o direito positivo (monista), o que se percebe de comum nestes textos é a denúncia de uma injustiça já instaurada. Isto é, além de existir uma relação de assimetria de poder entre as partes, a parte com maior poder está colocando em curso ações que prejudicam o lado mais vulnerável da relação. Quando desvelada a relação assimétrica de poder e o tipo de desfavorecimento que uma das partes tem sofrido, caracteriza-se o conflito moral, já que se expõe a injustiça.

Assim, é injusta a exploração das mulheres por uma sociedade machista, são injustas as condições de saúde bucal enfrentadas por grande parte da população que vive em um país que negou a sua responsabilidade com a saúde das pessoas e são injustas as determinações sociais que implicam à grande parte dos jovens brasileiros o acesso a um ensino de baixa qualidade e o agravamento desta realidade.

Em alguns casos as soluções apresentadas aos problemas analisados envolviam o uso da solidariedade crítica, empoderamento, libertação, emancipação e equidade. Entretanto, a categoria mais embandeirada como perspectiva para a resolução dos problemas foi a da intervenção do estado. Como grande parte dos problemas têm relação direta com contextos em que o estado já possui legislação específica, recomendou-se nestes casos que o estado, por meio de suas diferentes representações, atuasse exercendo a sua responsabilidade. Entretanto, não se tratava apenas de uma leitura legalista em que se determinava ao Estado o cumprimento cegado de suas regras, mas antes, o desvelamento de uma injustiça instaurada que tem como produto a geração de sofrimento a um grupo de pessoas (vulneráveis) e, em favor deste grupo, isto é, em favor da redução dos danos, recomenda-se a intervenção estatal. Este ponto crítico da BI pode ser percebido quando se recomenda, no caso do infanticídio indígena, uma intervenção responsável e dialógica e não um cumprimento sisudo das leis do estado brasileiro.

A questão da intervenção em favor do grupo vulnerável que aparece nestes textos de aplicação, também aparece fundamentada nos textos iniciais da BI e recebe destaque neste momento porque talvez seja o gatilho do pensamento do cálculo utilitarista apresentado pelos autores. Se a proposta utilitarista é aumentar a felicidade coletivamente e, no contexto atual do mundo, tal qual analisado pela BI,

há grande parte da população vivendo em condições péssimas de vida, não acessando bens e serviços básicos, como os reivindicados pelos Direitos Humanos, não seria prioridade dos utilitaristas promover a felicidade dos grupos que mais sofrem e menos sentem prazer? Não seria este grupo o que mais otimizaria os cálculos dos utilitaristas? A intervenção não deveria acontecer neste sentido?

Tentando resumir o caminho do pensamento utilitarista da BI, arriscaria afirmar que o mesmo tem início com a análise crítica da realidade contemporânea em perspectiva global. Como produto da análise há a identificação de diferenças significativas entre pessoas e grupos no que diz respeito ao acesso ao prazer e à capacidade de proteção contra o sofrimento. Buscando a origem da privação do prazer e da exposição à dor nestes grupos percebem que há relação direta da existência desta condição por conta da inobservância dos referenciais dos direitos humanos. Ora, se ao utilitarista o prazer e a dor são caros, o próximo passo seria identificar que a busca da maior felicidade deveria conter ações que combatessem diretamente estas desigualdades, maximizando prazeres, mitigando dores. Se a aplicação da equidade é responsável por redistribuir bens e direitos, a BI identifica na busca pela equidade o caminho pelo qual a ação moral deve ser pautada, afinal, é ela quem será responsável por garantir os direitos humanos que têm sido desconsiderados a muitos humanos. Quando estes direitos, básicos e universais, estiverem acessíveis a todos (ou à maioria), o cálculo da maior felicidade terá encontrado o seu resultado final.

Partindo para os textos de aplicação da BI escritos por outros bioeticistas, também para melhor compreensão, classificamos os conflitos morais apresentados pelos mesmos em temas e subtemas.

Neste grupo buscamos classificar os textos em três temas com identidade bem definida. Contudo, surgiu a necessidade de criação de um quarto tema ampliado denominado de “temáticas diversas”. Isto ocorreu porque um grupo de quatro textos explorou situações tão diferenciadas que não seria possível algum tipo coerente de junção, sendo esta a alternativa aparentemente a mais plausível. Os outros temas e subtemas estão expressos no Quadro 11 e serão abordados sequencialmente.

Quadro 11 – Temas e subtemas de análise dos textos de aplicação da BI de autores externos.

Temas	Subtemas
Assistência em saúde em condições de vulnerabilidade.	Idosos, garantia de direitos e o papel do profissional da saúde.
	Pessoas com deficiência e garantia da universalidade do acesso.
	Mulheres e o respeito da escolha do tipo de parto.
	Pacientes terminais e o respeito à dignidade.
	Pacientes com AIDS e o estigma social.
	Pessoas em situação de rua e a capilaridade do SUS.
	População quilombola e o compromisso com a universalidade.
Alocação de recursos em saúde.	Atenção básica em defesa do direito à saúde.
	BI e a escassez de recursos materiais e humanos.
Iniquidade.	Injustiças no campo e a insegurança alimentar.
	A situação de saúde das crianças brasileiras.
Temáticas diversas.	Atividade voluntária.
	Formação escolar.
	Perfil da pesquisa científica odontológica.
	Publicidade irregular de medicamentos.

Fonte: Pesquisa do autor, 2015.

Sobre os resultados apresentados no Quadro 11 e já fazendo inferência com os próximos itens de análise dos textos, ou seja, análise do dilema moral pela perspectiva da BI e a sua proposta de resolução, podemos destacar no tema “assistência em saúde em condições de vulnerabilidade” que os diferentes autores entenderam que a BI tem poderosas ferramentas para confrontar os dilemas que envolvem o contexto dos serviços de saúde e uma população marcada por injustiças. Assim, surgem como subtemas as situações específicas que envolvem pessoas idosas, pessoas com deficiências, mulheres, pacientes terminais, pacientes com AIDS, pessoas em situação de rua e quilombolas.

O que em linhas gerais une as avaliações dos dilemas vivenciados por estes grupos na perspectiva dos autores que optaram por usar como lente de observação a BI é que todos os grupos vulneráveis devem ter a sua dignidade respeitada, afinal, trata-se de um direito humano. Além disso, com frequência os autores abordaram a necessidade de que o Estado se responsabilize por realizar intervenções em favor destes grupos, ao mesmo tempo em que se deve tomar o cuidado para a não realização de atividade paternalista, atentando-se para que se trabalhe na perspectiva da emancipação, empoderamento e libertação dos sujeitos envolvidos na condição vulnerabilizada.

É interessante perceber que os textos se preocupam em avaliar situações que envolvam em profundidade os serviços assistenciais prestados (ou ao menos

estabelecidos como compromisso) pelo SUS e estabelecem uma avaliação epidemiológica, crítica e social do problema. Percebe-se que ainda que existam discussões da relação privada da assistência ou mesmo da relação profissional da saúde e paciente (deontológica) – contextos comuns à bioética principialista, por exemplo, as discussões destes artigos se dedicam mais a uma abordagem social, fato esperado considerando-se as características apresentadas pelos referenciais da BI.

Para o tema “alocação de recursos em saúde” notamos que novamente o papel do Estado, na figura do SUS e, especialmente da atenção básica, prevalece. O compromisso assumido pela Constituição Brasileira estimula a cobrança por assistência universal e integral e os autores que usam a BI percebem que podem lançar mão dos referenciais da intervenção estatal e da garantia dos Direitos Humanos, tendo no acesso à saúde um de seus representantes.

Assim, os socialmente excluídos não podem manter-se nesta posição no que diz respeito ao seu acesso à saúde uma vez que a macro alocação de recursos é uma decisão política a ser tomada pelo Estado, sendo importante então que os organismos internacionais e as políticas governamentais sejam pressionados em favor da justiça social.

Para o tema “iniquidade” encontraram-se dois contextos onde as diferenças sistemáticas, injustas e evitáveis ganharam grande importância, por um lado quando se trata das relações com as pessoas que vivem e trabalham no campo e por outro quando se avaliam as crianças brasileiras pobres. Em qualquer um destes contextos, a ausência de um Estado interventor em favor dos mais vulneráveis não apenas estabiliza, mas piora as condições de vida destes grupos.

Entretanto, compreende-se que a vulnerabilidade destes grupos é resultado de um processo de desigualdade entre países e intra-países estimulada pelas relações de mercado. Para a superação destes problemas é necessário que o Estado se organize e construa políticas protetoras, porém, entende-se que toda a sociedade deve estar atenta ao problema, como é o caso do papel da Igreja Católica quando realiza ações da Pastoral da Criança.

Para o tema “temática diversas”, como já explicado, encontramos diferentes contextos de observação. Os contextos da atividade voluntária, formação escolar e publicidade irregular de medicamentos já também haviam sido trabalhado pelos criadores da BI em colaboração com diferentes parceiros e, de certo modo, compreendem o contexto de modo semelhante ao que já foi exposto acima no grupo de textos de aplicação dos autores.

De modo inaugural encontramos a avaliação do perfil da pesquisa científica odontológica avaliada por meio das publicações mais prevalentes na área. O que encontraram foi que as publicações científicas em odontologia bem conceituadas pelo CAPES/Qualis são predominantemente sobre técnicas e materiais odontológicos de pequeno alcance social, sendo as necessidades nacionais e regionais, prioritárias em uma avaliação bioética, relegadas e vencidas pela demanda do mercado.

Daí a necessidade de uma avaliação sobre as produções científicas para que se estabeleça formação e capacitação profissional ética e socialmente comprometida. Em perspectivas de intervenção, a universidade deve tomar o seu papel de responsabilidade social e conduzir o ensino e a pesquisa para ações de impacto que possibilitem melhores condições para vida em sociedade.

Notamos que nos textos de aplicação de diferentes bioeticistas há um predomínio da ideia de defesa aos direitos humanos e que aposta na intervenção estatal como uma possibilidade de ação que garanta esta defesa. Além disso, enfatizam a preocupação em não realizar uma atitude paternalista, envolvendo diversos atores sociais, além dos próprios vulneráveis.

Comparando os grupos de texto, isto é, os textos de aplicação dos criadores da BI e os de outros bioeticistas percebemos que existem grandes semelhanças na utilização das categorias da BI como ferramenta de análise aos conflitos morais, recebendo destaque a percepção de que esta teoria está bem aplicada nos casos em que grupos vulneráveis estão sendo prejudicados por relações assimétricas de poder onde a realidade poderia ser transformada com a efetivação dos direitos humanos por meio de ações de intervenção do estado, de solidariedade crítica de diferentes atores sociais e do estímulo à libertação, empoderamento e emancipação dos vulneráveis.

7 PANORAMA GERAL SOBRE A BI

Para uma melhor percepção do quantitativo da publicação de todos os textos de fundamentação da BI, independentemente da autoria (criadores ou autores externos), apresentamos a Figura 7.

Considerando que as publicações de fundamentação tiveram início em 2002 e possuem último texto publicado em 2015, encontramos que em um período de catorze anos foi encontrado um total de vinte e oito publicações o que significa uma média de 2 textos publicados por ano.

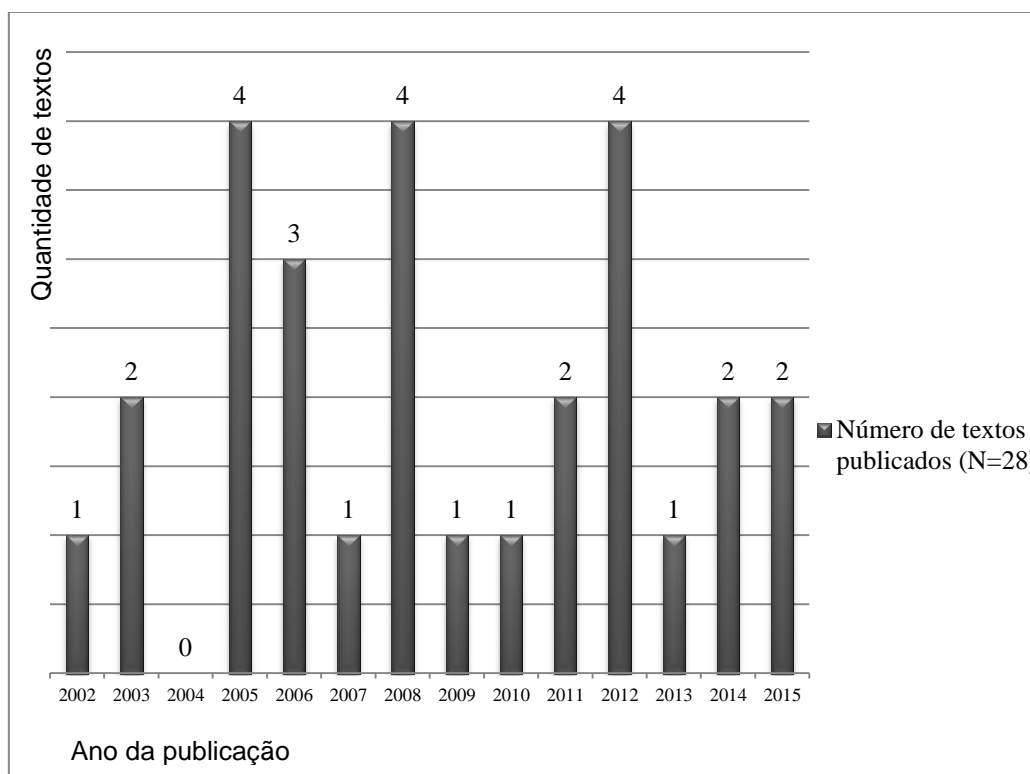


Figura 7 - Quantitativo de textos de fundamentação da BI, por ano de publicação.

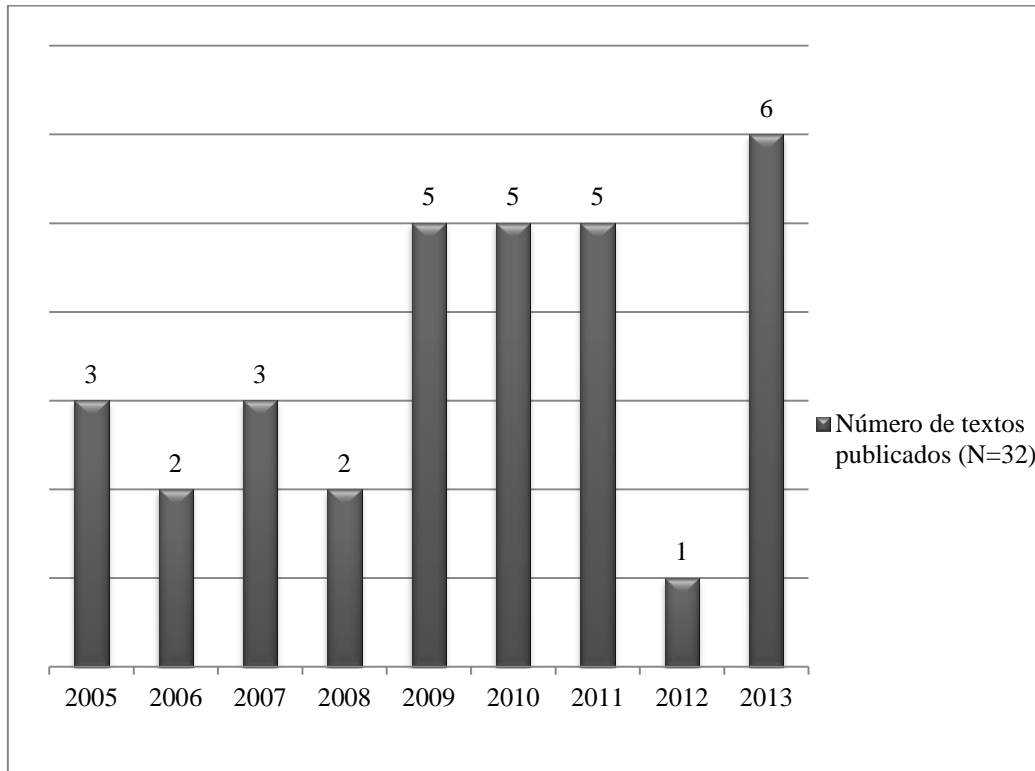
Fonte: Pesquisa do autor, 2015.

Agora, para uma melhor percepção do quantitativo da publicação de todos os textos de aplicação da BI, independentemente da autoria (criadores ou autores externos), apresentamos a Figura 8.

Considerando que as publicações de aplicação tiveram início em 2005 e possuem último texto publicado em 2013, encontramos que em um período de nove anos foi encontrado um total de trinta e duas publicações o que significa uma média

de 3,5 textos publicados por ano, ou dez textos publicados a cada três anos. Recebe destaque o período compreendido entre os anos de 2009 e 2013, período em que se encontra a maior parte das publicações, isto é, 69% (22 textos).

Figura 8 - Quantitativo de textos de aplicação da BI, por ano de publicação.

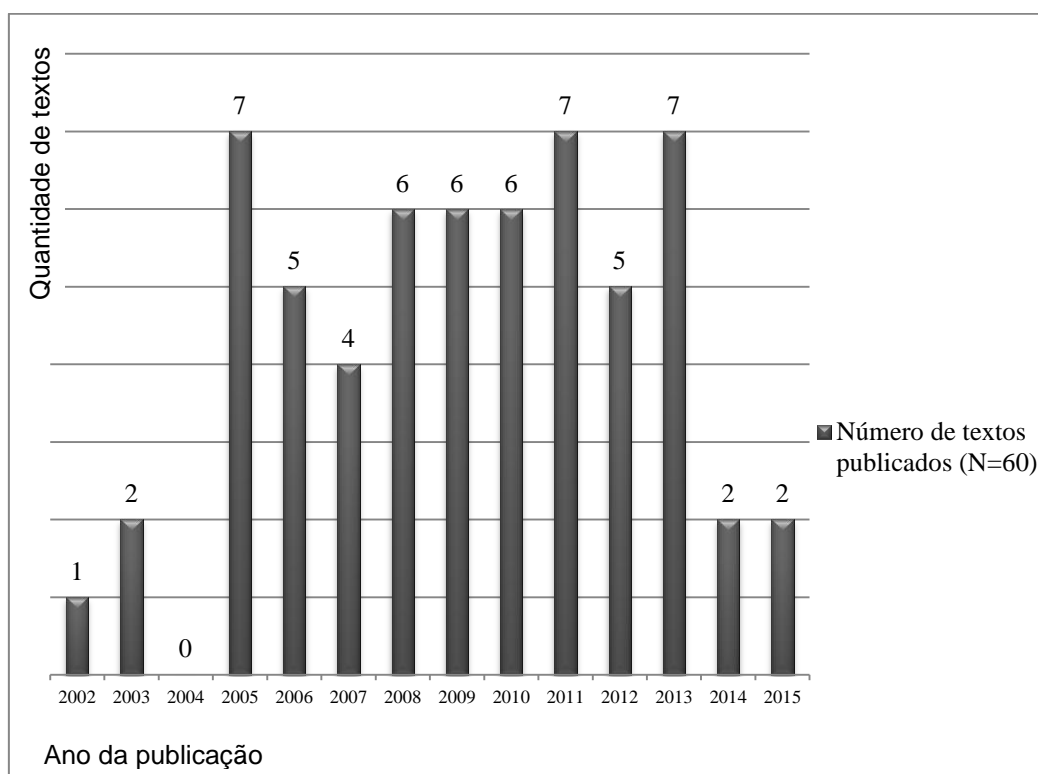


Fonte: pesquisa do autor, 2015.

Para uma apresentação gráfica de todos estes textos no decorrer dos anos apresentamos a Figura 9 abaixo, independentemente se textos de fundamentação ou de aplicação, independentemente se de autoria dos criadores da BI ou de autores externos. Nesta avaliação geral, a BI, em treze anos de publicação, fundamentou ou aplicou suas categorias em 60 textos, neste sentido, houve uma média de publicação de 4,3 textos por ano ou de 21 textos a cada quinquênio. Recebe destaque o período entre 2005 e 2013 que somou um total de 53 textos publicados, ou seja, 88% das publicações, o que daria uma média de publicação de 5,9 textos por ano. Esta análise geral demonstra que a BI tem sustentado a sua relevância para o cenário acadêmico da bioética, afinal, o processo de avaliação pelos pares em que tradicionalmente os artigos científicos são avaliados, por exemplo, ou a escolha de determinados autores para a escrita de capítulos de livro ou verbete de dicionários reflete um reconhecimento de especialistas da área sobre a teoria

apresentada. Ter uma média de publicação aproximada a 4 textos por ano sugere, além deste reconhecimento, a existência de um grupo coeso, que se esforça a apresentar à academia propostas mais críticas ao campo da bioética e que, em suas argumentações, é convincente e merecedora de reconhecimento.

Figura 9 – Quantitativo geral de textos da BI, por ano de publicação



Fonte: Pesquisa do autor, 2015.

Com o intuito de sistematizar a quantidade de textos avaliados segundo a sua classificação e formato de publicação apresentamos abaixo o Quadro 12. Destacamos a grande representatividade de publicações no formato de artigo científico, um tipo de produção mais facilmente encontrada e disponibilizada quando comparada com capítulos de livro, por exemplo. Além disso, nota-se a maior representatividade dos textos de aplicação quando comparada aos textos de fundamentação, fato que sugere a força da BI como uma corrente da bioética capaz de contribuir concretamente com a resolução dos reais problemas enfrentados na realidade latino-americana.

Quadro 12 – Quantidade de textos da BI avaliados por formato meio de publicação.

Tipo	Meio de veiculação	Artigo	Capítulo de livro	Verbete/dicionário	TOTAL
Fundamentação dos autores		11	7	1	19
Fundamentação dos externos		7	2	0	9
Aplicação dos autores		14	1	0	15
Aplicação dos externos		17	0	0	17
TOTAL		49	10	1	60

Fonte: Pesquisa do autor, 2015.

Para se ter uma noção de quanto cada tipo de texto contribuiu para o desenvolvimento da BI no decorrer dos anos, apresentamos a Figura 10 abaixo. É notório (e esperado) que nos primeiros anos os textos sejam de fundamentação dos autores. Com o passar dos anos e, conseqüentemente, com a divulgação da BI, os textos passaram a servir de referência para a aplicação a problemas morais, assim, passaram a servir como uma espécie de “lente moral”. É deste modo que os textos de aplicação passam a ter maior representatividade, principalmente a partir de 2009.

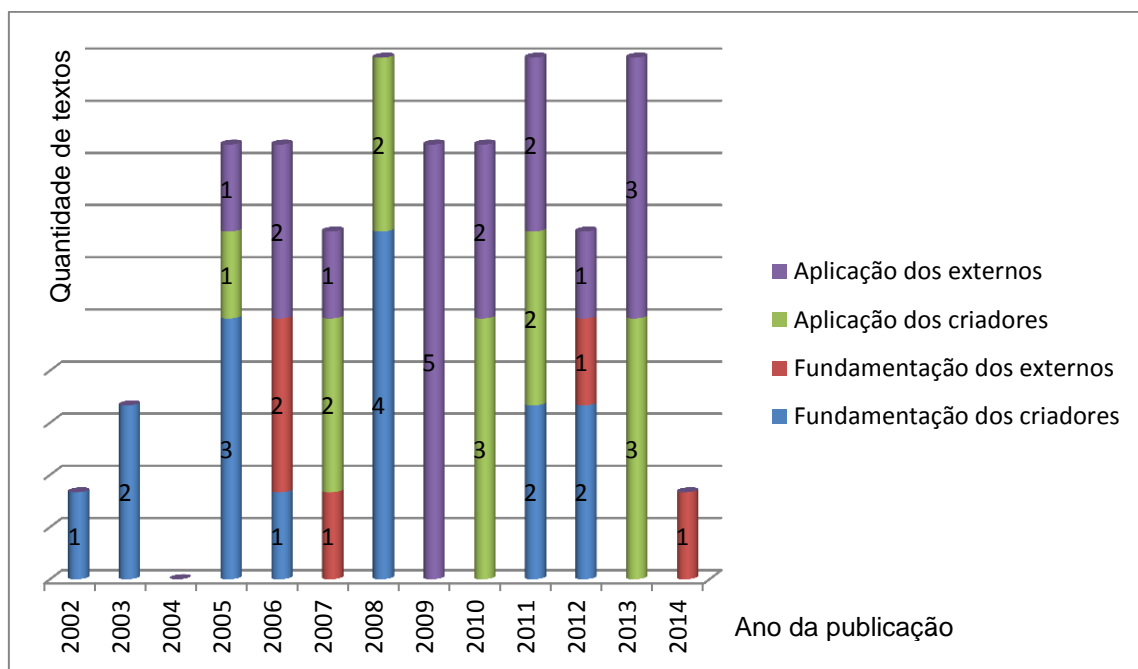


Figura 10 - Número de publicações da BI por ano e por tipo.

Fonte: Pesquisa do autor, 2015.

Além disso, podemos avaliar conjuntamente o contexto da publicação dos textos avaliados. Dos 60 textos avaliados, onze (18%) foram publicados em língua estrangeira, sendo cinco na língua inglesa (8%) e seis na língua espanhola (10%).

No caso dos artigos publicados em periódicos internacionais de língua inglesa, observamos publicações no *Bioethics*, *Journal International de Bioéthique* e *Cambridge Quarterly of Healthcare Ethic*. Os outros dois textos que foram publicados em inglês são artigos publicados na íntegra em inglês, porém, em revistas nacionais: Caderno de Saúde Pública e Revista da Associação Médica Brasileira. Dois dos textos publicados em língua espanhola se referem a verbete em dicionário e capítulo de livro. Os outros quatro estão distribuídos na *Rev Argent Cir Cardiovasc*, *RBB*, *Saúde e Sociedade* e *Revista de la Sociedad Internacional de Bioética*.

Dos artigos publicados em periódicos nacionais (38 de 49), encontramos que o periódico que a BI teve mais oportunidades de divulgar seus trabalhos foi na Revista Bioética do CFM, com 14 artigos publicados, o que representa 28% de todos os artigos publicados até hoje. A Revista Brasileira de Bioética e a Ciência & Saúde Coletiva, juntas, representam mais 22% (11 textos) das publicações, ou seja, estes três periódicos concentram a metade da publicação da BI (Quadro 13).

Neste quadro também apresentamos a classificação da avaliação Qualis CAPES em relação às revistas em que os artigos foram publicados. Para melhor visualização da distribuição dos artigos segundo esta classificação, apresentamos o Quadro 14. Esclarecemos que para algumas revistas não foi encontrada uma classificação pelo sistema Qualis CAPES (---) e, em outras três, a nota atribuída C (*), estava relacionada à área do Direito, não existindo classificação para a área interdisciplinar. Assim, foram excluídas 9 publicações para a avaliação do Quadro 14, sendo avaliados apenas 42 artigos.

Quadro 13 – Lista de periódicos e número de publicações de artigos da BI.

Título do periódico	Quantidade de artigos publicados	Percentual da publicação total (n=40)	Classificação Qualis CAPES para área interdisciplinar
Revista Bioética do CFM	14	28%	B2
Revista Brasileira de Bioética	6	12%	B4
Ciência & Saúde Coletiva	5	10%	B1

Saúde e Sociedade	2	4%	B1
Revista de Direito Sanitário	2	4%	B1
Revista da Associação Médica Brasileira	2	4%	---
Universitas Face	2	4%	C*
<i>Cambridge Quarterly of Healthcare Ethic</i>	1	2%	---
<i>Rev Argent Cir Cardiovasc</i>	1	2%	---
<i>Revista de la Sociedad Internacional de Bioética</i>	1	2%	---
Cadernos de Saúde Pública	1	2%	A1
<i>Journal International de Bioétique</i>	1	2%	A2
<i>Bioethics</i>	1	2%	B1
Saúde em Debate	1	2%	B1
Interface - Comunicação, Saúde e Educação	1	2%	B1
Bioethikós	1	2%	B2
Teocomunicação	1	2%	B2
Kairós	1	2%	B3
Brasília Médica	1	2%	B3
O Mundo da Saúde	1	2%	B4
Revista de Cultura Teológica	1	2%	B4
Revista Eletrônica Jurídica	1	2%	C*
Revista Eletrônica do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	1	2%	C*
TOTAL	49	100%	---

Fonte: Pesquisa do autor (2015).

Quadro 14 – Classificação Qualis CAPES dos artigos de fundamentação e aplicação da BI.

Classificação Qualis CAPES para área interdisciplinar	Quantidade de artigos publicados	Percentual
A1	1	2,5%
A2	1	2,5%
B1	12	30%
B2	16	40%

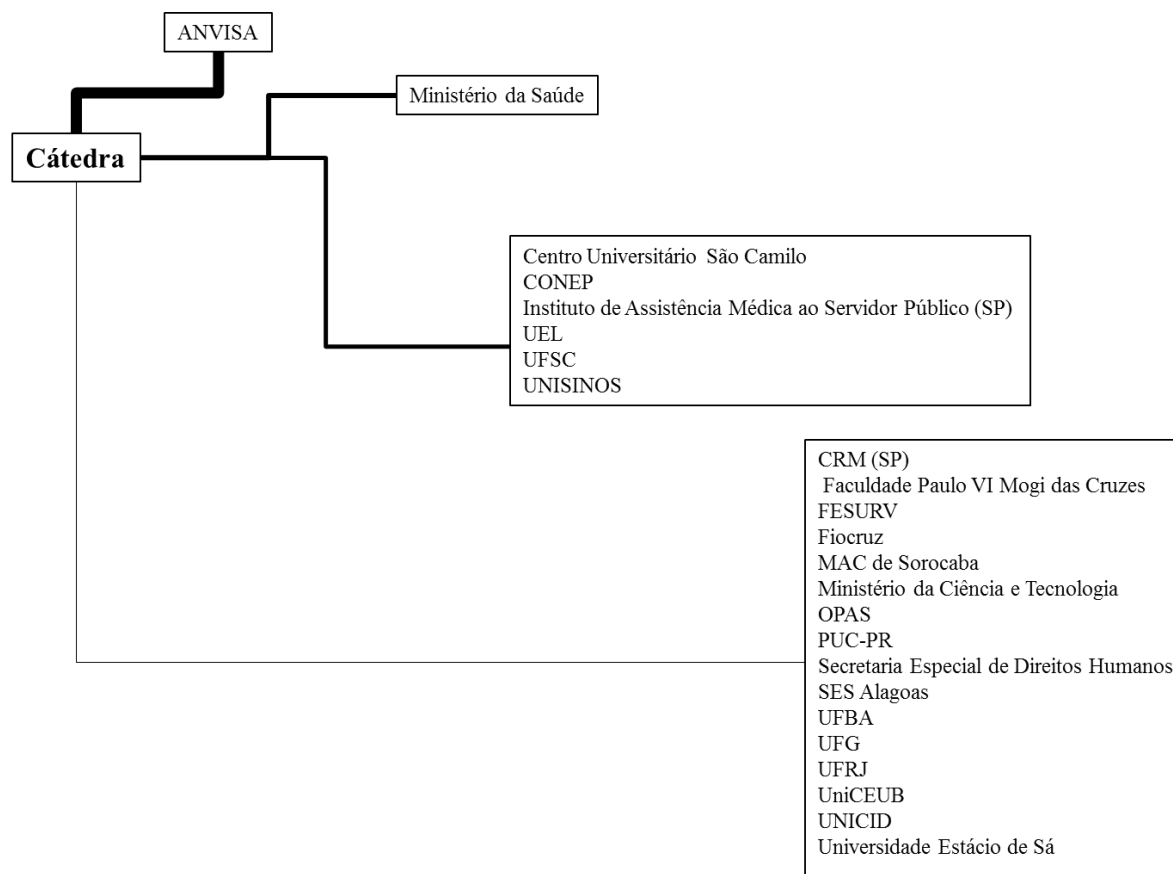
B3	2	5%
B4	8	20%
TOTAL	40	100%

Fonte: Pesquisa do autor (2015).

Apesar de todas as críticas que podem ser feitas em relação à classificação dos periódicos pelo sistema Qualis CAPES, ele é utilizado como uma das ferramentas de avaliação da produção científica dos cursos de pós-graduação no Brasil. Assim, a produção da BI tem boa representatividade em periódicos B1 e B2.

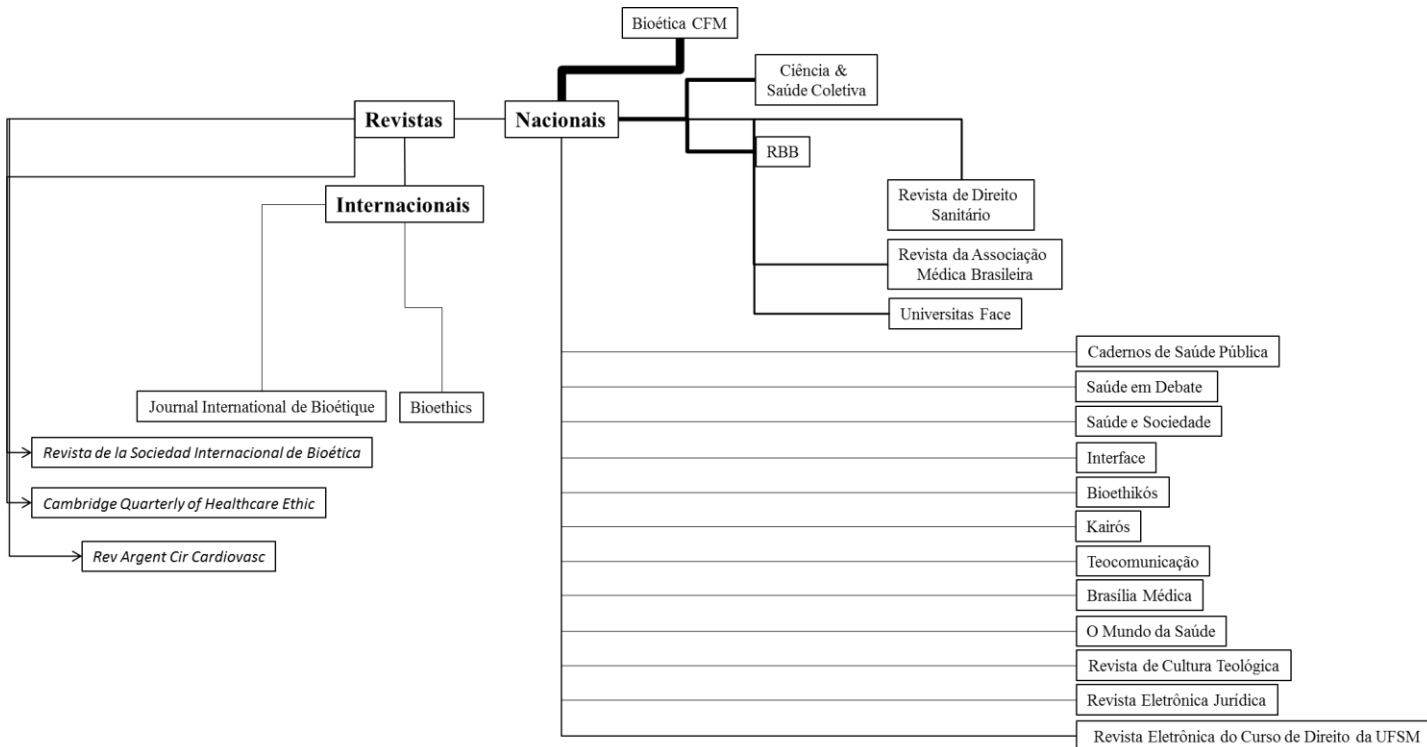
De modo geral, os textos foram publicados por revistas dos seguintes estados brasileiros: Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. Para melhor visualização desta relação, confeccionamos figuras que pudessem demonstrar a influência da BI em instituições (Figura 3) e nas revistas científicas (Figura 4). Convencionamos chamar estas figuras de árvores de influência.

Figura 11 – Árvore de influência da BI nas instituições.



Fonte: Pesquisa do autor (2015).

Figura 12 - Árvore de influência da BI nas revistas científicas.



Fonte: Pesquisa do autor (2015).

Sobre as categorias mais utilizadas para análise e propostas de ação nos conflitos morais encontramos as referências à justiça/equidade/inclusão social, ao utilitarismo consequencialista solidário e à intervenção do estado, conforme demonstrado pelo Quadro 15.

Quadro 15 - Categorias encontradas nos textos de aplicação da BI.

Categoria	Frequência de aparição
justiça/equidade/inclusão social	15
utilitarismo consequencialistas solidário	14
intervenção do estado	12
direitos humanos	8
vulnerável social	8
empoderamento	4
4 "pês"	3
emancipação	3
corporeidade	2
libertação	2
solidariedade	2

Fonte: Pesquisa do autor, 2015.

Por fim, os textos mais utilizados como referência conceitual para os textos que aplicaram as categorias da BI foram os dois primeiros textos de fundamentação, em língua inglesa e portuguesa, respectivamente (Quadro 16). Recebe destaque também o texto “Inclusão social no contexto político da bioética”, texto que amarra a relação da BI com as categorias empoderamento, libertação e emancipação, além de reafirmar o seu posicionamento politizado em favor dos vulneráveis. É interessante destacar que três artigos referenciaram o texto de Cruz e Trindade (2006) como o referencial teórico da BI.

Quadro 16 - Relação da frequência de citação dos textos de fundamentação da BI nas publicações de aplicação da BI

Título	Periódico	Quantidade de artigos que o citou
Intervention bioethics: a proposal for peripheral countries in a context of power and injustice ¹⁹ .	Periódico – Bioethics.	16
Inclusão social no contexto político da bioética ²⁵ .	Periódico – RBB.	9
Bioética de intervenção: considerações sobre a economia de mercado ²⁴ .	Periódico – Revista Bioética.	5
Da bioética de princípios a uma bioética interventiva ¹⁸ .	Periódico – Revista Bioética.	7
Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção ²¹ .	Capítulo de livro – Bioética, poder e injustiça.	9
Bioética de intervención ²⁸ .	Dicionário – Diccionario latino-americano de bioética.	4
Intervention Bioethics: epistemology for peripheral countries ²⁷ .	Periódico – Journal International de Bioétique.	1
Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção ⁶ .	Periódico – O Mundo da Saúde.	5
Por uma vida não colonizada: diálogo entre bioética de intervenção e colonialidade ³¹ .	Periódico – Saúde e Sociedade.	1
Bases epistemológicas e políticas da bioética de intervenção ³² .	Capítulo de livro.	1
Cruz e Trindade ⁴⁷ (*ainda que não seja fundamentação dos autores, incluído por ter sido citado em diferentes textos)	Artigo – RBB.	3

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A BI tem raízes históricas que antecedem o momento de sua primeira publicação em formato de artigo científico, em 2002. Poderiam ser estabelecidas conexões com a história de vida de seus criadores, como, por exemplo, a participação efetiva de Volnei Garrafa no movimento de Reforma Sanitária no Brasil⁴⁶. Entretanto, esta tese estabeleceu um recorte definido, incluindo as publicações escritas em formatos mais acessíveis ao leitor comum, o nosso bioeticista hipotético.

Neste sentido, observamos que a BI se apresentou ao mundo acadêmico como uma corrente da bioética latino-americana que apresentava uma marcação política muito clara. Apresentava a intenção de combater o monismo bioético que até então grande parte dos países aceitavam e reproduziam, incluindo aqueles que sofriam as consequências desta colonialidade do saber que travestia a colonialidade do poder exercida pelos países centrais aos periféricos (ou os do Norte aos do Sul)³⁰.

Como procuramos demonstrar, a BI se apresentou inicialmente com categorias importantes para a avaliação de conflitos morais, especialmente naqueles em que existem grupos com considerável assimetria de poder, atuando em favor dos que têm sido prejudicados por esta diferença. Para combater as iniquidades apresentadas considerou a busca pela equidade o seu referencial de justiça. E, se a maioria da população mundial sofre não podendo acessar itens básicos descritos como direitos humanos há tempos, apenas para satisfazer o acúmulo de prazeres de uma minoria, apresentou o cálculo utilitarista como uma saída possível para o contorno desta situação. Assim, parece ter apresentado o utilitarismo⁷⁵ não como um princípio maior a ser seguido cegamente em quaisquer situações, mas antes, um utilitarismo conectado com a avaliação de um contexto tal qual apresentado acima.

Talvez seja esta perspectiva que tenha rondado a criação dos autores, inicialmente porque os mesmos desde os textos iniciais têm apresentado outras categorias de relevância para a avaliação e solução dos conflitos morais, tal qual a própria noção dos direitos humanos e a corporeidade, não conferindo ao utilitarismo este privilégio de filho único. E, em segundo lugar, por terem sempre afirmado reconhecerem na BI uma teoria em constante construção, poderíamos também

pensar que a própria intervenção na realidade, ao transformá-la, iria requerer da BI releituras sobre a sua proposta, inclusive para reconsiderar o peso ou o contexto cálculo utilitarista.

Avaliando o contexto da aplicação da BI aos problemas morais expostos percebemos que tanto os criadores da BI quanto outros bioeticistas concordavam em algumas questões quando avaliavam algum problema moral sob a perspectiva da BI. Independentemente das especificidades do contexto que avaliavam todos concordavam que: havia assimetria entre os grupos, sendo que um deles poderia ser considerado como vulnerável; essa situação de assimetria não era apenas uma diferença, mas causava uma injustiça; a injustiça poderia assim ser classificada baseando-se no referencial dos direitos humanos; sempre havia a orientação para alguma intervenção no sentido de desfazer a injustiça ou minimizá-la.

Entretanto, há uma questão que nem sempre foi unânime – a questão do cálculo utilitarista. Em alguns momentos os autores do texto sequer faziam menção a este cálculo, isto é, não recomendavam uma intervenção que tivesse como resultado as melhores consequências para o maior número de indivíduos. Nesse sentido, cabe o questionamento: seria possível aplicar a BI a contextos diferentes dos que inauguraram seu arcabouço teórico nos anos de 2002? Se sim, quais cuidados devem ser tomados?

Entendemos que a priori, o cálculo utilitarista da BI tem viés demarcado: está relacionado a situações em que há disparidade de poder entre grupos e a consequência desta relação causa sofrimento à maior parte das pessoas, impedindo o acesso a bens essenciais, balizados pelos direitos humanos. Entretanto, como a própria prática demonstrou, nem sempre o interesse da discussão ética perpassa por esta contextualização que apresenta a população vulnerável como uma maioria de fato. Neste sentido, o caminho seguido pelos bioeticistas foi o de relativizar ou secundarizar o cálculo utilitarista.

Assim, percebemos que a BI tem sido aplicada em contextos originais, ou seja, para problemas em perspectiva macro: países centrais e periféricos – utilitarismo sustentado pela vulnerabilidade da maioria e consequentemente intervenção orientada à equidade. Mas, também em diferentes contextos, isto é, em contextos onde a noção de maioria e cálculo utilitarista podem ser secundarizadas.

Entretanto, nestes casos ainda devem estar presentes outras categorias: disparidade de poder e afronta aos direitos humanos; intervenção orientada à equidade/ solidariedade crítica, dialogando com vulneráveis utilizando as categorias da emancipação, libertação e empoderamento.

Assim, também caberia questionar se o fato de se retirar o cálculo utilitarista da avaliação moral pela BI faria com que o utilitarismo sumisse completamente da teoria. Para verificação desta questão, buscamos avaliar a publicação de Mill, “O Utilitarismo”, identificamos que ele afirma que

A proposição de que a felicidade é o fim e o objetivo da moralidade não significa que não se possa construir qualquer estrada para atingir esse objetivo, ou que as pessoas que seguem para lá não devam ser aconselhadas a seguir uma direção em vez de outra⁸⁷

Neste sentido, o próprio Mill aparenta ter relativizado a necessidade extremada de se calcular em todos os contextos. Assim, segue algumas argumentações aproximando-se do que seriam os referenciais dos direitos humanos “A justiça implica algo que, além de ser certo fazer e errado não fazer, uma pessoa individual pode exigir de nós enquanto seu direito moral”⁸⁷.

E sobre a justiça afirma: “A justiça permanece o nome apropriado para certas utilidades sociais que, enquanto classe, são muitíssimo mais importantes e, por isso, mais absolutas e imperiosas do que quaisquer outras”⁸⁷

Assim, proteger os direitos de uma minoria também não é aplicar o utilitarismo? Nesta avaliação apresentada, o cálculo utilitarista não seria aplicado como instrumento prático, mas estaria presente na figura da justiça como uma entidade da utilidade social. Esta interpretação apoiaria a ideia de que a BI nem sempre irá utilizar o cálculo utilitarista, entretanto, pode trabalhar na perspectiva de aproximação da equidade e defesa dos direitos humanos quando apresenta a justiça atrelando a sua existência com a utilidade social.

Percebemos que a BI de fato apresentou a construção de um caminho com incorporações teóricas, incluindo categorias mais claras para o sentido da resolução dos conflitos no que diz respeito ao papel dos indivíduos, daí a importância das categorias de empoderamento, libertação, emancipação e solidariedade crítica. Mas, também da incorporação de outros saberes, tais quais os apresentados pelos estudos sobre a colonialidade.

Do ponto de vista prático, demonstrou ser uma ferramenta possível para a avaliação de conflitos morais e de proposição de suas resoluções, ou de algo que se aproximasse da resolução. Também encontramos a publicação de textos que foram produzidos por autores externos à Cátedra de Bioética da UnB que demonstra a força de escoamento desta teoria, além de sua representatividade em instituições que possuem força política para transformar as ideias em ações concretas, como a ANVISA e o MS.

Aos criadores da BI poderia ser lançado um desafio frente à leitura sobre a BI que aqui se apresentou, isto é, ao revisitarem a BI analisando-a em sua historicidade poderiam questionar se cabe à BI dar ressignificações a algumas de suas categorias, deixando claro aos bioeticistas que acompanham esta corrente de pensamento como estas categorias poderiam estar conectadas umas as outras ou em que tipo de contexto ou tipo de problema moral uma ou outra estariam melhores aplicadas.

REFERÊNCIAS

- 1) Singer P. Compendio de Ética. [Traducción: RUBIO, J.V.; VIGIL, M.]. Madri: Alianza Editorial, 2004.
- 2) Cortina A. El estatuto de la ética aplicada. *Hermenéutica crítica de las actividades humanas*. Isegoría. 1996; 13: 119-127.
- 3) Clotet J. Uma aproximação. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2006. 246p.
- 4) Schramm FR, Kottow M. Principios bioéticos en salud pública: limitaciones y propuestas. *Cad. Saúde Pub.* 2001; 17(4): 949-56.
- 5) Garrafa V. O novo conceito de bioética. In: Garrafa V, Kottow M, Saada A (orgs.). *Bases conceituais da bioética - enfoque latino-americano*. São Paulo: Ed. Gaia/Unesco, 2006, pp. 09-15.
- 6) Garrafa V, Porto D. Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção. *O Mundo da Saúde*. 2002; 26(1): 6-15.
- 7) Correia AMR, Mesquita A. Mestrados e Doutoramentos. *Estratégias para a elaboração de trabalhos científicos: o desafio da excelência*. 2ª Ed. Uniarte. Porto. 2014.
- 8) Silva MR, Hayashi CRM, Hayashi MCPI. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. *InCID: R. Ci. Inf. e Doc.*, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 110-129, jan./jun. 2011.
- 9) Michaelis. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Editora Melhoramentos, São Paulo. 2012.
- 10) Vilela RAT, Noack-Napoles, J. “Hermenêutica Objetiva” e sua Apropriação na Pesquisa Empírica na Área da Educação. *Linhas Críticas*. 2010; 16(31): 305-326. p. 310.
- 11) Junges JR. *Bioética – hermenêutica e casuística*. Edições Loyola. São Paulo, 2006.
- 12) Pessini L, Hossne WS. "Fritz Jahar (sic!): "O Imperativo Bioético" – nas origens da palavra Bioética. *Bioethikòs*. 2008; 2(1): 7-9.
- 13) Muzur A, Rinčić I. Fritz Jahr (1895-1953): a life story of the "inventor" of bioethics and a tentative reconstruction of the chronology of the discovery of his work. *J.AHR*. 2011; 2(4).
- 14) Garrafa V. Bioética. In: GIOVANELLA, L et al. *Políticas e Sistema de Saúde no Brasil*. Editora Fiocruz, 2008.
- 15) Clouser D, Gert B. A critique of principlism, *J. Med. Phil.* 1990; 15: 219-236.
- 16) Holm S. Not Just autonomy – the principles of American biomedical ethics. *J. Med. Ethics*. 1995; 21:332-338.
- 17) Gert B, Culver C. Clouser, D. Principlism. In: *Bioethics: a return to Fundamentals*. 1997; 71-92. New York/ Oxford. Oxford Press.

- 18) Garrafa V. Da bioética de princípios a uma bioética interventiva. *Rev. bioét.* 2005; 13(1): 125-134.
- 19) Garrafa V, Porto D. Intervention bioethics: a proposal for peripheral countries in a context of power and injustice. *Bioethics.* 2003; 17(5-6): 399-416.
- 20) Garrafa V, Azambuja LEO. Epistemología de la bioética – enfoque latino-americano. *RBB.* 2007; 3(3): 334-59.
- 21) Garrafa V, Porto D. Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção. In: Garrafa V, Pessini L (orgs.). *Bioética: Poder e Injustiça.* São Paulo: Loyola, 2003.
- 22) Unesco. Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. Paris; 2005. Tradução brasileira sob a responsabilidade da Cátedra Unesco de Bioética da Universidade de Brasília. www.bioetica.catedraunesco.unb.br Acesso em 14/05/2013.
- 23) Feitosa SF, Nascimento WF. A bioética de intervenção no contexto do pensamento latino-americano contemporâneo. *Rev. bioét.* 2015; 23(2): 277-84.
- 24) Porto D, Garrafa V. Bioética de intervenção: considerações sobre a economia de mercado. *Rev. bioét.* 2005; 13(1): 111-123.
- 25) Garrafa V. Inclusão social no contexto político da bioética. *RBB.* 2005; 1(2): 122-132.
- 26) Garrafa V. De una “bioética de principios” a una “bioética interventiva” crítica y socialmente comprometida. *Rev Argent Cir Cardiovasc.* 2005;3(2):99-103.
- 27) Garrafa V, Porto D. Intervention Bioethics: epistemology for peripheral countries. *Journal International de Bioétique/ Bioethics in Brazil.* 2008; 19(1-2): 87-102.
- 28) Garrafa V, Porto D. Bioética de intervención. In: Tealdi JC, director. *Diccionario latinoamericano de bioética.* Bogotá: Unesco; 2008. p. 161-4.
- 29) Garrafa V, Pyrrho M. Bases epistemológicas e políticas da bioética da intervenção. In: Moyses ST, Kriger L, Moyses SJ, organizadores. *Saúde bucal das famílias: trabalhando com evidências.* São Paulo: Artes Médicas; 2008. p.298-308.
- 30) Silva LES, Drummond A, Garrafa V. Bioética de intervenção: uma prática politizada na responsabilidade social. *Universitas.* 2011; 9(2): 111-19.
- 31) Nascimento WF, Garrafa V. Por uma vida não colonizada: diálogo entre bioética de intervenção e colonialidade. *Saúde Soc.* 2011; 20(2): 287-299.
- 32) Garrafa V, Pyrrho M. Bases epistemológicas e políticas da bioética da intervenção. In: Moyses ST, Kriger L, Moyses SJ, organizadores. *Saúde bucal das famílias: trabalhando com evidências.* 2ª Edição. São Paulo: Artes Médicas; 2012.
- 33) Porto D. Bioética de intervenção: retrospectiva de uma utopia. In: Porto D, Garrafa V, Martins GZ, Barbosa SN, coordenadores. *Bioéticas, poderes e injustiças: 10 anos depois.* Brasília: CFM; 2012.

- 34) Garrafa V. Bioética. In: GIOVANELLA, L et al. Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. 2ª Ed. Editora Fiocruz, 2008.
- 35) Santos I, Shimizu H, Garrafa V. Bioética de intervenção e pedagogia da libertação: aproximações possíveis. Rev. bioét. (Impr.). 2014; 22 (2): 271-81.
- 36) Rivas-Muñoz F, Garrafa V, Feitosa SF. Bioética de intervención, interculturalidad y no-colonialidad. Saúde Soc. São Paulo, v.24, supl.1, p.141-151, 2015.
- 37) Engelhardt Jr. HT. Fundamentos da Bioética. São Paulo, Loyola, 1998.
- 38) Leite DF , Barbosa PFT, Garrafa V. Auto-Hemoterapia, Intervenção do Estado e Bioética. Rev Assoc Med Bras. 2008; 54(2): 183-8.
- 39) Feitosa SF. Pluralismo Moral e Direito à Vida: Apontamentos Bioéticos Sobre a Prática do Infanticídio em Comunidades Indígenas no Brasil. Brasília. [Mestrado em Bioética] – Universidade de Brasília; 2010.
- 40) Moreira MR, Escorel S. Conselhos Municipais de Saúde do Brasil: um debate sobre a democratização da política de saúde nos vinte anos do SUS. Ciência & Saúde Coletiva, 14(3):795-805, 2009.
- 41) Selli L, Garrafa V. Solidariedade crítica e voluntariado orgânico: outra possibilidade de intervenção societária. História, Ciências, Saúde. 2006; 13(2): 239-51.
- 42) Selli L, Garrafa V. Bioética, solidariedade crítica e voluntariado orgânico. Rev Saúde Pública. 2005; 39(3): 473-8.
- 43) Selli L, Garrafa V. Presença feminina na atividade voluntária: uma leitura a partir da Bioética. RBB. 2005; 1(1): 80-90.
- 44) Schramm FR. Bioética da Proteção: ferramenta válida para enfrentar problemas morais na era da globalização. Rev. bioét. 2008; 16(1): 11–23.
- 45) Kottow M. Bioética e Biopolítica. RBB. 2005; 1(2): 110-121.
- 46) Sotolongo PL. Es una bioética separada de la política menos ideologizada que una bioética politizada. RBB. 2005; 1(2): 133-144.
- 47) Cruz MR, Trindade ES. Bioética de Intervenção – uma proposta epistemológica e uma necessidade para sociedades com grupos sociais vulneráveis. RBB. 2006; 2(4): 483-500.
- 48) Rubinstein F. Prefácio. In: Garrafa V, Cordón J. Pesquisas em Bioética no Brasil de hoje. São Paulo, Gaia, 2006.
- 49) Pagani LPF, Lurenzatto CR, Torres JG, Oliveira AAS. Bioética de intervenção: aproximação com os Direitos Humanos e empoderamento. RBB. 2007; 3(2): 191-219.
- 50) Del Pozo PR, Mainetti JÁ. Bioética sin más: the past, presente, and future of a latin american bioethics. Cambridge Quarterly of Healthcare Ethics. 2009; 18: 270-279.

- 51) Propuesta de diálogo entre bioética y pensamiento revolucionario em Latinoamérica. Sánchez TMS. RBB. 2010; 6(1-4): 9-28.
- 52) Banderas AG. Bioética de Intervención. Bioética e Sociedad en Latinoamérica, FELAIBE. 2012.
- 53) Fulgêncio CA, Nascimento WF. Bioética de intervenção e justiça: olhares desde o sul. RBB. 2012; 8(1-4): 46-55.
- 54) Nascimento WF, Martorell LB. A bioética de intervenção em contextos descoloniais. Rev. bioét. (Impr.). 2013; 21 (3): 423-31.
- 55) Feitosa SF, Nascimento WF. A bioética de intervenção no contexto do pensamento latino-americano contemporâneo. Rev. bioét. (Impr.). 2015; 23 (2): 277-84.
- 56) Porto D, Garrafa V. A influência da Reforma Sanitária na construção das bioéticas brasileiras. Ciência & Saúde Coletiva. 2011; 16(Supl.1): 719-729.
- 57) Garrafa V. La Bioética de Intervención y el acceso al sistema sanitario y a los medicamentos. Revista de la Sociedad Internacional de Bioética. 2005; (14): 7-15.
- 58) Fagundes MJD, Soares MGA, Diniz NM, Pires JR, Garrafa V. Análise bioética da propaganda e publicidade de medicamentos. Ciência & Saúde Coletiva. 2007; 12(1): 221-29.
- 59) Fagundes MJD, Soares MGA, Diniz NM, Pires JR, Garrafa V. Análise da propaganda e publicidade de medicamentos e controle público. In: Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Bioética e vigilância sanitária/ Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília : Anvisa, 2007.156 p.
- 60) Porto D. Trabalho doméstico e emprego doméstico: atribuições de gênero marcadas pela desigualdade. Rev. bioét. 2008; 16(2): 287-303.
- 61) Feitosa SF, Garrafa V, Cornelli G, Tardivo C, Carvalho SJ. Bioethics, culture and infanticide in Brazilian indigenous communities: the Zuruahá case. Cad. Saúde Pública. 2010; 26(5): 853-878.
- 62) Gonçalves ER, Ramos FRS, Garrafa V. O olhar da Bioética de Intervenção no trabalho do cirurgião-dentista do Programa Saúde da Família (PSF). Rev. bioét. 2010; 18(1): 225-239.
- 63) Macedo I, Reis S, Garrafa V. Vigilância sanitária: recolhimento de medicamentos na legislação brasileira. Rev. bioét. 2010; 18(3): 623-35.
- 64) Pires JR, Garrafa V. Educação: nova fronteira da bioética. Ciência & Saúde Coletiva. 2011; 16(Supl. 1): 735-745.
- 65) Veiga EM, Pannunzio MIM, Cunha TR, Garrafa V. A legitimidade da intervenção estatal na publicidade de produtos sujeitos à vigilância sanitária. Revista de Direito Sanitário. 2011; 12(2): 91-111.

- 66) Gonçalves EH, Bandeira LM, Volnei Garrafa. Ética e desconstrução do preconceito: doença e poluição no imaginário social sobre o HIV/Aids. *Rev. bioét (Impr.)* 2011; 19(1): 159 – 78.
- 67) Carvalho RRP, Fortes PAC, Garrafa V. Perspectiva bioética do modelo de assistência suplementar no Brasil. *Rev. bioét.* 2013; 21(2): 259-67.
- 68) Carvalho RRP, Fortes PAC, Garrafa V. Supplemental care from a bioethical perspective. *Rev Assoc Med Bras.* 2013; 59(6): 600-606.
- 69) Santana JP, Garrafa V. Cooperação em saúde na perspectiva bioética. *Ciência & Saúde Coletiva.* 2013; 18(1): 129-137.
- 70) Penteado FG, Silva LES, Rodrigues RDC, Prado MM, Bugarin Júnior JG. Análise bioética da percepção da solidariedade na ação do voluntariado. *Rev. bioét.* 2005; 13(1): 65-78.
- 71) Oliveira AAS. Bioética de Intervenção e Macroalocação de Recursos Sanitários. *Universitas Face.* 2005/2006; 2(2), 3(1): 27-39.
- 72) Messias TH, Anjos MF, Rosito MMB. Bioética e educação no ensino médio. *Bioethikos.* 2007; 1(2): 96-102.
- 73) Ruiz CR, Queiroz ZPV. Projetos sociais em gerontologia uma experiência da disciplina Bioética na pós-graduação do Centro Universitário São Camilo. *Revista Kairós.* 2007; 10(1): 203-212.
- 74) Bernardes LCG, Maior IMML, Spezia CH, Araujo TCCF. Pessoas com deficiência e políticas de saúde no Brasil: reflexões bioéticas. *Ciência & Saúde Coletiva.* 2009; 14(1): 31-38.
- 75) Finkler M, Calvo MC, Caetano JC, Ramos FRS. Um novo olhar bioético sobre as pesquisas odontológicas brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva.* 2009; 14(4): 1205-1214.
- 76) Junges JR. Direito à saúde, biopoder e bioética. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.* 2009; 13(29): 285-95.
- 77) Barcellos LG, Souza AOR, Machado CAF. Cesariana: uma visão bioética. *Rev. bioét.* 2009; 17 (3): 497-510.
- 78) Silva CV. Bioética e prática social: um estudo sobre a contribuição entre Pastoral da Criança e bioética. *Revista de Cultura Teológica.* 2009; 17(68): 119-142.
- 79) Corgozinho M, Sanches y Sanches KM, Carreiro NM, Seidl EM. Respeito à dignidade humana no contexto hospitalar: estudos com pacientes oncológicos em quimioterapia paliativa. *Brasília méd.* 2010; 47(2): 148-156.
- 80) Globekner AO. A bioética e o problema do acesso à atenção em saúde. *Revista de Direito Sanitário.* 2010; 11(1): 123-145.
- 81) Araújo MNR, Mendes PR, Silveira APP, Seidl EMF. Lipodistrofia e preconceito na nova cara da aids: diálogo com a bioética de intervenção. *Rev. Bioét.* 2011; 19(2): 441-56.

- 82) Maboni TC, Parise OS. Olhar da Bioética de Intervenção nos Direitos Inerentes ao Idoso e a Influência da Teoria da Reserva do Possível. 2011; 6(1): 1-19.
- 83) Lima AS. Publicidade de medicamentos: do enfoque pela bioética principialista à bioética de intervenção. REJUR. 2012; 1(1): 29-39.
- 84) Tarachuque J, Souza W. Bioética e vulnerabilidade da população em situação de rua: um estudo a partir da realidade da cidade de Curitiba. Teocomunicação. 2013; 43(1): 145-169.
- 85) Vieira ABD, Monteiro PS. Comunidade quilombola – análise do problema persistente do acesso à saúde, sob o enfoque da BI. Saúde em Debate. 2013; 37(99) 610-18.
- 86) Carvalho LRT, Rocha DG. Programa de Aquisição de Alimentos: a lente bioética na segurança alimentar. Rev. Bioét. 2013; 21(2): 278-90.
- 87) Mill JS. Utilitarismo: texto integral. Tradução: Rodrigues RMP. São Paulo: Hunter Books, 2014. 207p.

APÊNDICE**APÊNDICE A – Roteiro de Avaliação dos textos de aplicação da BI**

Artigo/título/Código:
Origem dos autores/país e institucional:
Revista de publicação/nome e local:
Conflito moral:
Categorias da BI evocadas:
Análise do problema pela BI:
Soluções propostas:
Referências de fundamentação da BI: